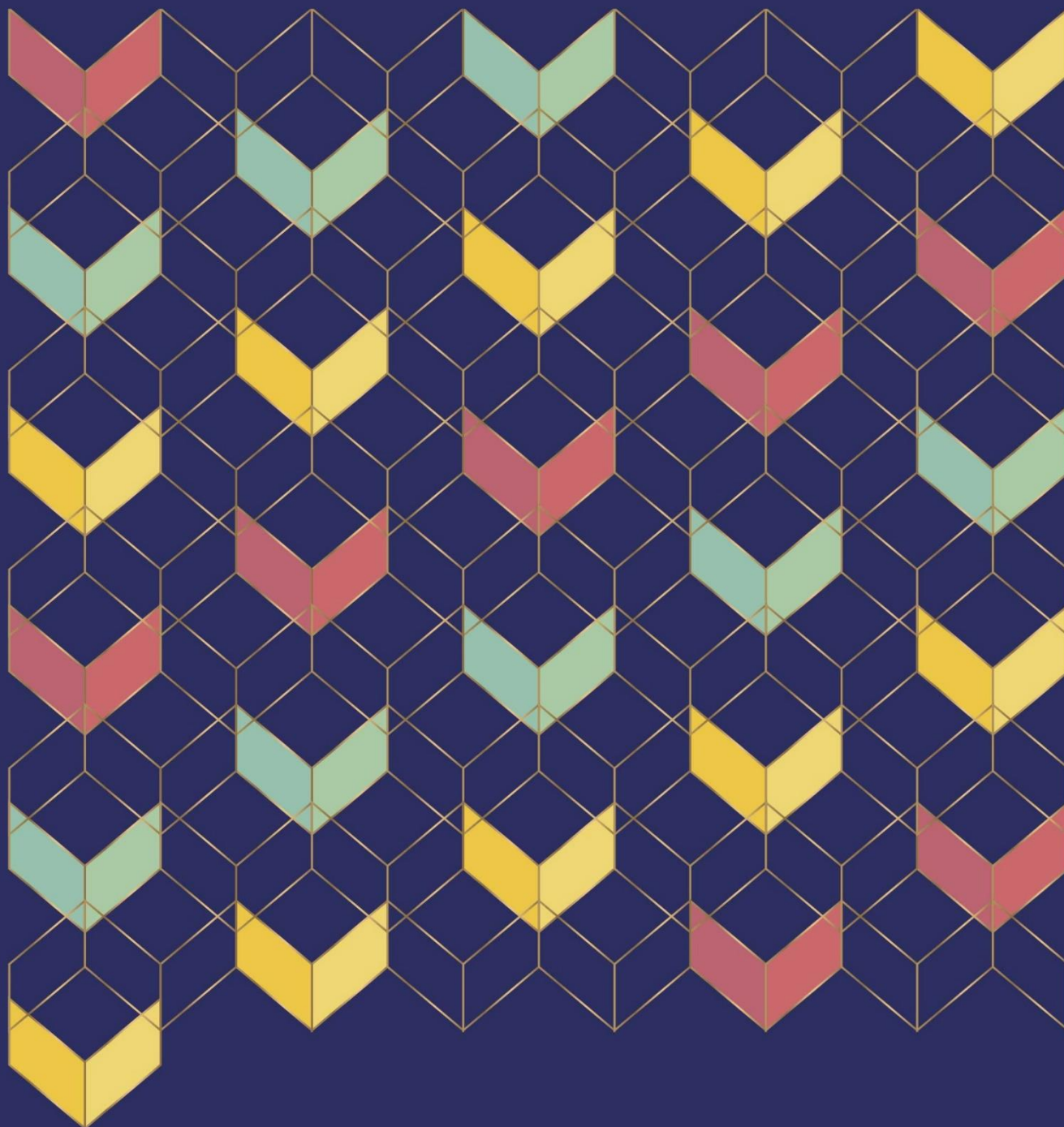


Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais

Cultivando conhecimento

2022

Volume 5, Número 1
ISSN Online: 2184-3058






FICHA TÉCNICA


- **ISSN ONLINE:** 2184-3058
- **FREQUÊNCIA:** Semestral
- **PROPRIEDADE:** Ponteditora, Sociedade Unipessoal, Lda.
- **NIPC:** 514 111 054
- **COMPOSIÇÃO DO CAPITAL DO PROPRIETÁRIO:** 10 000€, 100% detido por Ana Leite, doutoranda
- **GESTÃO (NÃO REMUNERADA):** Eduardo Leite, Ph.D.
- **LOCALIZAÇÃO:** Startup Madeira — Campus da Penteada, 9020-105, Funchal, Madeira, Portugal
- **CONTACTO PRINCIPAL:**
 - Eduardo Leite
 - Universidade da Madeira
 - +351 291 705 180
 - eduardo.leite@staff.uma.pt
- **CONTACTO DE APOIO:**
 - Ponteditora
 - +351 291 723 010
 - geral@ponteditora.org




EQUIPA EDITORIAL


EDITORAS-CHEFE

Isabel Lousada  — Ph.D. pela Universidade Nova de Lisboa. Investigadora Auxiliar de nomeação definitiva da NOVA FCSH, Portugal.

Luísa Paolinelli  — Ph.D. em Literaturas Comparadas e Agregação em Estudos Culturais. Professora Associada com Agregação da Universidade da Madeira, Portugal.

EDITORAS ADJUNTAS










Vanda de Sousa  — Ph.D. em Estudos de Cultura. Professora Adjunta Convidada da ESCS — IPL, Portugal.

Vanessa Cavalcanti  — Ph.D. em Humanidades. Professora Titular da Universidade Federal da Bahia, Brasil.


CONSELHO CIENTÍFICO

- Carlos Fiolhais  — Ph.D. em Física Teórica. Professor Catedrático da Universidade de Coimbra (Aposentado), Portugal.
- Cláudia Fernandes  — Ph.D. em Estudos Românicos. Leitora nas Universidades de Viena e Salzburgo, Áustria.
- Cristian Góes  — Ph.D. em Comunicação e Sociabilidade. Membro do Museu Virtual da Lusofonia e do Coletivo Carolina Maria de Jesus de Pesquisa em Jornalismo e Cultura, Brasil.
- Cristiano Santos  — Ph.D. em Comunicação e Cultura. Professor Adjunto na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
- Fernando Moreira  — Ph.D. em Cultura Portuguesa. Professor Catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal.
- Inês Aroso  — Ph.D. em Ciências da. Professora Auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal.
- José Eduardo Franco  — Ph.D. em História e Civilizações. Investigador Coordenador com Equiparação a Professor Catedrático e Diretor do Centro de Estudos Globais e da Cátedra UNESCO de Estudos Globais da Universidade Aberta, Portugal.
- Karin Noemi Rühle Indart  — Ph.D. em Educação (com 2 Pós-Doutorados em Linguística). Professora Convidada da Universidade Nacional de Timor-Leste, Timor-Leste.
- Maria Manuel Baptista  — Ph.D. em Cultura com Agregação em Estudos Culturais. Professora Catedrática da Universidade de Aveiro, Portugal.



- Moisés Lemos Martins  — Ph.D. em Ciências Sociais. Professor Catedrático e Diretor da Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação (FCAATI) do Centro Universitário do Porto da Universidade Lusófona, Portugal.
- Raquel Varela  — Professora Auxiliar com Agregação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
- Regina Brito  — Ph.D. em Linguística. Investigadora em Letras. Coordenadora da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil.
- Roberto della Santa  — Ph.D. em Ciências Sociais. Investigador Integrado do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta (CeG-UAb), Portugal.
- Roberval Teixeira e Silva  — Ph.D. em Linguística Aplicada. Professor e Pesquisador do Departamento de Português da Universidade de Macau, China.
- Rute Costa  — Ph.D. em Linguística. Professora Associada com Agregação da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
- Sandrina Teixeira  — Ph.D. em Comunicação, Publicidade e Relações Públicas. Professora Adjunta do Instituto Politécnico do Porto, Portugal.
- Sara Jona Laisse  — Ph.D. em Estudos Portugueses. Professora Auxiliar da Universidade Católica de Moçambique, Moçambique.
- Virgínia Camillotti  — Ph.D. (com Estágio e Pós-Doutorado) em História. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista, Brasil.

CONSELHO EDITORIAL

- Ana Leite  — Doutoranda em Políticas Económicas. Investigadora, FEUC/ISCTE/ISEG, Portugal.



ESTATUTO EDITORIAL

I — A **Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais (NAUS)** é uma publicação periódica. Propriedade: Ponteditora.

II — Aberta a novos mundos e caminhos, reforçando a sua missão, de longo prazo, de reunir e disseminar conhecimento e aproximar as comunidades científicas dedicadas à cultura e comunicação lusófonas. A **NAUS** publica, preferencialmente, em português e inglês, mas aceita outras línguas sempre que a publicação o justificar. A **NAUS** aceita contribuições em português anterior ao Acordo Ortográfico (AO) e pelo AO, em conformidade e respeito pela intenção expressa pelos/as autores/as em nota de intenção expressa nos artigos científicos submetidos.

III — A linha editorial da **NAUS** publica textos dedicados às práticas e representações da comunicação e culturas lusófonas, em áreas que se consideram em três grandes abordagens: comunicação social (jornalismo, informação), comunicação estratégica para inclusão (publicidade, marketing, relações-públicas, administração, ciência política, direitos humanos) e comunicação cultural (filosofia, antropologia, sociologia, história, artes e design, cinema e literatura).

IV — A missão da **NAUS** é promover o estudo da cultura lusófona e estimular a pesquisa e a elaboração de estudos e ensaios a nível global.

V — A **NAUS** é publicada semestralmente em formato digital (acesso aberto).

VI — Os números da **NAUS** terão aproximadamente de 80 a 180 páginas A4.

VII — A **NAUS** apresenta um conselho editorial técnico, aberto a académicos, investigadores/as, profissionais e executivos de diversas organizações e empresas relacionadas com a pesquisa das práticas e representações das culturas lusófonas, assumindo-se como uma plataforma internacional, global e englobante que visa a promoção destas práticas e representações.

VIII — A **NAUS** publica e revê artigos académicos e científicos originais, ensaios e resenhas, de acordo com critérios de relevância e qualidade científica.

IX — A aprovação de manuscritos para publicação é regulamentada por critérios de relevância, interesse, qualidade científica e respeito pela pluralidade de perspetivas. A **NAUS** assume-se como independente de qualquer poder político, ideológico ou económico, sendo orientada por critérios de rigor, isenção e inclusão.

X — A **NAUS** publica em português e inglês, sendo aceites outras línguas se o texto for submetido em versão bilíngue e/ou em caso de um número especial cuja temática o justifique. Cada artigo inclui um título, resumo e palavras-chave.



XI — A **NAUS** edita tanto Números Regulares como Números Especiais, confiados a investigadores credenciados nas respetivas áreas de especialização (Diretrizes para Revisores/as por Pares), sob a supervisão e aprovação da Equipa Editorial. Toda a colaboração está sujeita a um processo de seleção e revisão exigente com base na arbitragem científica de duas maneiras, por dupla revisão anónima ou aberta por pares.

XII — Visando os mais elevados padrões éticos na publicação, a Equipa Editorial da **NAUS** inspira o seu Código de Ética nas diretrizes estabelecidas pelo Committee on Publication Ethics ([COPE](#)); Declaração de Helsínquia ([WMA](#)); International Committee of Medical Journal Editors ([ICMJE](#)); Animal Research: Reporting of In Vivo Experiments ([ARRIVE](#)). Este código define as responsabilidades de todas as partes envolvidas no ato de publicação na **NAUS**.

XIII — A **NAUS** pretende promover a troca de ideias, experiências e projetos entre autores/as e editores/as, contribuindo para a reflexão das suas editorias a nível global.

XIV — A **NAUS** disponibiliza Diretrizes para Autores/as para a apresentação e publicação de artigos.

XV — A Equipa Editorial da **NAUS** está empenhada em garantir o respeito pelos princípios éticos e ética profissional dos/as jornalistas, bem como pela boa fé dos/as leitores/as, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º da Lei da Imprensa.



ÍNDICE


PÁGINA	TÍTULO	AUTOR(ES)
1	EDITORIAL — “NÓS NO MUNDO” ATRAVÉS DE LINGUAGENS	Vanda de Sousa Isabel Lousada Luísa Paolinelli Vanessa Cavalcanti
3	MARIA ALTAMIRA: UMA HISTÓRIA DO DESPEJO NA AMÉRICA LATINA	Fernanda Dusse Nicole Dias
17	DA NEGAÇÃO À TRANSGRESSÃO: AS MANIFESTAÇÕES DO SILÊNCIO NA PALAVRA LITERÁRIA	Cristiane Côrtes
27	IMPACTOS DA PANDEMIA NA AGENDA 2030: UM ESTUDO SOBRE O ODS 4 — EDUCAÇÃO	Débora Karpowicz
35	O POSICIONAMENTO DISCURSIVO DA MARCA LUGAR DOS AÇORES: UMA PROPOSTA ANALÍTICA	Mariana Miranda Adriano Sampaio
59	O CATÁLOGO DA EDITORA UFMG POR GRANDES ÁREAS DO CONHECIMENTO DO CNPQ	Esdra de Souza Luiz de Oliveira
77	O GÊNERO NOTÍCIA EM SALA DE AULA: REFLEXÕES PARA UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR	André Santos Maria de Pinho Janete dos Santos
91	JOSEFINA ÁLVARES DE AZEVEDO, 1851–1913. ESTUDO, ANTOLOGIA E BIBLIOGRAFIA VALÉRIA ANDRADE. BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL/CLEPUL/CICS.NOVA (2021)	Laila Silva



EDITORIAL

“NÓS NO MUNDO” ATRAVÉS DE LINGUAGENS

[10.29073/naus.v5i1.879](https://doi.org/10.29073/naus.v5i1.879)

Vanda de Sousa , ESCS-IPL, Portugal, vsousa@escs.ipl.pt.

Isabel Lousada , NOVA FCSH, Portugal, isabel.lousada@fcs.unl.pt.

Lúisa Paolinelli , Universidade da Madeira, Portugal, marinho@staff.uma.pt.

Vanessa Cavalcanti , Universidade Federal da Bahia, Brasil, vanessa.cavalcanti@ufba.br.

“Só aquele que não ouve ou ouve mal, que permanentemente se escuta a si mesmo, aquele cujo ouvido está, por assim dizer, cheio de alento, que constantemente se infunde a si mesmo ao seguir seus impulsos e interesses, não é capaz de ouvir o outro. [...] Ouvir o outro é a verdadeira e a própria elevação do ser humano à humanidade.”

Gadamer (2000, p. 138–139)

Este número da Revista NAUS, focado na inter, pluri, multi e transdisciplinaridade das culturas e comunicações lusófonas, convoca-nos para a importância da reflexão e análise crítica do mundo que nos rodeia e do “nós no mundo”, cumprindo-se o destino de explorar diversas temáticas, proporcionando uma abordagem rica e diversificada aos desafios e complexidades presentes no cenário cultural e comunicativo dos países de língua portuguesa.

O presente volume reúne uma seleção de artigos que, partilhando a linguagem (lusófona ou outra ainda), partilham o existir. Considerando que existimos em/no Ser, somos em/no Ser, e convocando ainda Heidegger (1989), surge-nos o presente número como a cartografia de um marear intertextual que nos permite navegar na análise crítica e reflexiva, pois cada artigo é escrito por um autor diferente, abordando temas distintos que nos leva a convocar Gadamer como um de entre os autores da análise crítica reflexiva e nos devolve, ainda, Heidegger, afinal e sempre, porque somos no mundo, a que responde Ortega Y Gasset que somos e seremos sempre “nós e as nossas circunstâncias”. Fica feito o convite à leitura hermenêutica de nós no mundo lusófono porque temos a convicção de sermos gente que “não ouve ou ouve mal, que permanentemente se escuta a si mesmo, aquele cujo ouvido está, por assim dizer, cheio de alento, que constantemente se infunde a si mesmo ao seguir seus impulsos e interesses, não é capaz de ouvir o outro”.

O ensaio “**Maria Altamira: uma História do Despejo na América Latina**” focaliza-se na análise crítica da história da América Latina, especialmente em relação à colonização, ditaduras militares e estratégias de resistência. Há uma ênfase na análise literária como ferramenta para compreender esses fenômenos.

No artigo “**Da Negação à Transgressão: as Manifestações do Silêncio na Palavra Literário**”, o autor destaca a análise do silêncio na literatura, especialmente em obras de Clarice Lispector e Conceição Evaristo. A abordagem poética do silêncio é utilizada como uma forma de pensar nos sujeitos em condição de subalternidade.

O artigo “**Impactos da Pandemia na Agenda 2030: um Estudo sobre o ODS 4 — Educação**” apresenta uma análise crítica dos impactos da pandemia na implementação da Agenda 2030, com foco no ODS 4 (Educação). O autor utiliza abordagens quantitativas e qualitativas para examinar a resposta do governo brasileiro à pandemia e suas consequências na educação.



Com o artigo “**O Posicionamento Discursivo da Marca Lugar dos Açores**”, o autor busca mapear e analisar o conceito da marca lugar, com foco nos Açores, explorando a interseção entre cultura, turismo e desenvolvimento sustentável.

No artigo “**O Catálogo da Editora UFMG por Grandes Áreas do Conhecimento do CNPq**”, o autor analisa a constituição do catálogo de uma editora universitária, investigando como as áreas de conhecimento são representadas, refletindo sobre as políticas e processos da universidade.

Através do artigo “**O Gênero Notícia em Sala de Aula: Reflexões para um Diálogo Interdisciplinar**”, o autor provoca reflexões sobre o uso do gênero textual notícia em sala de aula, destacando a interdisciplinaridade e a relevância desse gênero na sociedade contemporânea.

A finalizar, é apresentada uma resenha da obra dedicada à memória de **Josefina Álvares de Azevedo, 1851–1913**, publicada pela Biblioteca Nacional de Portugal, numa parceria com os centros de investigação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa — CLEPUL e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa — CICSNOVA.

Este volume, assinado por Valéria Andrade, integra a série *Senhoras do Almanaque*, coordenada por Vania Chaves e Isabel Lousada, iniciada em 2014 com a publicação do *catálogo da produção de autoria feminina* cujo corpus resulta da pesquisa de estudiosas brasileiras e portuguesas em torno do *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*.

REFERÊNCIAS

Gadamer, H-G. (2000). Homem e linguagem. In C. L. Almeida, H. G. Flickinger, & L. Rohden (Eds.), *Hermenêutica filosófica: nas trilhas de Hans-Georg Gadamer*. EDIPUCRS.

Heidegger, M. (1989). *El Ser y el Tiempo* (7.ª Ed.) (J. Gaos, Trad.). Fondo de Cultura Económica.

DECLARAÇÃO ÉTICA



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.



MARIA ALTAMIRA: UMA HISTÓRIA DO DESPEJO NA AMÉRICA LATINA

MARIA ALTAMIRA: A STORY OF EVICTION IN LATIN AMERICA

[10.29073/naus.v5i1.800](https://doi.org/10.29073/naus.v5i1.800)

RECEÇÃO: 21 de novembro de 2023.

APROVAÇÃO: 26 de novembro de 2023.

PUBLICAÇÃO: 29 de dezembro de 2023.

AUTOR/A 1: Fernanda Dusse , CEFET-MG, Brasil, fernandadusse@gmail.com.

AUTOR/A 2: Nicole Dias , CEFET-MG, Brasil, nicoledias277@gmail.com.

RESUMO

O presente trabalho propõe aproximações entre o romance de *Maria Altamira*, de Maria José Silveira, e a história da América Latina, impulsionada pela colonização. Objetivamos tratar de alguns temas fundamentais para a análise historiográfica do continente nas últimas décadas, realçando as ditaduras militares, as catástrofes ambientais planejadas e as expulsões das populações nativas, mas também as diversas estratégias de resistência protagonizadas pelos grupos marginalizados. Avaliamos ainda como a escolha por protagonistas mulheres insere elementos particulares nos temas da violência e do despejo. As formas de abuso a que os corpos femininos estão submetidos mobiliza a integração das questões de gênero, etnia e classe e confirma como a pátria é território para poucos. Nesse ínterim, trataremos de alguns momentos da historiografia literária no continente, sobretudo do interesse em análises comparadas e capazes de ressaltar a potência crítica da literatura. Interessa-nos avaliar como *América Latina* constitui um conceito violentamente imposto pela colonização, mas também um símbolo de resistência e uma proposta alternativa para a relação entre nações.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina; Despejo; Literatura Comparada; *Maria Altamira*.

ABSTRACT

The present essay brings together the novel *Maria Altamira*, by Maria José Silveira, and the history of Latin America propelled by colonization. Our goal is to discuss some crucial topics for a historiographic analysis of the continent in the last decades, highlighting the military dictatorships, the planned environmental catastrophes and the eviction of native population, as well as the various resistance strategies taken by marginalized groups. We also aim to analyze how the choice for women as protagonists integrates specific elements in the debates of violence and eviction. Female bodies are submitted to particular forms of abuse which mobilizes an integrated discussion of gender, ethnicity and class. Considering this, we focus on exploring some moments of Latin American literary historiography, targeting comparative analysis that considers literature in its cultural aspects. We thus take *Latin America* as a concept violently imposed by colonization, but also as a symbol for resistance and as an alternative proposition for the relationship among nations.

KEYWORDS: Comparative Literature; Eviction; Latin America; *Maria Altamira*.

Uma história começa em qualquer lugar e em qualquer momento. Há sempre algo que entrelaça de tal maneira as histórias do mundo e as de cada um de nós que o começo depende apenas do ponto de vista pelo qual você escolhe ver e desembaralhar os nós, as malhas, os vazios.

Maria José Silveira



A epígrafe deste trabalho abre o romance *Maria Altamira*, publicado pela Editora Instante em 2020. Como a citação evidencia, trata-se de uma obra de caráter realista, que busca, pela construção ficcional, abordar um entrelaçamento de histórias possíveis no contexto social latino-americano.

A história de Alelí, protagonista do romance, começa após um terremoto em Ancash, vale da Cordilheira dos Andes, seguido do soterramento causado pelo desmoronamento do pico de Huascarán sobre a cidade de Yungay, no Peru, em 1970. Aos 16 anos, a personagem presencia o massacre cinzento que matou quase toda a população da pequena cidade, incluindo a filha Illa, seu companheiro e seus pais. Articulando um acontecimento verídico da história peruana ao ponto de partida da errância da protagonista, o romance reafirma o diálogo entre literatura e história. Embora deva ser lido por uma chave ficcional, *Maria Altamira* encadeia uma série de eventos da América Latina ao longo do século XX, compondo, com essa coletânea de episódios traumáticos, uma história das populações recorrentemente expulsas de seus territórios.

Após o terremoto, Alelí e os outros poucos sobreviventes de Yungay são encaminhados para um albergue temporário. Emudecida, impaciente e amedrontada, a personagem parece incapaz de aguardar as determinações legais para seu destino. É assim que, sem refletir, ela inicia sua trajetória errante:

De olhos baixos, sem pensamentos, saiu como puxada por algo que não compreendia nem queria. Saiu andando apenas, sem ver como nem para onde. Entrou no primeiro ônibus que encontrou. Escondeu-se atrás de um banco, até ser descoberta, xingada, escorraçada. Entrou em outro e seguiu. (Silveira, 2020, p. 20)

Por alguns anos, Alelí vive como os *trecheiros* — grupo errante que se desloca de ônibus e cuja presença é tão numerosa que diversos estados e municípios brasileiros destinam verbas públicas para a compra de suas passagens. Na narrativa, esse período configura um percurso por seis países latino-americanos (Peru, Bolívia, Chile, Argentina, Paraguai e Brasil) e traz uma combinação inusitada de diferença e repetição. Embora os cenários evidenciem a diversidade geográfica, climática, artística e linguística da América do Sul, as situações parecem se repetir ao longo de todo o trajeto, fazendo a protagonista refletir, ao ver mais uma comitiva de migrantes: “No estradão em que seguiram, no calor do entardecer, antes de chegar ao pouso do gado, ela outra vez passou pelo casal, o velho, a menina e o cachorro que vira na Bolívia. Ou seriam outros, mas iguais.” (Silveira, 2020, p. 48).

Se no primeiro momento da traumática história de Alelí, a catástrofe é ambiental, as determinações seguintes são humanas. Sua narrativa diverge da história oficial do Peru, a qual apresenta um momento de profunda solidariedade com os 300 sobreviventes do desastre de Huascarán. Além do reassentamento rápido em uma região próxima à atingida, denominada Nova Yungay, a documentação oficial sobre a tragédia confirma que os habitantes participaram da fundação do Campo Santo de Yungay, onde diversas homenagens rememoram as 18 mil pessoas mortas pelo desastre glacial. Já a narrativa ficcional de Silveira parece se aproximar das muitas histórias de abandono e negligência que definem a vida de latino-americanos. Encaminhada para um abrigo, Alelí não compõe, com os demais sobreviventes, uma nova comunidade. Após receber novos documentos e algumas mudas de roupa, ela desaparece sem mobilizar qualquer tipo de busca.

Essa perspectiva é reforçada pela escolha por um *flash-forward*, que antecipa a segunda parte da história. Antes de sabermos do percurso de Alelí, somos informados que 10 anos mais tarde ela terá outra filha, Maria Altamira. E que esta, em 2017, observará “a expansão brutal das águas que afundaram a região onde foi construído o principal reservatório da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, nas águas do rio Xingu, no Pará” (Silveira, 2020, p. 15). Embora a trajetória de Maria Altamira só comece a ser narrada na segunda parte do livro, denominada “A filha”, sabemos, desde o prólogo, que a expulsão é o que aproxima as duas histórias.



Mais ainda, o prólogo ressalta a potência alegórica do romance. *Maria Altamira* é uma narrativa sobre os despejados, as multidões expulsas de seus territórios por motivos diversos, mas sempre relacionados a uma política violenta e oposta ao bem-estar da população. É por essa perspectiva que a obra aproxima duas situações tão diferentes quanto o desastre glacial de Huascarán e o projeto de construção de Belo Monte. Em ambas as situações, os moradores precisam acatar as ordens de despejo e tentar reconstruir suas comunidades em outros espaços. Assim, Maria Altamira rememora a mãe ao observar a inundação do território onde vivia: “Desastre causado pela própria natureza, ou pela mão humana, tanto faz. Para as vítimas, não há diferença” (Silveira, 2020, p. 17).

De forma análoga, Alel , em sua errância pela América do Sul, percebe que seu destino é bastante semelhante ao de muitos moradores da região, submetidos a desastres ambientais e às diversas manifesta es de uma política da expulsão ou do extermínio. Nesse sentido, a alegoria construída pelo romance indica que a América Latina é um território em permanente coloniza o, onde popula es precisam abandonar suas comunidades, cedendo o espaço para novos projetos de explora o da terra. Do ponto de vista desses grupos, o desenvolvimento é, portanto, sin nimo de expulsão.

Durante seu percurso pelo continente, Alel  contrapõe a natureza   explora o. O crescimento das cidades preconiza a evacua o das comunidades que ali habitam e se faz perceber por estradas que, para serem construídas, extinguem vilarejos. Assim, ao mesmo tempo em que se encanta pelos diversos biomas que encontra, fascinando-se pelo deserto andino, pelos pampas, pelo pantanal e pela exuberância da floresta amazônica, ela se depara, em todos os países, com cidades “onde os sofrimentos se acumulavam de tal maneira que era impossível suportá-los. Cidades sem paisagens, sem campos, sem alma. E agora sem filhos. Cidades feias, empilhando seus dramas terríveis, suas pulsões de ódio” (Silveira, 2020, p. 45).

A contraposi o entre terra e país, percebida por toda a narrativa, alude à arbitrariedade e   violência que determinam os limites da na o, reforçando que suas fronteiras são símbolos de exclusão ou de cárcere — e quase nunca de pertencimento. A vivência da terra como um espaço palpável e composto pelos seres que a habitam é, portanto, antag nica   lógica hierárquica do Estado.

  nítida a semelhança entre essa narrativa e a construída pelo uruguaio Eduardo Galeano em seu livro *As veias abertas da América Latina*. Ao compor uma história comparada para as diferentes na es do continente (que, em sua análise, englobam América do Sul, Caribe e América Central), o autor percebe que as riquezas da terra foram transformadas em justificativa para uma explora o predatória do território e de seus habitantes. Nesse sentido, o desenvolvimento latino-americano equivale à destrui o da paisagem pela minera o e pela monocultura. Na célebre introdu o de sua pesquisa, Galeano afirma:

Perdemos, outros ganharam. Mas aqueles que ganharam s  puderam ganhar porque perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já foi dito, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia. (Galeano, 2010, p. 20)

Em consonância com essa perspectiva, *Maria Altamira* narra histórias de sujeitos derrotados pelo progresso. Alel  e sua filha se tornam, assim, arquétipos do continente. Em suas trajetórias, elas permitem observar momentos fundamentais para a história do desenvolvimento da América Latina pela perspectiva dos que são vitimados por um ideal excludente de prosperidade.

Considerando isso, o presente trabalho propõe aproxima es entre o romance de Maria José Silveira e a história da América Latina, impulsionada pela coloniza o. Objetivamos tratar de alguns temas fundamentais para a análise historiográfica do continente nas últimas décadas, realçando as ditaduras militares, as catástrofes ambientais



planejadas e as expulsões das populações nativas, mas também as diversas estratégias de resistência protagonizadas pelos grupos marginalizados.

Nesse íterim, trataremos de alguns momentos da historiografia literária no continente, sobretudo do interesse em análises comparadas e capazes de ressaltar a potência crítica da literatura. Interessa-nos avaliar como *América Latina* constitui um conceito violentamente imposto pela colonização, mas também um símbolo de resistência, uma proposta alternativa para a relação entre nações.

Para tanto, é fundamental observar como a caminhada de Alelí se mistura à dos exilados das ditaduras militares que se estabeleceram na América do Sul na década de 1970. Os seis países pelos quais transita (Peru, Bolívia, Chile, Argentina, Paraguai e Brasil) sofreram golpes de estado que culminaram na tomada de poder pelo exército e na implementação de projetos políticos mantidos pela censura, por prisões arbitrárias e por formas brutais de violência contra qualquer tipo de oposição.

Nesse aspecto, é interessante também observar o vínculo que o romance cria com a história de sua escritora, Maria José Silveira. Assim como algumas personagens que Alelí encontra em sua trajetória, Silveira fez parte da luta armada contra a ditadura militar brasileira. Por esse motivo, foi exilada para o Peru em 1971, onde morou até 1976 e cursou antropologia na Universidad Nacional Mayor de San Marcos, em Lima. Embora a obra não tenha um caráter autobiográfico, a retomada da história da autora — que a abordou na entrevista sobre *Maria Altamira* concedida para o canal Litera Tamy — reforça a proposta de denúncia que estrutura o romance e que pode ser sintetizada em sua colocação de que “o Brasil precisa olhar para o que está a suas costas — e não apenas em seu litoral”.¹

Para Alelí, porém, as ditaduras militares aparecem apenas como narrativas de horror e violência. No primeiro momento em que o tema é diretamente mencionado, o narrador pontua: “Alelí não sabia quem eram esses mortos, muito menos quem era Pinochet. Mas sentiu o chão lhe faltar, o vão se espremer” (Silveira, 2020, p. 39). Do lugar silencioso e marginal que ocupa, a personagem não se interessa pelos grandes eventos políticos do período, mas percebe na solidariedade o vínculo que aproxima todos os explorados e vitimados por políticas do abandono e da exclusão. É por esse elo que ela observa o impacto do regime político na vida do casal que a abriga no Atacama, mas que verá sua casa demolida para a construção de uma rodovia. Mais tarde, ela reconhecerá o mesmo desespero nas pessoas que observam a passagem de soldados por sua vila, no Paraguai, ou quando conhece um grupo de guerrilheiros em Goiás.

Alelí se sente especialmente próxima das mulheres que, em silêncio, veem passar caminhões carregados de corpos e temem por seus filhos. Durante sua passagem pela Argentina, ela ouve sobre filhos desaparecidos e se espanta: “Filhos desaparecidos? Quem os tinha levado? Como é possível? Viu sua Illita erguendo os bracinhos, catarro escorrendo aos montes do narizinho, gritando “Mamita, mamita!”. Que tipo de diabo levou os filhos dessas mulheres?” (Silveira, 2020, p. 44). Como essas mulheres, Alelí experienciou o horror de perder sua filha, sua casa e sua pátria. Também como elas, descobriu uma improvável “força impenitente que a fazia seguir, a força sem tino, sem razão, jamais convidada, que não a deixava parar” (Silveira, 2020, p. 37).

Por isso a história de Alelí é sobre resistência, sobrevivência e uma força indomável. Mas também é sobre orfandade, sobre filhos sem pais e pais sem seus filhos; é sobre um povo órfão de terra, de lar. É sobre uma terra que é órfã de filhos, água, recursos. É uma história de perda, luto, dor e expulsão. Expulsão pela própria pátria, que se afasta de

¹ A entrevista está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yWH7LIErmxk&t=1420s>, acesso em 26 de novembro de 2023.



qualquer significado acolhedor para se tornar um espaço de hierarquias e violências que justificam a constante eliminação dos sujeitos e dos territórios que a compõem.

O reconhecimento dessas violências cria um vínculo entre Alelí e outros sujeitos. Ainda que não permaneça em nenhum local nem aceite ser parte de qualquer comunidade, a personagem partilha, com os exilados e marginalizados com quem convive por breves períodos, a certeza de que sua dor e sua força não são exclusivas, mas compõem estratégias para resistir a uma história de extermínio.

Também por isso, a história ficcional de Alelí se entrelaça com as narrativas que compõem a história da América Latina. Junto à violência sistematizada pelas ditaduras, por exemplo, estabeleceu-se uma consciência coletiva sobre o que organiza a história conjunta do continente. Especialmente para o Brasil, separado de seus vizinhos pelo idioma, a sensação de pertencimento a um bloco territorial e político sempre foi vaga.

Nas décadas de 1960 e 1970, contudo, muitos artistas, ativistas, políticos e intelectuais observaram que a história do país se misturava à do restante do continente pela colonização continuada (da dominação da Europa à dos Estados Unidos), pelo extermínio de povos originários e de comunidades tradicionais e pelos recursos que possibilitam a esses grupos resistir.

Nesse íterim, a arte apresenta sua potência enquanto manifestação da resistência. No romance, isso é exemplificado pela relação que Alelí estabelece com a música. Primeiro, pelo charango andino que aprende a tocar e que se transforma em sua profissão; depois, pelo som da harpa paraguaia que reacende as memórias de sua família e da vida em Yungay; e, finalmente, pelas flautas jurunas que se integram a suas composições.

Fora do enredo, semelhantemente, é interessante observar como a literatura também marca a resistência latino-americana e se projeta como estratégia de integração dos países. A proposta de aproximação das histórias nacionais é evidente no percurso das protagonistas de *Maria Altamira*. O romance desenha, assim, um mapa comum para territórios marcados pela dominação, o extrativismo, a expulsão e a sobrevivência dos grupos minoritários. De forma análoga, os estudos da literatura comparada têm abraçado projetos de reflexão conjunta sobre obras latino-americanas.

Considerando isso, é importante observar que a vinculação do Brasil ao continente é uma questão tumultuada e movente. Embora tenha tido uma história de colonização, extermínio das populações originárias e integração de raças semelhante à das nações vizinhas, as diferenças trazidas pelo idioma e pela colonização portuguesa marcam uma fronteira política e cultural. Por isso não é incomum que os brasileiros se refiram a América Latina como um território estrangeiro, limitado aos países de colonização hispânica. Politicamente, a integração a um bloco latino ou sul-americano é um tema disputado e que opõe ideologias, como pode ser vista na disputa que se percebe hodiernamente em torno do Mercosul.

Nos estudos literários, o tema se torna ainda mais crítico pela diferença linguística dos países, que exige a tradução das obras para que possam ser lidas pela comunidade brasileira. Por esse motivo, a história da literatura hispânica por vezes mistura movimentos e autores de nacionalidades diversas, mas deixa de fora os acontecimentos do Brasil. De fato, uma análise histórica constata que a análise comparativa sistemática da literatura latino-americano só teve início no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, justamente na instauração das ditaduras militares no continente.

Sandra Nitrini, em seu livro *Literatura comparada: percursos históricos e teóricos*, afirma que o período é marcado “por uma reflexão explícita sobre os modelos de literatura comparada e de historiografia literária, até então utilizados, e pela tomada de consciência da necessidade da busca de instrumentos a partir do contexto particular da literatura latino-americana” (Nitrini, 2000, p. 63). A resistência à ditadura trouxe o reconhecimento da experiência



partilhada pelos moradores do continente e permitiu uma revisão na lógica que estabelece as comparações literárias por um movimento de modelo e cópia.

Segundo Nitrini, o primeiro texto a marcar essa mudança foi o artigo “Diálogo de literaturas”, apresentado por Guillermo de Torre em 1959, durante o II Congresso da Associação Americana de Literatura Comparada (ACLA). O pesquisador argentino trouxe propostas para uma análise comparativa de textos latino-americanos, ou destes com obras europeias e norte-americanas, sem adotar teorias de influência nem colocar as literaturas do hemisfério Sul como reprodutoras das estratégias pensadas por escritores do Norte. Com a proposta de diálogos entre literaturas, Torre demonstra que a ideia de independência plena de uma literatura nacional é sempre impossível e que isso não define uma relação de subserviência.

A participação do Brasil nesse debate se inicia alguns anos depois, em 1970, com o artigo “Literatura e subdesenvolvimento”, de Antonio Candido, que propõe comparações entre os movimentos literários de diferentes países. Nesse texto, o teórico substitui a ideia de dependência pela de “interdependência cultural”, marcada pela consciência da “assimilação recíproca” de literaturas nacionais. Em uma perspectiva esperançosa, Candido percebe que essa tomada de consciência levaria à criação de “obras de teor maduro e original, que serão lentamente assimiladas pelos outros povos, inclusive os dos países metropolitanos e imperialistas” (Candido, 2011, p. 171).

É interessante observar como Candido estabelece o reconhecimento da condição de subdesenvolvimento como o ponto de partida para a mudança na postura assumida pelos países latino-americanos frente a seus dominadores. Desde a década de 1930, com o surgimento do romance social em vários países do continente, a produção literária realça a história da colonização e da exploração do território. Para o autor, isso estimula a crítica da desigualdade entre nações e a refutação de um projeto de desenvolvimento autônomo, inclusive para a literatura. Diz ele:

Parece, entretanto, que um dos traços positivos da era de consciência do subdesenvolvimento é a superação da atitude de receio, que leva à aceitação indiscriminada ou à ilusão de originalidade por obra e graça do cenário local. Quem luta contra obstáculos reais fica mais sereno e reconhece a falácia dos obstáculos fictícios. (Candido, 2011, p. 195)

A articulação da produção cultural à condição político-econômica permite aos artistas perceber os vínculos entre diversas manifestações artísticas nacionais e escapar da ilusão da autonomia plena. Mas isso também autoriza uma crítica madura às circunstâncias que legitimam a produção e circulação das obras de alguns países em detrimento de outros. Nesse sentido, junto à tomada de consciência sobre os “problemas reais” da dependência econômica e cultural, surgem projetos de transformação dessa realidade pelo fortalecimento de diálogos entre países com semelhante trajetória histórica e social.

A substituição da influência pela análise socio-histórica do subdesenvolvimentismo permite um debate crítico que considera a integração da literatura a sistemas culturais, sociais, políticos e econômicos. Sem substituir a análise dos textos e de seus componentes estéticos, a abordagem proposta por teóricos como Guillermo de Torre, Antonio Candido, Angel Rama ou Alejo Carpentier — para citar apenas alguns nomes precursores da crítica latino-americana — estabeleceu um projeto comparatista que reconhece a partilha de uma história comum, bem como a proximidade nos movimentos e obras produzidos por artistas deste território.

Algumas décadas depois, no começo do século XXI, o projeto ganha um caráter ainda mais revolucionário, quando autoriza uma revisão da história da modernidade pela perspectiva latino-americana. O período definido por Maria Antonieta Pereira (2002, p. 56) como aquele em que “a esperança venceu o medo na América Latina”, pode ser observado como o segundo momento em que análises comparativas da América Latina são produzidas sistematicamente e por vezes aproximam o texto literário de nossa história sociocultural. Nesse momento, é evidente



o desejo dos intelectuais em romperem com a ideia de subdesenvolvimento que marcou a produção de gerações anteriores.

Ricardo Piglia, em um ensaio intitulado “*Una propuesta para el proximo milenio*”, elabora uma fabulação acerca das palestras que Ítalo Calvino apresentaria na Universidade Harvard — *Seis propostas para o próximo milênio* —, mas que não aconteceram por seu falecimento. Observando os cinco textos escritos pelo autor, Piglia propõe: “me parece, então, que poderíamos imaginar que há uma sexta proposta. À qual eu chamaria o deslizamento, o *desplazamiento* (distanciamento), a troca de lugar. Sair do centro, deixar que a linguagem fale também da borda, do que se ouve, do que chega do outro” (Piglia, 2001, p. 2).

Piglia sugere que, por ser um leitor/escritor da periferia do planeta, ele é capaz de apresentar uma “mirada oblíqua” para a produção textual e refletir sobre a literatura enquanto o espaço de fala do outro. Por ser argentino, ele acredita que suas considerações sobre a literatura reforçam a distância e a alteridade inerentes a essa linguagem e recusa, assim, a percepção do Sul como espaço da falta. Pelo contrário, o autor propõe que a arte do novo milênio se afaste do conforto dos centros de poder em busca dos espaços marginais e silenciados.

Maria Antonieta Pereira retoma Piglia no artigo “Subdesenvolvimento e crítica da razão dualista” ao se contrapor a importantes teóricos brasileiros da década de 1970 na economia (Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Celso Furtado e Francisco de Oliveira) e na cultura (Antonio Candido, Paulo Emílio Salles Gomes e Roberto Schwarz), que pautam o conceito de subdesenvolvimento tomando “a subtração como princípio básico do raciocínio” (Pereira, 2002, p. 58). Pereira observa que o conceito de subdesenvolvimento está articulado a um projeto inatingível de se transformar naquilo que não se pode ser e termina seu texto evocando Piglia e o *desplazamiento*:

Sem aspiração à centralidade ou à posição de excluído, esse conceito talvez se desenvolva como uma estratégia de inserção das margens no próprio centro, algo que, ao invés de se dilacerar sobre a forma de uma razão dualista e excludente, recomponha-se em processos interativos e reticulares, aos quais não falem princípios antropofágicos e respeito às diferenças. Certamente, uma das formas de se construir democracias, preservar tradições e alterar hegemonias é fortalecer a autoimagem afirmativa e crítica, que seja capaz de transformar os acervos culturais em campos de batalhas simbólicas e em redes efetivas. (Pereira, 2002, p. 65)

Imaginando parcerias que ocorreriam fora da lógica centro-periferia, Pereira demonstra a importância da revisão da história e do estabelecimento de condições efetivas para uma produção artística e política que ponha em crise o pensamento dominante.

Contemporaneamente, o projeto de integração da América Latina em análises comparadas tem tido sucessores em todo o continente. No Brasil, nomes como Irlemar Chiampi, Eduardo Coutinho, Tania Franco Carvalhal, Zilá Bernd, Heloísa Buarque de Holanda e Benjamin Abdala Júnior se destacam por desenvolverem estudos sistemáticos sobre o tema, abordando diferentes momentos da história latino-americana. Em todos os trabalhos, é ressaltada a potência transformadora dessas alianças, capazes de romper com a hegemonia econômica e política do hemisfério Norte e estimular novas possibilidades para as relações internacionais.

A análise comparada preconizada por esses estudos permite a revisão do ideal nacional e dos discursos de autonomia e singularidade. Assim, à ideia de Benedict Anderson (2008) de que uma nação é uma “comunidade imaginada”, adiciona-se o reconhecimento das comunidades exterminadas ou silenciadas nesse processo. Nesse sentido, a construção de nações latino-americanas não pode ser vista apenas como marca da colonização e do silenciamento. Nas lutas pela independência, na construção de comunidades efetivas entre povos e indivíduos de origem diversas ou nas inúmeras lutas pela conquista e a manutenção da democracia, a nação se estrutura como um conceito efetivo para a resistência e a integração da diferença.



Observando como a leitura comparada da história latino-americana permite rever o conceito de nação, Eduardo Coutinho afirma:

Ao mostrar que o conceito europeu de “nação” e seu correlato americano, pelo seu cunho de homogeneidade que vem de encontro ao campo vasto e heretóclito das literaturas do continente, efetua-se um corte radical no cânone construído pelas classes dominantes da sociedade que internalizaram o olhar do colonizador, e a literatura latino-americana passa a incluir a produção das diversas “nações” que integram cada país do continente, desde a própria nação burguesa, oficial, que profere o discurso de poder, passando pela popular, camponesa, operária, até as nações étnicas, de perfil mais ou menos nítido conforme o momento e o local, que subsistem e se afirmam frequentemente nas lutas sociais, nas produções culturais, e nos desencontros entre o poder estatal e as várias sociedades em que se dispersa a sociedade nacional. (Coutinho, 2003, p. 52)

Conforme o autor indica, a crítica das artes na América Latina antecipou um movimento contemporâneo de reconhecimento das diferentes linguagens e projetos estéticos. Afinal, a violência formadora das colônias exige uma constante reflexão sobre quais exclusões são necessárias para a determinação uníssona do “povo”. A miscigenação latino-americana foi historicamente encarada como um problema para o estabelecimento de uma unidade nacional, mas ela é também responsável por um debate consistente sobre as fissuras dessa pretensa unidade.

Em *Maria Altamira*, a caminhada de Alelí pela América Latina evidencia não apenas a integração dos países, mas também de grupos marginalizados. Os diferentes sujeitos que tiveram suas vidas afetadas pelas ditaduras militares, as mães separadas de seus filhos, os artistas populares que partilham as praças em uma vida nômade, as mulheres abusadas que protegem umas às outras... todas essas comunidades apresentam estratégias para sobreviver em um território que almeja eliminar seus modos de vida.

A última parada da personagem na primeira parte do livro é no Brasil, especificamente na aldeia Juruna do Xingu e na cidade de Altamira. A chegada de Alelí ao Pará é consequência de um único momento esperançoso em sua caminhada: a paixão por Manuel Juruna, liderança indígena que a conhece tocando em um bar e a leva para viver na aldeia. Nesse intervalo, ela aprende a cosmologia dos Yudjá (chamados pelos não-inídigenas de Juruna), se aproxima das mulheres e vive momentos felizes com Manu, celebrando, inclusive, sua gravidez. O capítulo que trata desses acontecimentos se chama “O último céu”, em evidente alusão ao livro em que Davi Kopenawa narra a cosmologia Yanomami. Em consonância com essa mitologia,

“o mundo dos Yudjá tem quatro andares: a terra e três céus. Desses céus, dois já caíram. Periga cair o último. Eles foram derrubados por Senãã em represália ao extermínio dos povos indígenas. Foi no tempo que os Yudjá estavam à beira da extinção. Quando Senãã tentou avistar o rio, não tinha mais rio. Ele ficou furioso e derrubou o céu, queria exterminar os brancos. O rio Xingu desapareceu. O sol apagou, tudo ficou escuro. Todo mundo ficou apreensivo. Os poucos sobreviventes, os que se abrigaram ao pé de um grande rochedo, somente eles se salvaram. Os brancos todos morreram, os índios todos morreram, os Yudjá morreram. Os que tinham sobrevivido escavaram o céu espesso com um pedaço de pau. Esses foram os que começaram a crescer outra vez. E Senãã disse a eles: “É assim que hei de fazer, quando os índios desaparecerem, quando os Yudjá desaparecerem, eu desmoronarei o último céu.” (Silveira, 2020, p. 67–68)

Esse mito se torna o impulsionador da segunda parte da narrativa. A tentativa de sobrevivência dos Yudjá parece se alastrar para todas as comunidades — indígenas, ribeirinhas e outras — que habitam o Xingu. Mais ainda, o risco do “desabamento do céu” ultrapassa a região e se torna o mote dos ativistas que tentam romper o movimento suicida do aquecimento global. Todos esses temas surgem na segunda parte da narrativa e compõem a experiência de vida de Maria Altamira, filha de Alelí e Manuel Juruna.



Em consonância com essa perspectiva, Eduardo Galeano observa o destino das populações indígenas como uma alegoria para a história dos latino-americanos. O autor afirma:

Desterrados em sua própria terra, condenados ao êxodo eterno, os indígenas da América Latina foram empurrados para as zonas mais pobres, as montanhas áridas ou o fundo dos desertos, à medida que avançava a fronteira da civilização dominante. Os índios padeceram e padecem — síntese do drama de toda a América Latina — à maldição de sua própria riqueza. (Galeano, 2010, p. 56)

No romance, antes mesmo de seu nascimento, o assassinato do pai filia Maria Altamira à luta pela sobrevivência indígena. Manuel é morto em uma emboscada, quando tentava ajudar “um grupo de parentes ameaçados rio abaixo” (Silveira, 2020, p. 71). Sua história espelha tantas outras de lideranças assassinadas e remete à participação indígena na reabertura política do Brasil e na escrita da nova Constituição.

Foi nesse período que o país elegeu seu primeiro parlamentar indígena, Mário Juruna, pelo PDT, 1982². Os nomes do deputado e da personagem talvez sejam apenas uma coincidência, já que Mário Juruna foi o nome dado a Oniuou Xavante, quando, aos 17 anos, ele teve seu primeiro contato com a sociedade não-indígena. Apesar disso, é importante ressaltar que os Xavante do Mato Grosso estão juntos dos Yudjá em muitas lutas, inclusive na da preservação do Xingu e dos povos que dependem do rio.

Tratar desse período — compatível na narrativa com o nascimento de Maria Altamira, em 1980 — é ressaltar o momento de vinculação dos indígenas à política branca institucionalizada e a seus discursos. Ainda que a eleição desses representantes seja quase inexistente em todos os cargos, a articulação dos grupos em movimentos organizados duradouros e em diálogo com comunidades não-indígenas confirma sua luta pela representatividade e pela participação na democracia, mesmo frente a um Estado que estimula o etnocídio e o genocídio. Em 1987, durante a Assembleia Constituinte, Aílton Krenak assumiu a voz desses povos quando, em uma emocionante performance, declarou:

Assegurar para as populações indígenas o reconhecimento aos seus direitos originários às terras em que habitam — e atente bem para o que digo: não estamos reivindicando nem reclamando qualquer parte de nada que não nos cabe legitimamente e de que não esteja sob os pés do povo indígena, sob o habitat, nas áreas de ocupação cultural, histórica e tradicional do povo indígena. Assegurar isto, reconhecer às populações indígenas as suas formas de manifestar a sua cultura, a sua tradição, se colocam como condições fundamentais para que o povo indígena estabeleça relações harmoniosas com a sociedade nacional, para que haja realmente uma perspectiva de futuro de vida para o povo indígena, e não de uma ameaça permanente e incessante. (Krenak, 2021, p. 4)

Até hoje, a luta pelo direito de habitar o espaço ancestral que lhes cabe é a principal reivindicação dos indígenas brasileiros. E apesar desse combate durar mais de 500 anos, o período coberto em *Maria Altamira* — de 1970 a 2017 — marca aspectos particulares da institucionalização do confronto.

É isso que se percebe nos encontros de oposição à barragem de Belo Monte: o I Encontro das Nações Indígenas do Xingu aconteceu durante o governo Sarney, em 1989, com o objetivo de barrar o projeto iniciado em 1975, durante a ditadura militar, que previa o desenvolvimento de hidroelétricas como parte do “milagre econômico”. Em outros momentos bastante diferentes na história do país, como em 1994 e 2002, os grupos voltaram a se reunir para lutar

² Impressionantemente, a segunda deputada federal indígena é Joenia Wapichana (Rede), eleita em 2019. As últimas eleições, em 2022, felizmente, aceleraram essa estatística pela eleição de quatro representantes: Sonia Guajajara (PSOL/SP), Célia Xacriabá (PSOL/MG), Silvia Waiãpi (PL/AP) e Juliana Cardoso (PT/SP).



contra o barreamento do rio. Em 2008, organizou-se o Movimento Xingu Vivo para Sempre, que permanece ativo mesmo depois da construção da hidrelétrica em 2017.

Maria Altamira surge, portanto, como uma alegoria dessa luta. Seu nascimento é declaradamente um anúncio de resistência, seja à violência, à opressão ou ao medo e é também um manifesto contrário à expulsão. Já pelo nome que recebe, a personagem percebe que sua história é indissociável daquele território: “Ter sido embalada no berço com o nome de Belo Monte, era essa a impressão de Maria Altamira, “Belo Monte, meu terrível Belo Monte”, cantava como se fosse o verso de uma canção de ninar.” (Silveira, 2020. p. 85)

A primeira expulsão que Maria Altamira sofre é por parte da mãe, que a deixa com Mãe Chica logo após o parto. Alelí acreditava ser vítima de uma maldição que levaria todos que amasse. Deixá-la com a mulher que a acolheu e realizou seu parto era, portanto, uma tentativa de proteger a filha. E, de fato, a infância de Maria Altamira acontece em um lar acolhedor, junto à mãe e aos dois irmãos e repleta de amigos. *Nesse trecho, porém, a narrativa não apresenta a verossimilhança cronológica da parte inicial da narrativa.* No I Encontro Xingu Vivo para Sempre, por exemplo, a personagem tinha há pouco terminado o ensino médio regular, o que não faz sentido quando observamos que o movimento ocorreu em 2008.

Esse descompasso parece justificado pelo interesse de Silveira em apresentar um compilado de histórias da América Latina, especialmente neste início de milênio. Na entrevista para o canal Litera Tamy, ela afirma que a ideia para o livro surgiu enquanto observava, em São Paulo, manifestações contra a construção de Belo Monte:

Eu sou uma escritora que olha muito para fora, sabe? Eu gosto muito da minha janela. E naquela época, 2016, 2015, começou a se falar muito sobre Belo Monte. Aliás, já tinha começado antes, mas nessa época, eu acho que houve um recrudescimento disso aí, inclusive com, não só matéria de jornal e tal, mas também com uma mobilização muito grande e com os próprios indígenas vindo até São Paulo.³

Para dar conta da união dessas narrativas com as da catástrofe natural de Huascarán e das violências das ditaduras militares, Silveira abandona a cronologia e opta pela aproximação de lutas contemporâneas pelo direito à terra. Além das manifestações indígenas e ribeirinhas na região do Xingu, o livro apresenta a atuação do Movimento dos Sem Teto (MTST), quando Maria Altamira vai viver em São Paulo com seu irmão, Avenor. Morando com os ativistas em um prédio ocupado no prédio da cidade, a personagem não tem dificuldade em aproximar as estratégias do grupo às dos coletivos do Norte do Brasil:

Desde que chegou a São Paulo, uma coisa que impressionou Maria Altamira foi a organização do pessoal que morava no prédio. Enfrentar os problemas conjuntos, administrar o local ocupado, dividir as tarefas, preparar a ocupação de prédios desocupados que pudessem abrigar mais gente.

Havia os profissionais voluntários que vinham para ajudar no que a organização precisasse. Médicos, advogados, sociólogos. Maria observava tudo aquilo, o sofrimento comum e ao mesmo tempo tão diferente de cada um, a luta cotidiana, e, como um fio entrelaçando tudo aquilo, o direito de se alegrar e de se afirmar: estamos aqui. Seu povo Yudjá também lutava assim: por seu direito de viver, de morar, de se alegrar e, da mesma maneira, se afirmar: temos o direito de estar aqui. (Silveira, 2020, p. 149)

A forma com que o romance escolhe “desembaralhar os nós, as malhas, os vazios” — *para retomar seu início* — é observando o modo pelo qual o despejo se torna parte do cotidiano latino-americano. Pessoas com aspirações e

³ A entrevista completa está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yWH7LIErmxk&t=1420s>, acesso em 27 de novembro de 2022. O trecho referido começa em 2’03”.



modos de vida bastante diversos são vítimas de políticas da expulsão e precisam recomeçar suas vidas em lugares novos. Nos territórios rurais ou urbanos, vítimas de catástrofes naturais ou planejadas, a história da América Latina parece ser sempre mobilizada pela violência da segregação.

Considerando isso, elaboramos um mapa da América do Sul com marcações dos lugares por onde Alelí e Maria Altamira transitam, escolhendo, para cada um deles, um símbolo de resistência. A Figura 1 apresenta o mapa e destaca o trajeto de Alelí:

FIGURA 1: Trajeto de Alelí.



FONTE: Elaboração própria.

Nesse mapa, salientamos um importante movimento de resistência para cada região pela qual a personagem trafega. Embora nem todos sejam diretamente mencionados na narrativa, integrá-los é uma tentativa de aproximar as lutas por moradia e justiça social na América do Sul durante a segunda metade do século XX e começo do século XXI.

No Peru, a escolha pelo símbolo do *Partido Comunista del Peru*, fundado em 1928 com o nome de *Partido Socialista del Peru* e renomeado em 1970, alude a todos os partidos de esquerda ainda em atividade no continente e responsáveis por radicalizar os discursos na direção da garantia dos direitos e do acesso à qualidade de vida. De forma semelhante, a escolha pela *Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia* (F.S.T.M.B) e pela *Central Unitaria de Trabajadores* (CUT), do Paraguai, representa as diversas organizações de trabalhadores que lutam por condições dignas de trabalho e que se opõem à exploração desmesurada da terra.



Nas lutas contra as ditaduras militares, optamos por apresentar as *Madres de la Plaza de Mayo*, da Argentina, coletivo formado por mães, avós e esposas que tiveram parentes desaparecidos. Ainda que, no romance, Alelí não chegue a Buenos Aires nem veja a organização do movimento, o encontro com essas mulheres ratifica sua percepção de que a dor de perder violentamente alguém amado é quase inevitável na experiência latino-americana.

Ainda nessa aproximação, trouxemos as *Arpilleras* chilenas. Trata-se de um coletivo de mulheres que transformaram a *arpillaria* — uma técnica de bordado — em um movimento de denúncia contra a repressão militar. Entre 1970 e 1990, o grupo produziu 28 mantas que ilustravam seu cotidiano e a brutalidade de um sistema político de exclusão e silenciamento. O sucesso dessa estratégia pode ser medido por sua expansão para outros coletivos e lutas. No Brasil, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) tem usado a técnica em ações com mulheres atingidas em diferentes regiões do país, como no Paraná, após a construção da represa de Itaipu, em Minas Gerais, após os crimes ambientais da Vale, e no Pará, junto às atingidas pela construção de Belo Monte.

Já os dois símbolos escolhidos para representar o Brasil, são movimentos aos quais Maria Altamira de fato se vincula na história. O Movimento Xingu Livre para Sempre e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) surgem na narrativa como coletivos capazes de unir sujeitos segregados pelo despejo e compor uma articulação eficaz na luta pela reparação e pela transformação. Graças a essas iniciativas, a narrativa de Maria Altamira se difere da de sua mãe e permite que ela faça parte de uma ação comum por justiça social.

Ao finalizar este artigo com a apresentação desses movimentos, objetivamos ressaltar a vinculação da narrativa ficcional de *Maria Altamira* ao panorama sociocultural latino-americano, onde as violências sempre coexistiram com o enfrentamento à opressão e à resistência. Nesse sentido, reforçamos nossa leitura da obra como uma construção literária eficaz por seus aspectos narrativos e estéticos, mas também articulada a projetos de denúncia e transformação da brutal história de colonização ininterrupta da América Latina.

REFERÊNCIAS

- Anderson, B. (2008). *Comunidades imaginadas* (D. Bottmann., Trad.). Companhia das Letras.
- Antelo, R. (2002). Quantas margens tem uma margem? In *Margens/Margénes*, 2, 76–85.
- Candido, A. (2011). Literatura e subdesenvolvimento. In *A educação pela noite & outros ensaios*. Editora Ouro sobre Azul, 170–198.
- Coutinho, E. (2003). *Literatura comparada na América Latina: ensaios*. EdUERJ.
- Galeano, E. (2010). *As veias abertas da América Latina* (S. Faraco, Trad.). L&PM Editores.
- Krenak, A. (2021). Invocação à terra: Discurso de Ailton Krenak na Constituinte. In *Cadernos Selvagens*, (27), 3–5. https://selvagemciclo.com.br/wp-content/uploads/2021/07/CADERNO27_CONSTITUINTE.pdf
- Nitrini, S. (2000). *Literatura comparada: percursos históricos e teóricos*. EDUSP.
- Pereira, M. A. (2002). Subdesenvolvimento e crítica da razão dualista. In *Margens/Margénes*, 2, 56–65.
- Piglia, R. (2001). Una propuesta para el nuevo milenio. In *Margens/Margénes*, 1, 1–3.
- Silveira, M. J. (2020). *Maria Altamira*. Editora Instante.
- Walsh, R. (1976). *Carta a Vicky*. <http://www.rodolfowalsh.org/index.php/it/spip.php?article59>



DECLARAÇÃO ÉTICA

CONFLITO DE INTERESSE: Nada a declarar. **FINANCIAMENTO:** Nada a declarar. **REVISÃO POR PARES:** Dupla revisão anónima por pares.



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.





DA NEGAÇÃO À TRANSGRESSÃO: AS MANIFESTAÇÕES DO SILÊNCIO NA PALAVRA LITERÁRIA

FROM DENIAL TO TRANSGRESSION: THE MANIFESTATIONS OF SILENCE IN LITERARY DISCOURSE

[10.29073/naus.v5i1.833](https://doi.org/10.29073/naus.v5i1.833)

RECEÇÃO: 29 de novembro de 2023.

APROVAÇÃO: 14 de dezembro de 2023.

PUBLICAÇÃO: 29 de dezembro de 2023.

AUTOR/A: Cristiane Côrtes , CEFET-MG, Brasil, crisfelipecortes@gmail.com.

RESUMO

O artigo proposto parte das possibilidades de leitura do silêncio no texto literário como formas de se pensar nos sujeitos que vivem em condição de subalternidade. Essas leituras são denominadas poéticas do silêncio e serão apresentadas aqui em duas dimensões: como negação e como transgressão. A discussão dos conceitos parte de uma concepção da palavra literária como performance, capaz de subverter determinados conceitos no intuito de levar ao leitor novas formas de compreensão da realidade. O romance de Clarice Lispector *A hora da estrela* e o conto “Macabea, Flor de Mulungu”, de Conceição Evaristo irão nortear a discussão, pois partem exatamente de situações em que o silêncio das protagonistas reverbera ora na negação absoluta em que as personagens vivem, ora em um grito agudo de denúncia performatizado na mudez das personagens analisadas.

PALAVRAS-CHAVE: Escrita de Mulheres; Literatura Brasileira; Silêncio.

ABSTRACT

The proposed article explores the possibilities of interpreting silence in literary texts as a way to contemplate individuals living in conditions of subalternity. These interpretations are referred to as “poetics of silence” and will be presented in two dimensions: as denial and as transgression. The discussion of these concepts is based on a conception of literary language as performance, capable of subverting certain concepts to bring new forms of understanding reality to the reader. Clarice Lispector’s novel *A hora da estrela* and Conceição Evaristo’s short story “Macabea, Flor de Mulungu” will guide the discussion, as they both depict situations where the silence of the protagonists resonates either in the absolute denial in which the characters live or in a sharp cry of denunciation performed through the muteness of the analyzed characters.

KEYWORDS: Brazilian Literature; Silence; Women’s Writing.

O silêncio também é uma fraqueza, mas a recusa de se comunicar é um meio mais hostil, o mais potente de si comunicar. (Didi-Huberman, 2011, p. 144)

A discussão deste artigo parte das possibilidades de leitura do silêncio no texto literário como formas de se pensar nos sujeitos que vivem em condição de subalternidade. A essas formas, chamaremos de poéticas do silêncio que serão apresentadas aqui em duas dimensões: como negação e como transgressão. Vale ressaltar que tal discussão parte de uma concepção da palavra literária como performance, capaz de subverter determinados conceitos no intuito de levar ao leitor novas formas de compreensão da realidade. Entre outros textos, o romance de Clarice Lispector *A hora da estrela* e o conto “Macabea, Flor de Mulungu”, de Conceição Evaristo irão nortear a discussão, pois partem exatamente de situações em que o silêncio da protagonista assume uma outra conotação.



Os povos considerados minoritários, em muitas obras literárias são cercados pela solidão do anonimato, num silêncio absoluto que os distancia de um possível protagonismo e nega as identidades existentes ali. Ler o silêncio como provocação implica reverter seu uso no senso comum ou criar um novo sentido que seja mais coerente com a realidade que as obras estudadas suscitam. Neste ínterim, a concepção de performance, no sentido de transformação, é um aporte teórico bastante pertinente. O crítico Richard Schechner (2003) entende que a *performance* pode levar o público para uma outra dimensão, pois aquele sentido antes negativo pode ser revisto e transmutado. Esse seria um meio de entender as possibilidades de leitura do silêncio como potência ou resistência. Para ele, “performances são comportamentos marcados, emoldurados ou acentuados, separados do simples viver” (Schechner, 2003, p. 26). Dessa forma, pode-se entender a noção de silenciamento como possibilidade de uma nova leitura das obras que trazem personagens silenciosas ou silenciadas, restaurando a ideia de silêncio, *performatizando-o*, marcando seu comportamento num plano (realidade) a partir de outro (ficção).

Para compreender o que se denomina aqui de silêncio da negação seja na literatura, seja nos manuais de historiografia oficial, as considerações de Eni Orlandi (1995) são esclarecedoras. A pesquisadora coloca o silêncio como um amálgama das posições heterogêneas. Ele evidencia a exclusão das ditas minorias e provoca um ruído na historiografia oficial. O silêncio, como constitutivo da história, produz um efeito tão representativo quanto a fala, nas palavras de Orlandi: “há um trabalho silencioso na relação do homem com a realidade que lhe propicia sua dimensão histórica, já que mesmo o silêncio é sentido. O que nos leva a concluir que não se pode estar fora de sentido, assim como não se pode e estar fora da história” (Orlandi, 1995, p. 94)

Em relação ao do silêncio, Michelle Perrot (2005) se debruça sobre a [não] presença da mulher na história do continente europeu. A pesquisadora feminista acredita que houve um silenciamento das práticas da memória feminina o que dificultou consideravelmente o protagonismo da mulher na historiografia ocidental e, com isso, retardou seus direitos e conquistas perante a sociedade. Para Perrot, “no teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra”. Isso porque “A narrativa tradicional lhes dá pouco espaço, justamente na medida em que privilegia a cena pública — a política, a guerra — onde elas aparecem pouco”. Mesmo quando aparecem na iconografia, com silhuetas femininas nos monumentos das cidades, “elas coroam os grandes homens ou se prostram a seus pés, relegando um pouco mais no esquecimento as mulheres reais que os apoiaram ou amaram e as mulheres criadoras cuja efígie lhes fazia sombra” (Perrot, 2005, p. 33).

A história das mulheres está fortemente associada ao silêncio. Fato que se encontra diretamente relacionado aos problemas da representatividade e cria um ciclo vicioso que vai da não representação à representação desqualificada, criada pelos estereótipos, contribuindo para a manutenção do preconceito, machismo ou sexismo vigentes. Isso não significa que as mulheres não estejam nos compêndios da história, ou nos arquivos públicos, “Fala-se muito delas, o que se sabe delas? (Duby apud Perrot, 2005, p. 35). A citação atesta esse ciclo que mantém a história da tradição feminina nos porões. Na tradição literária não é diferente. As reflexões de Regina Dalcastagnè (2008) a respeito das relações raciais e seus estereótipos na literatura contemporânea apontam para um silêncio em torno da questão que dialoga com a pesquisa de Perrot. As autoras nos conduzem para o esclarecimento da dimensão aqui tratada. O silêncio da negação é duplo: silenciam-se as mulheres, silenciam-se as discussões sobre a ausência de sua voz. O desdobramento desse silêncio é grave, uma vez que podemos detectar ausências que deveriam estar presentes na discussão de um projeto de nação mais justo. Dalcastagnè destaca que a literatura é um espaço privilegiado para a manifestação de experiências dos grupos ditos minoritários “pela legitimidade social que ela ainda retém. Ao ingressarem nela, os grupos subalternos também estão exigindo o reconhecimento do valor de sua experiência na sociedade” (Dalcastagnè, 2008, p. 108).

A personagem Macabea é um exemplo icônico para discutir a questão da negação das mulheres em condição de subalternidade na história da Literatura Brasileira. Interessante pontuar a confluência entre a estatística referente à ampla predominância de homens como narradores — a exemplo do personagem Rodrigo S.M., criado por Lispector



para já evidenciar um lugar de fala privilegiado — e a predominância deles na formação do discurso historiográfico. Ao falar das personagens mudas ou quase, Dalcastagnè insere Macabéa em seu arsenal. Comparada à personagem Mané de *O paraíso é bem bacana*, de Sant’Anna, Macabéa impõe sua presença “calada às outras falas que se tencionam. O próprio narrador é de algum modo constrangido, já que nos é dado perguntar sobre suas intenções ao dizer o que diz sobre a personagem” (Dalcastagnè, 2008, p. 100). Esse silêncio diante da personagem coloca o leitor e a leitora a pensar em quem está falando sobre ela e a questionar a veracidade sobre o que se fala.

A presença do narrador, em *A hora da estrela*, que se julga no direito de narrar as peripécias da jovem nordestina porque acredita que, se não o fizer, ninguém mais o fará, é uma das evidências da mudez dessas mulheres. O silenciamento a que Macabéa é submetido ao longo da trama não revela nada sobre ela. O romance tem Rodrigo como locutor e o leitor como interlocutor, restando à Maca a terceira pessoa, objeto desse discurso. A leitura da pesquisa de Dalcastagnè não surpreende ao encontrar um homem letrado e abastado no papel de narrador que se diz capaz de “contar as fracas aventuras de uma moça numa cidade toda feita contra ela” (Lispector, 1999a, p. 15). Esse autor reconhece sua incapacidade de falar pela personagem, embora insista em acreditar na necessidade de narrá-la. A dedicatória do autor — “na verdade, Clarice Lispector” — abre precedente para que se encontre um projeto de denúncia desse corpo silencioso por ter sido silenciado: “Esta história acontece em estado de emergência e de calamidade pública. Trata-se de livro inacabado porque lhe falta a resposta” (Lispector, 1999a, p. 15). Dito isso, a obra acaba por assumir um compromisso com a alteridade, porquanto toca numa questão, mesmo que de forma obscura, social. O estado de emergência e calamidade remete à pobreza, literal e metaforicamente. Da personagem? Do autor? Da falta de respostas? A profundidade com que a obra trata da questão da representatividade deixam também silenciosas certas questões como forma emblemática de representação desse silenciamento a que tantas Macabéas são submetidas.

A outra dimensão pontuada neste artigo seria o silêncio transgressor que estaria no desdobramento da invisibilidade histórica das minorias e nas estratégias para sua reversão. Ele se constrói na ausência da alteridade e na evidência do silenciamento como uma potência capaz de denunciar performaticamente a mudez dessas vozes minoritárias. O poema “Emparedado”, do poeta simbolista Cruz e Sousa, constrói um eu-lírico inconformado com a ignorância e o preconceito que cercavam sua época. O texto pode ser lido como um grito de horror diante dos muros que cercam o poeta enclausurado na muralha do eurocentrismo. A longa prosa poética oscila entre a invocação de uma arte verdadeira que poderia retratar a alma do poeta e o lamento pelo preconceito criador de barreiras para a manifestação de sua arte. A lucidez de Sousa assume função como uma lâmina que perfura a realidade e expõe o artista alijado por não se enquadrar nos padrões eurocêntricos da época. A atmosfera tensa do texto se desdobra em denúncia ao evidenciar o incômodo que o sujeito negro consciente causa ao se posicionar como tal e perceber que há todo um sistema contra ele: preceitos, regras, doutrinas e teorias que promoveram a escravidão e sustentaram o racismo como prática preconceituosa capaz de engessar as identidades por meio da manutenção de seus estereótipos:

Foi bastante pairar mais alto, na obscuridade tranquila, na consoladora e doce paragem das Ideias, acima das graves letras maiúsculas da Convenção, para alvoroçarem-se os Preceitos, irritarem-se as Regras, as Doutrinas, as Teorias, os Esquemas, os Dogmas, armados e ferozes, de cataduras hostis e severas.

Eu trazia, como cadáveres que me andassem funambulescamente amarrados às costas, num inquietante e interminável apodrecimento, todos os empirismos preconceituosos e não sei quanta cama da morte, quanta raça d’África curiosa e desolada que a Fisiologia nulificara para sempre com o riso haeckeliano e papal! (Sousa, 2008, disponível em <https://www.letas.ufma.br/literafro/autores/11-textos-dos-autores/694-cruz-e-sousa-o-emparedado>)



O eu-lírico, no trecho transcrito, mostra-se chocado diante de um sistema de opressão que silencia o outro que considera exótico a partir do que chama de empirismo preconceituoso. Há, no poema, um sujeito que se desloca de seu lugar predestinado, considera-se acima das ideias e convenções criadas para justificar a supremacia de homens, brancos e ricos sobre mulheres, negros e pobres. Esse deslocamento abala esses preceitos e torna a muralha que separa essas identidades ainda mais alta.

Num crescente sentimento de revolta, o poeta organiza seu poema em prosa numa convulsão de denúncias sobre a situação do negro em fins do século XIX. A africanidade está impressa em sua pele e em seu texto, apontando as barreiras enfrentadas pelo conflito entre a erudição e o estereótipo. O eu-lírico assume o seu deslocamento como um lugar privilegiado da liberdade de criação antes invocada e das concepções limitadoras: “Num impulso sonâmbulo para fora do círculo sistemático das Fórmulas preestabelecidas, deixei-me pairar, em espiritual essência, em brilhos intangíveis, através dos nevados, gelados e peregrinos caminhos da Via-Láctea...” (*Idem*)

Num último movimento, o eu-lírico joga luz no discurso subliminar que o subestima e o coloca na posição de emparedado:

Artista?! Loucura! Loucura! Pode lá isso ser se tu vens dessa longínqua região desolada, lá no fundo exótico dessa África sugestiva, gemente, Criação dolorosa e sanguinolenta de Satãs rebelados, dessa flagelada África, grotesca e triste, melancólica, gênese assombrosa de gemidos, tetricamente fulminada pelo banzo mortal dessa África dos Suplícios, sobre cuja cabeça nirvanizada pelo desprezo do mundo Deus arrojou toda a peste letal e tenebrosa das maldições eternas!

A África virgem, inviolada no Sentimento, avalanche humana amassada com argilas funestas e secretas para fundir a Epopéia suprema da Dor do Futuro, para fecundar talvez os grandes tercetos tremendos de algum novo e majestoso Dante negro! (Sousa, 2008, disponível em <https://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/11-textos-dos-autores/694-cruz-e-sousa-o-emparedado>)

A denúncia do discurso racista, que sob o pretexto do exotismo torna a obra do autor negro ignóbil, é colocada aqui sem meias palavras. A crença na teoria racista associada à cegueira e ignorância daqueles que a defendiam antagoniza o eu-lírico, protagonista de sua luta e consciente de sua intelectualidade e de sua condição, aponta os horrores a que são submetidos aqueles que pertencem ao imaginário de uma África exótica e selvagem.

Cruz e Sousa ousou fazer de seu silêncio esse grito-lamento que ecoa ainda hoje e dialoga intimamente com a realidade dos povos oprimidos por serem tratados como minoria. A poética da transgressão seria essa habilidade de reverter o estado de silenciamento em denúncia num engajamento que surge *performaticamente* no próprio corpo da escrita. O poeta se apropria da estética simbolista para criar alegorias que rompem com o diálogo eurocêntrico. Com sua erudição, Sousa consegue se estabelecer esteticamente e se distanciar da realidade que o oprime, cria uma escrita que evolui numa particular trama e reflete o sentimento do poeta negro diante da realidade, mas também traz à baila os preceitos “armados e ferozes” que tentaram emparedá-lo.

A *performatização* do silêncio estaria fundamentada na capacidade de transgressão que a mudez carrega quando relacionada ao processo de reconstrução ou reconhecimento das comunidades silenciadas manifestas na palavra literária. A literatura empenhada em protagonizar a voz das minorias *performatiza* o silenciamento nas lacunas de seus escritos e evidencia o fosso que separa as identidades na sociedade e o declínio desse “empirismo preconceituoso”. Essas contranarrativas surgem como o “novo e majestoso Dante negro”, uma bola de fogo que, na mesma intensidade que ilumina e destrói, queima, pois dialoga com a opressão dentro do espaço literário, joga luz no discurso responsável pela mudez das ditas minorias e se coloca como sujeito da comunicação empenhada na reconstrução de uma outra perspectiva da realidade na qual se podem reconhecer os escombros, visitar os estilhaços.



Na mesma esteira, Macabéa é esse grito mudo evidente de uma classe subjugada e silenciada. “O direito ao grito”, um dos subtítulos do romance *A hora de estrela*, traz o mesmo dilema do emparedado que representa os sujeitos socialmente encarcerados em estereótipos de uma estrutura que é surda e muda. É possível dizer, então que a literatura possibilita o acesso a essa realidade de modo a denunciar a surdez de um sistema que atrela voz e poder, devolvendo a subjetividade aos emparedados, dando-lhes direito ao grito ou denunciando um labirinto imposto e sua possível ou impossibilidade de saída. O silêncio transgressor fica a cargo, portanto, dessa possibilidade de reversão ou denúncia.

O romance de Conceição Evaristo, *Ponciá Vicêncio*, traz tal perspectiva no comportamento alheio da protagonista durante grande parte da sua trajetória na cidade grande. Evaristo considera a palavra poética um meio de almejar uma nova ordem mundial ou revelar o descontentamento diante de uma realidade: “a poesia é um lugar de criação, manutenção e difusão da memória e da identidade” (Evaristo, 2010, p. 133). É o lugar da transgressão e por isso é um recurso/tática de resiliência. A literatura negra, para a autora de *Olhos d’água*, é parte do corpus da história desse povo, vivida e interpretada de um ponto de vista diverso daquele legitimado pelo pensamento hegemônico e que proporciona uma leitura transgressora da história oficial ao escrever a história dos dominados. O silêncio de Ponciá é a denúncia dessa dominação, e a memória de sua gente é a escrita da resiliência atuando para superar essa opressão.

No caso de Macabéa, não há o ponto de vista negro, mas o feminino encontra-se também uma denúncia, pois há um corpo dominado, inclusive do ponto de vista literário. A presença do narrador do sexo masculino eleito para contar as desventuras da pobre moça é antagonista à voz da narrativa que idealiza uma mulher nordestina resistente como o capim, segundo seu narrador. Seu corpo performatiza a dominação, inclusive no campo literário, da voz masculina sobre a mudez feminina. A personagem está aparentemente subjugada ao desejo de seu narrador, que encena uma alteridade da qual ele desconhece, em razão de sua posição social e de gênero. Suas tentativas de se aproximar da personagem são frustradas ou boicotadas pelo silêncio ensurdecedor do qual Maca está mergulhada. Assim, reverter os valores, introduzir novas personagens na história tradicional, dar-lhes espaço e tempo numa outra dimensão a partir de uma ótica própria, construir heróis que saltam da margem são características dessa escrita apresentam o silêncio transgressor tecido na ficção.

O conceito de suplemento transcriador apresentado pela pesquisadora Leda Martins (2010) vai ao encontro da proposta apresentada neste artigo sobre o silêncio transgressor. Ele trata de obras que dialogam com a tradição, revisitam o passado, mas plissando e consertando a dicção e os destinos, por exemplo, da mulher, não raro, descrita como objeto de ficção. A autora acredita que a vivência subjetiva da afrodescendência, muitas vezes, torna o *leitmotiv* da escrita literária laborada como memória da experiência inclusiva de um corpo negro que vai se matizando na descoberta de uma tradição que passa pelo mestre Machado de Assis ou Cruz e Sousa e chega até os dias atuais.

As considerações tecidas aqui se referem, claramente, à literatura afro-brasileira da qual Conceição Evaristo faz parte. A criação de Macabéa responde a uma outra perspectiva, muito embora esteja relacionada à literatura de escrita feminina que, em alguns aspectos, dialoga com a afro-brasileira principalmente por ver na experiência um *leitmotiv* do seu fazer literário. A autora de *Laços de família* traz a voz masculina para seu texto na figura do narrador e revela a teia da literatura tradicional, ou legitimada, que confere aos homens brancos e letrados o papel do narrador.

Outra obra capaz de exemplificar as chamadas dimensões de silêncio na literatura é o conto “Macabéa, Flor de Mulungu”. O texto faz parte de um projeto da série *personagens reescritos*, de 2012, que objetiva uma releitura, ou um renascimento, como a organização define, de personagens claricianos. Cada autor escolhe sua personagem para criar um texto a partir da inspiração que o texto original propicia. Destaca-se, além de Conceição Evaristo, Maria



Teresa Horta e seu texto sobre a menina de “Cem anos de perdão” e Silviano Santiago, recriando o homem cego de “Amor”.

A autora escreve o conto a partir da morte da estrela para ressuscitá-la e cumprir o direito ao grito prometido por S.M. Em “Macabéa, Flor de Mulungu”, Conceição Evaristo revisita o cânone nacional e lhe propõe uma nova leitura a partir de um silêncio significativo e contextualizado, traz o narrador criado por Lispector para a trama e, como Cruz e Sousa, confronta seus parâmetros para a criação da personagem. Ao reconhecer o silêncio de Macabéa como estratégia, percebe-se o silêncio transgressor por transformar a mudez da protagonista em potência. Ter na literatura a condição de elaborar esteticamente uma realidade oprimida é pensar num outro devir, numa situação em que seja possível vislumbrar escapes para a opressão a que essas mulheres são submetidas.

O conto sobre a Flor de Mulungu dialoga diretamente com S.M. e se propõe imprimir um novo olhar sobre seu objeto: “E tantas eram as verdades inventadas acerca de Macabéa”; “Explodiria de tanto ser aquilo que ela nem sabia se era”; “A sofrida invenção que criaram para Macabéa doía bem mais no criador e, talvez, bem menos, na criatura”; “Nas angústias de Macabéa, Flor de Mulungu, outras histórias me vieram à mente” (Evaristo, 2012, p. 15–16). As passagens evidenciam a constatação de que a narrativa proposta pelo narrador-personagem clariceano vão de encontro à perspectiva criada pela narradora de Evaristo. O silêncio instaurado em *A hora da estrela*, revela a negação de Macabéa como um sujeito, um silenciamento imposto violentamente sobre essa identidade. Para Rodrigo, não há o que falar dessa personagem porque nada é interessante ou produtivo vindo dali, é “solo infértil”, “capim rasteiro”.

Lispector evidencia o mecanismo de opressão a partir da sua própria encenação, ou seja, ela reproduz, ou performatiza, o discurso que coloca Macabéa na condição subalterna presente no plano da realidade, ou, ainda, permite que o leitor tenha acesso por meio da ficção aos artifícios de manutenção do silenciamento das mulheres. Esse jogo proposto ocorre no conto em questão, mas sob outra ótica, já que o projeto literário das autoras é diverso. Evaristo não representa o falocentrismo denunciado por Lispector, mas o critica ao trazer o narrador clariceano para seu texto. A narradora do conto se posiciona de forma distinta, marcando a preocupação autoral com a classe ali representada.

Flor de Mulungu reflete a angústia de Ponciá Vicêncio e preenche as lacunas deixadas por Rodrigo S.M. ao resgatar Macabéa da escuridão, anonimato e amnésia. Ali, a estrela representa a luta muda pela sobrevivência diante do dono da pena que não vê outra saída para essa personagem a não ser a morte. Há a representação agônica do autor fatalista, a ânsia de colocar fim em um projeto que está distante das suas pretensões literárias, mas que lhe foi imposto por uma questão de “urgência e calamidade pública”.

A leitura que Conceição Evaristo faz de Macabéa como flor de mulungu é uma transgressão do discurso criado a partir de um poder homogeneizante para mostrar um conhecimento que caminha à margem da tradição euro centrada e destaca o saber ancestral e a oralidade:

De onde Macabéa, Flor de Mulungu, tirava suas sabedorias? De seus bons antecedentes. Sapiência ancestral. Aliás, era muito difícil, impossível quase, traçar com exatidão a árvore genealógica de Macabéa. As ramagens se embaralhavam. Procelas, invasões, travessias, exílios, batismos forçados, aldeias queimadas, tutela da igreja [...] (Evaristo, 2012, p. 17)

O trecho concentra tanto a ideia da sabedoria quanto da experiência coletiva. Flor de Mulungu reúne a memória da dor e da tradição ancestral como se tivesse passado por um processo de renascimento, mas não de apagamento da bagagem adquirida. O nome escolhido para o conto já carrega a alegoria da resistência, uma vez que a árvore de Mulungu apresenta um aspecto seco e sem vida, mas sua floração é de um laranja vigoroso.



O título da obra pode ser lido como uma metáfora, pois representa justamente um movimento que parte da imagem da agonizante da nordestina acidentada para sua recriação de maneira vigorosa. A narrativa conduz o leitor ou leitora a conhecer “uma outra macabéa”, “em estado de floração” renascida naquele conto com direito a história, memória e futuro. O texto se aproxima e se afasta da obra original com o intuito de preencher as lacunas que Rodrigo S.M. deixa em sua construção narrativa. A primeira referência mais clara ao romance já apresenta uma postura antagonista ao narrador e estabelece uma íntima conexão entre a criadora e sua criatura descrita na história reinventada:

Havia tantas pessoas que acreditavam que a moça trazia em si um corpo feito de uma interioridade nula e incurável. Vazio próprio de um mal antecedente e original. Essas sim, condoídas por ela, choravam. Macabéa, bem sei que não. Creio que a sofrida invenção que criavam para Macabéa doía mais no criador e talvez, bem menos, na criatura. (Evaristo, 2012, p. 15)

A passagem nos remete à postura de Rodrigo diante de sua personagem. Para o narrador, é uma história de “emergência e calamidade pública” (Lispector, 1999, p.16) sobre uma “cadela vadia teleguiada exclusivamente por si mesma” (Lispector, 1999, p.23). A Macabéa de Evaristo corrobora com uma concepção estética ocupada em dar visibilidade às mulheres negras no campo literário e resgatá-las do estereótipo ou do silenciamento recorrentes no campo literário legitimado, denunciado por Lispector através da relação entre o narrador e a protagonista de *A hora da estrela*.

Em “Macabéa, Flor de Mulungu”, a questão do silêncio como tática fica mais evidente na medida em que descreve uma tomada de consciência da personagem que se nega a fazer parte da tagarelice sem sentido que a circundava. A onomatopeia “tec-tec” pode ser lida como a metonímia do *logocentrismo* criticado pela narrativa. A busca desmedida pela razão, a técnica impressa em tudo, acaba tornando a vida sem sentido e criando sujeitos autômatos, cuja rotina se resume em um viciado e pobre refrão. Diante disso, a protagonista se cala. Sua atitude incomoda as demais personagens do conto que

até tarde da noite, mesmo cansadas, preocupadas com Macabéa, tentativas faziam para arrancar a moça de seu mutismo e aliciá-la para o tec-tec-tec de vários assuntos. Mas o pior era a hora do encontro com Olímpico de Jesus. [...] Tudo em Olímpico era tec-tec-tec e ele trazia em si um defeituoso dom, falava demais. (Evaristo, 2012, p. 21)

Esse silêncio de Macabéa diante de tanta fala sem sentido pode ser lido como resistência a uma tradição literária que reforça ou mantém certos estereótipos presentes na sociedade como o as mulheres em condição de subalternidade, submetidas a uma descrição pautada na negação. É possível compreender essa mudez como um silêncio transgressor, pois pode ser lido como uma resposta à opressão e ao silenciamento imposto. Flor de Mulungu preferia se calar diante daquilo que não lhe fazia sentido, a narrativa indica uma postura distanciada dessa mulher que compreende o que se passa, mas prefere não se envolver. O que não é compreendido pelas demais personagens que vivem a lógica do tecnicismo típico das grandes cidades.

O conto “Macabéa, Flor de Mulungu” possibilita uma leitura suplementar, no sentido derridiano, do romance de Lispector por imprimir um novo olhar sobre a protagonista diferente da ótica de Rodrigo. A voz de Evaristo permite que questões levantadas por Lispector no que se refere ao silenciamento daquelas vozes consideradas minoritárias sejam aprofundadas. O conto supracitado dialoga com Macabéa e Ponciá numa perspectiva hipermoderna em que a subjetividade se reduz ao estridente som de “tec-tec-tec”. Nele também há uma fusão temporal cujo passado e futuro se confundem ao mesmo som que remete os leitores à ultrapassada máquina de escrever, mas também à obsessão pela *tec-nologia* em que a reificação é também um ponto em comum. Sendo assim, os textos se encontram e se separam nas tramas de Flor de Mulungu, pois a narrativa revisita Ponciá e sua revolta revestida de resignação;



salva Macabéa, dando-lhe um passado e ressignificando seu silêncio; e rasura Rodrigo S.M., trazendo-o para a teia da alteridade e preenchendo suas lacunas discursivas.

O diálogo que a narradora de “Flor de Mulungu” estabelece com Rodrigo é válido, pois evidencia a importância do uso da linguagem na (des)construção dos discursos, seus sujeitos e identidades. A mudez e nulidade do texto original são substituídas por sabedoria e sapiência por parte de Béa (codinome escolhido para designar a protagonista) e evidenciam a ignorância de seu narrador. Isso, aliado a outras passagens em que a narrativa coloca narradora e personagem numa mesma esfera de pertencimento — “dor e aflição também me consomem”, afirma a narradora ao descrever a quase-morte de Béa —, constrói uma nova perspectiva de gênero e subalternidade na literatura, esvaziando o discurso opressor já denunciado por Lispector.

Ao restaurar um discurso ordinário, presente no mundo real, e deslocá-lo para um ambiente de escrita caótica na voz de um autor frustrado, Lispector cria um texto capaz de enfatizar as lacunas (falhas) presentes na sociedade que limitam sujeitos a um estereótipo ou os silencia negando suas identidades. Devolver a esses sujeitos o direito à fala ou evidenciar sua incapacidade de se comunicar, não por faltar capacidade, mas sim pela ausência de escuta, no campo literário, são formas de reparar performaticamente essas lacunas, suprir o que a leitura detecta como falta. Por isso é possível afirmar que há uma relação suplementar entre o conto e o romance sobre Macabéa. A epígrafe de “Flor de Mulungu” demonstra como, em relação à alteridade, a obra de Evaristo dá um passo firme em direção ao rompimento da interdição à fala. “Se essa história não existe, passará a existir” (Evaristo, 2012, p. 15) é uma forma de partir da denúncia implícita na obra de Lispector e retirá-la do conformismo da tradição. É a narradora de Mulungu que fala entre as falhas de S.M. rasurando seu discurso, trazendo à tona outra Macabéa.

Béa, protagonista do conto, reflete a ânsia de Ponciá por encontrar na cidade grande uma saída para a pobreza vivida no campo, para a submissão determinada pela família dona das terras que não aceita o fim da escravidão. Béa é também reflexo do silêncio das mulheres em condições subalternas que num gesto de resiliência acolhem o vazio como resposta à opressão, à diluição da subjetividade nos centros urbanos. A metáfora do reflexo comunica-se com a questão da alteridade, uma vez que pode ser lida como a possibilidade de se ver no outro ou em outro lugar. Logo nas primeiras descrições de Macabéa, Rodrigo se vale do espelho para indicar sua relação com a personagem. Ela (Macabéa) aparece refletida nele (Rodrigo) e vice-versa. Ambos reproduzem uma ambiguidade, ou dialética da imagem, que se instala no momento em que se olham no espelho: “Vejo a nordestina se olhando ao espelho e — um rufar de tambor — no espelho aparece o meu rosto cansado e barbudo. Tanto nós nos intertrocamos” (Lispector, 1999, p. 22). A dialética da percepção, entendida aqui como a consciência da própria existência ou subjetividade, é uma motivação para que Rodrigo decida falar sobre essa nordestina. Essa mesma dialética da percepção está presente no conto de Evaristo em que a narradora se vê refletida na personagem clariciana semimorta. Há, porém, uma diferença que define o olhar sobre o qual as narrativas se compõem, pois S.M. olha e não gosta do que vê, nesse conflito declara o desejo de se ver livre do estigma imposto ao imigrante perdido na cidade grande. Já a narradora do conto procura em Macabéa as semelhanças que ligam ambas, mas também uma multiplicidade de vozes “e assim era Béa. Uma e múltipla” (Evaristo, 2012, p. 16). A imagem da estrela também reverbera essa multiplicidade pela composição de múltiplas pontas que refletem sua luz própria, mesmo que distante e silenciosa, mesmo que já morta. Evaristo ressuscita Macabéa para salvá-la do silêncio confinado à exclusão, assim como devolve Ponciá ao rio para restaurar sua memória e se conectar com sua ancestralidade. Nesse sentido, a constatação do silêncio pautado pela negação da subjetividade dessas personagens possibilita a transgressão dele como um gesto de denúncia, evidenciando a potência da literatura como exercício de alteridade.



REFERÊNCIAS

- Côrtes, C. (2017). *As pontas de uma estrela: poéticas do silêncio em Macabéa e Ponciá* (Tese de doutorado, UFMG).
- Dalcastagnè, R. (2008). Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, 31. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/9620>
- Derrida, J. (1995). *A escritura e a diferença* (2.ª ed.). (M. B. da Silva, Trad.). Perspectiva.
- Didi-Huberman, G. (2011). *Sobrevivência dos vaga-lumes* (V. C. Nova, & M. Arbex, Trad.). Editora UFMG.
- Evaristo, C. (2003). *Ponciá Vicêncio*. Mazza.
- Evaristo, C. (2010). Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira. In Pereira, E. de A. (Ed.). *Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil*. Mazza, p. 132–141.
- Evaristo, C. (2012). Macabéa, Flor de Mulungu. In M. R. Guimarães, & L. Maffei (Eds.), *Extratextos 1 — Clarice Lispector, personagens reescritos*. Oficina Raquel, p. 13–23.
- Lispector, C. (1999). *A hora da estrela*. Rocco.
- Orlandi, E. (1995). *As formas do silêncio*. Editora da Unicamp.
- Perrot, M. (2005). *As mulheres ou os silêncios da história* (V. Araújo, Trad.). Edusc.
- Schechner, R. (2003). O que é performance? *O Percevejo*, 11(12), 25–50.
- Sousa, C. e (2008) O Emparedado. *Literafro*. <https://www.lettras.ufmg.br/literafro/autores/11-textos-dos-autores/694-cruz-e-sousa-o-emparedado>

DECLARAÇÃO ÉTICA

CONFLITO DE INTERESSE: Nada a declarar. **FINANCIAMENTO:** Nada a declarar. **REVISÃO POR PARES:** Dupla revisão anônima por pares.



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.





IMPACTOS DA PANDEMIA NA AGENDA 2030: UM ESTUDO SOBRE O ODS 4 — EDUCAÇÃO

IMPACTS OF THE PANDEMIC ON AGENDA 2030: A STUDY ON SDG 4—EDUCATION

[10.29073/naus.v5i1.848](https://doi.org/10.29073/naus.v5i1.848)

RECEÇÃO: 5 de dezembro de 2023.

APROVAÇÃO: 11 de dezembro de 2023.

PUBLICAÇÃO: 29 de dezembro de 2023.

AUTOR/A: Débora Karpowicz , Pós-Doutoranda em História (PUCRS), Brasil, deborakarpowicz@gmail.com.

RESUMO

Nunca na história da humanidade, setor privado, sociedade civil e os governos uniram-se em torno de um objetivo comum. Este é o grande ganho da Agenda 2030, o estabelecimento de objetivos claros, indivisíveis e inseparáveis, pautados pela ONU em 2015 como Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). Observando a importância deste documento, este estudo investiga os efeitos da pandemia da COVID-19 na implementação da Agenda 2030, com ênfase no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável ODS 4, centrado na educação. Fundamentado em uma abordagem quantitativa e qualitativa, exploratória e descritiva, a pesquisa examina proposições legislativas do Legislativo Federal no Brasil, relatórios governamentais e literatura relevante à Agenda 2030. Dividido em três partes, o artigo começa por analisar as metas globais estabelecidas para o ODS 4, proporcionando uma visão detalhada das prioridades educacionais delineadas internacionalmente. Em seguida, investiga as medidas governamentais adotadas pelo governo federal brasileiro durante a pandemia, destacando seu impacto específico na educação e identificando atrasos no alcance das metas propostas pela Agenda 2030. A última seção do estudo se debruça sobre dados orçamentários recentes, evidenciando uma significativa redução nos recursos destinados à educação e suas implicações em várias esferas. Os resultados apontam para uma exacerbada dificuldade no cumprimento do ODS 4, atribuída à falta de ações governamentais efetivas, particularmente por parte do governo federal entre os anos 2019 e 2022, e à considerável diminuição de recursos financeiros alocados para a educação. Este cenário revela uma negligência alarmante em relação às prioridades da Agenda 2030 no cenário político brasileiro contemporâneo. Em resumo, o estudo destaca as repercussões substanciais da pandemia na consecução das metas educacionais da Agenda 2030, ressaltando a urgência de abordagens mais eficazes e compromissos robustos para garantir a realização desses objetivos em meio aos desafios pós-pandêmicos.

PALAVRAS-CHAVE: Ações Governamentais; Agenda 2030; Educação; Cultura; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); Pandemia de COVID-19.

ABSTRACT

Never in the history of humanity have the private sector, civil society, and governments come together around a common goal. This is the great achievement of Agenda 2030, the establishment of clear, indivisible, and inseparable objectives set by the UN in 2015 as Sustainable Development Goals (SDGs). Recognizing the importance of this document, this study investigates the effects of the COVID-19 pandemic on the implementation of Agenda 2030, with an emphasis on Sustainable Development Goal 4 (SDG 4), focused on education. Grounded in a quantitative-qualitative, exploratory, and descriptive approach, the research examines legislative proposals from the Brazilian Federal Legislature, government reports, and literature relevant to Agenda 2030. Divided into three parts, the article begins by analyzing the global targets set for SDG 4, providing a detailed overview of internationally outlined educational priorities. Subsequently, it investigates the governmental measures adopted by the Brazilian federal government during the pandemic, highlighting their specific impact on education and identifying delays in achieving



the proposed goals of Agenda 2030. The final section of the study delves into recent budgetary data, revealing a significant reduction in resources allocated to education and its implications across various spheres. The results point to an exacerbated challenge in achieving SDG 4, attributed to a lack of effective governmental actions, particularly on the part of the federal government, and a considerable decrease in financial resources allocated to education. This scenario reveals a concerning neglect of the priorities of Agenda 2030 in the contemporary Brazilian political landscape. In summary, the study highlights the substantial repercussions of the pandemic on the attainment of educational goals outlined in Agenda 2030, emphasizing the urgency of more effective approaches and robust commitments to ensure the realization of these objectives amid post-pandemic challenges.

KEYWORDS: Agenda 2030; COVID-19 Pandemic; Culture; Education; Governmental Actions; Sustainable Development Goals (SDGs).

1. INTRODUÇÃO

Em setembro de 2015, na sede da ONU, em Nova York (EUA), mais de 150 países reuniram-se para discutir propostas para uma agenda global de desenvolvimento sustentável, que ficaram conhecidas como ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Historicamente esta iniciativa pautou-se em ações anteriores. Em 2000, as Nações Unidas estabeleceram o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável), com metas a serem atingidas até 2015, visando melhorar a qualidade de vida das pessoas, voltada, em especial, para os países em desenvolvimento. Estes objetivos emergiram das necessidades apontadas pelo ONU desde as conferências de Estocolmo (1972), Rio de Janeiro (1992), Johannesburgo (2002) e Rio + 20 (2012). Essa experiência mostrou uma série de outras necessidades que foram sistematizadas, em 2015, através da Agenda 2030. O PNUD, a partir destas demandas, elaborou um plano com 17 objetivos e 169 metas — os ODS —, que deverão ser atingidos até o ano de 2030 (Estratégia ODS, 2021).

Nunca na história da humanidade, setor privado, sociedade civil e os governos uniram-se em torno de um objetivo comum. Este é o grande ganho da Agenda 2030, o estabelecimento de objetivos claros, indivisíveis e inseparáveis, pautados pelo ONU em 2015 como Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). Observando a importância deste documento, este estudo questiona quais os impactos do período pandêmico para o cumprimento da agenda 2030 no tocante à Educação? Para tanto elencou-se os seguintes objetivos: identificar as principais pautas da agenda ODS no tocante Educação; analisar as medidas mundiais e do governo federal brasileiro para o cumprimento ou não destas pautas e evidenciar as causas e consequências das ações governamentais durante o período pandêmico que impactam no cumprimento ou não da agenda 2030.

Esta pesquisa foi de cunho quantitativa e qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. O corpus analisado foram proposições feitas pelo Legislativo Federal (Câmara e Senado), no período de março de 2020 à março de 2021, bem como o Relatório Luz da Comissão para o cumprimento da Agenda 2030 no Brasil. O período justifica-se por já existirem outros trabalhos com a mesma temática, porém com a pesquisa empírica até julho de 2020. Neste sentido objetivou-se ampliar a busca de forma a analisar se houve alguma mudança em função da Pandemia-do COVID-19. O descritor utilizado para a busca foi: “Agenda 2030”. Após a seleção do material bruto, buscou-se os dados dentro do período proposto para análise, selecionando os documentos referentes à educação. Para além da pesquisa empírica nos sites governamentais, fez-se levantamento dos últimos artigos publicados no Brasil sobre a Temática ODS; Agenda 2030 e Educação (meta 4) no Brasil no Google acadêmico, selecionado os últimos e de maior relevância à temática. Em síntese, a metodologia utilizada pautou-se em minucioso levantamento bibliográfico acerca da Agenda 2030, bem como de fontes primárias, como documentos da ONU e dos ministérios federais que pautam as temáticas sobre educação e pesquisa, analisando quantitativamente e qualitativamente estes dados.



Para tanto, este estudo dividiu-se e três partes. Na primeira parte serão analisados dados da Agenda 2030 no tocante ao ODS 4 que se refere à educação. Traremos, de forma sistematizada, as principais metas e objetivos que foram estabelecidos mundialmente, para, na segunda parte analisar algumas medidas governamentais impostas pelo governo federal do Brasil durante o período pandêmico que causam atraso no cumprimento das medidas propostas pela agenda no tocante a educação. Para, por fim, analisar os últimos dados orçamentários que comprovam a redução de verbas e fomento à educação, implicando em todas as outras áreas. Conclui-se que a pandemia do Covid-19 agravou o não cumprimento do ODS 4. Além do descaso por parte do Governo Federal, diminuindo verbas da educação e pesquisa, observou-se que tanto o Senado Federal (SF) como a Câmara dos Deputados Federal (CDF), de março de 2020 a março de 2021, não mobilizaram ações efetivas para o cumprimento do ODS 4. Educação, inclusão e acessibilidade, pautas primordiais da AGENDA 2030 são, ainda, relegadas pelo governo brasileiro entre os anos de 2019 e 2022.

2. A EDUCAÇÃO NO BRASIL E A RELAÇÃO COM O ODS 4

Educação, saúde e renda, segundo a ONU, são utilizadas para medir o IDH — Índice de Desenvolvimento Humano — de um país. Portanto, escolas e universidades públicas de qualidade, fomento à pesquisa e acessibilidade importam para garantir o crescimento de uma nação. Observando tais indicadores e vendo na proposta da Agenda 2030 uma esperança de crescimento no tocante à educação, busca-se, através da análise do objetivo 4 do ODS compreender as medidas tomadas pelo governo brasileiro ao cumprimento destas metas.

Os índices educacionais do Brasil, segundo a ONU decaíram. Segundo relatório de 2018 o Brasil estava na posição 79, já em 2019, passou à posição 84, ficando apenas abaixo de países africanos. O ODS, enquanto uma agenda internacional que contém uma proposta, única possui mais que metas e objetivos, nela estão intrínsecos valores simbólicos que abrem portas para parcerias internacionais, também traz a possibilidade do estado e iniciativa privada desenvolverem projetos que visem o crescimento e avanços múltiplos (Akkari, 2017, p. 940).

A educação de qualidade, segundo a Agenda 2030, é por si só é um objetivo e, também, o meio para atingir todos os outros (Pimentel, 2019). No quadro abaixo, colaciona-se a síntese do ODS 4 — educação de qualidade —, de forma a sintetizar e esquematizar este objetivo tão primordial.

TABELA 1: Síntese do ODS 4.

ODS 4 — EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	
ASSEGURAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EQUITATIVA DE QUALIDADE, E PROMOVER OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA TODOS.	
4a	Melhorar as instalações físicas para a educação, de acordo com as necessidades e diferenças.
4b	Ampliar o número de bolsas de estudos para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento
4c	Aumentar o contingente de professores qualificados.
4.1.	Garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.
4.2.	Garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário



- 4.3. Assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade

- 4.4. Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

- 4.5. Eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

- 4.6. Garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática

- 4.7. Garantia de conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável e inclusive (...) Direitos Humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

FONTE: Síntese da autora (Plataforma Agenda 2030).

Observa-se a partir da análise destes objetivos, que o acesso a uma educação de qualidade para todos, independentemente de qualquer marcador de diferença, é a espinha dorsal dos objetivos. Deseja-se que todos e todas tenham as mesmas condições de acesso à educação. Seguindo este mote, observa-se a orientação para uma educação inclusiva e justa que promova oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Segundo Akkari, (2017) esta orientação está inspirada em uma visão humanista de educação e de desenvolvimento com base nos Direitos Humanos, na dignidade, justiça social, inclusão, proteção, diversidade cultural, linguística e ética. Os objetivos versam sobre uma qualidade de ensino que vai do ensino fundamental ao ensino superior, passando pela formação de professores e profissionais de educação.

Alguns documentos legais que regulamentam a educação no Brasil já apontam para os objetivos do ODS 4, são eles: Plano Educacional de Educação (PNE) e Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Através deles se estabelecem as diretrizes e as políticas educacionais. No caso específico do PNE, Pimentel (2019, p. 27) “é um documento de referência para as políticas da educação, nos âmbitos nacional, estadual e municipal. O Plano apresenta 10 diretrizes, 20 metas e 254 estratégias, específicas e integradoras.”

No entanto, somente os documentos legais como os Planos Nacionais e a Base Nacional Curricular Comum, não são capazes de cumprirem as metas da Agenda 2030, se faz necessário um esforço tanto da comunidade de uma forma geral, mas sobretudo do Senado e da Câmara Federal, através de projetos efetivos de fomento à educação que cheguem ao maior número possível de cidadãos e que tenham em suas metas a clareza e a objetividade que o ODS 4 dispõe. Para tanto, no próximo tópico analisaremos com mais profundidade tais projetos.

2.1. A EDUCAÇÃO COMO VIABILIZADORA PARA O DESENVOLVIMENTO: CONSEQUÊNCIAS DA REDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PLURIANUAL

A Agenda 2030 é clara e o Objetivo 4, no tocante à educação, é incisivo em suas propostas universais. No entanto, para a efetivação destas metas são necessárias ações para além dos planos nacionais de educação. Faria (2020) salienta que as metas dependem diretamente de esforços conjuntos da sociedade civil, estado e instituições. Para tanto, são necessárias ações efetivas do Poder Legislativo que possibilitem avanços efetivos à educação de qualidade não deixando ninguém para trás e respeitando as diferenças entre sujeitos e culturas.



Para a Agenda 2030 a inclusão e a equidade são fatores primordiais. Faz-se necessário lutar contra todas as formas de opressão, bem como as de desigualdades de acesso. Objetiva-se concentrar esforços nos grupos menos favorecidos possibilitando a eles as mesmas condições de aprendizagens (Akkari, 2017, p. 94). O cumprimento da Agenda 2030, em alguns aspectos, avançou graças a mobilização de parlamentares que, frente a diversidade do racionalismo neoliberal do Congresso, fizeram iniciativas de incentivo e busca por melhorias na qualidade do ensino. Faria; Pereira (2020) analisaram de forma pormenorizada a atuação do Poder Legislativo Federal frente aos objetivos do ODS entre os anos de 2015 e 2020. Nesta pesquisa, trago o olhar destes pesquisadores e amplio a busca nestes espaços institucionais até março de 2021, observando se houve algum avanço nas proposições legislativas para o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de número 4 — Educação de Qualidade. O enfoque da pesquisa centrou-se nas medidas do Legislativo Federal durante a Pandemia do Covid-19, que agravou a situação da educação no Brasil.

As pesquisas anteriores mostram que de 2015 até 2020 o Senado Federal (SF) não havia protocolado nenhuma atividade legislativa que levasse em conta diretamente o cumprimento da Agenda 2030. Já a Câmara dos Deputados (CD) protocolou 8 (oito) propostas condizentes ao tema. Destas proposições 50% foram de autoria direta do Poder executivo e as demais:

do Partido Social Democrata (PSD), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e pela Comissão Externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação, bem como da apresentação do seu Planejamento Estratégico (Faria; Pereira, 2020, p. 4).

Segundo Faria; Pereira (2020) as propostas de 2015 a 2020, possuem uma intertextualidade que, mesmo com a não referência explícita ao termo ODS 4, o texto remete a caracterização das propostas da Agenda, segundo os autores os textos levam a uma compreensão de que a temática é secundária até mesmo pouco relevante, ao passo que relatórios do próprio Poder Legislativo apontam a necessidade de maior empenho governamental no alcance da Agenda 2030, o que demonstra uma incongruência nos dados.

Objetivando atualizar a pesquisa, utilizou-se o mesmo descritor “Agenda 2030” para o período de março de 2020 a março de 2021 no site da Câmara e do Senado Federal. No site da Câmara dos Deputados Federal (<https://www.camara.leg.br/>) foram encontradas 64 (sessenta e quatro) ações e após a leitura foram selecionadas duas que se julgou de maior relevância, embora, nenhuma trate diretamente do ODS 4, mas trazem a temática da Agenda 2030 como prioridade de pauta. A primeira Req n.14/2021, de 15 de abril de 2021, requer a realização de Audiência Pública, para debater a Infraestrutura de Tecnologia de Comunicação para o Desenvolvimento da Amazônia. Tal proposição busca, em meio a pandemia, disponibilizar acessibilidade aos povos que vivem na Amazônia, aqui a temática centra-se na importância das TIC’s e do acesso à educação.

A segunda proposição analisada foi a PL 1308/2021 que “Institui a Política de Promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” do dia 07 de abril de 2021. Nesta PL, o Deputado Nilto Tatto do PT-SP, denuncia o governo atual pelo descaso, não cumprimento e ainda veto a ações pró Agenda 2030. Conforme documento:

*O Governo Brasileiro editou, em 27 de outubro de 2016, o **Decreto no 8.892**, que criou a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Essa comissão tinha como competência, dentre outras, a elaboração de plano de ação para implementação da Agenda 2030. Porém, em **2019**, o Governo Bolsonaro executando mais um ato de sua política ambiental **revogou esse decreto** e, no momento, não temos **mais um órgão responsável pela implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em nosso país**. Além desse fato, o Presidente da República também vetou dispositivo que **determinava a adoção***



dos ODS como diretriz do Plano Plurianual (PPA) 2020–2023, impedindo mais uma vez o desenvolvimento de uma agenda sustentável no Brasil (PL 1308/2021, grifo das autoras).

O cumprimento da Agenda 2030, segundo a PL 1308, tem por objetivo auxiliar o Brasil a garantir um desenvolvimento sustentável em conformidade com o fundamento da dignidade da pessoa humana e o princípio ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ambos presentes nossa Carta Magna. Ainda dentro destes objetivos estão: erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, água e saneamento, energia, crescimento econômico sustentável, infraestrutura, redução das desigualdades, cidades sustentáveis, padrões sustentáveis de consumo e de produção, mudança do clima, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, sociedades pacíficas, justas e inclusivas e meios de implementação (Agência Câmara de Notícias, 2020).

O Brasil passa por um momento de desmonte de direitos sociais já consagrados e da estrutura estatal relacionada à proteção de florestas e de povos tradicionais, como indígenas, comunidades extrativistas, ribeirinhos e quilombolas, afirma o deputado Tatto, presidente da Comissão para a promoção da Agenda 2030.

Quanto a pesquisa no site do Senado Federal (<https://www6g.senado.leg.br/>), o descritor foi “Agenda 2030” e o período analisado foi de março de 2020 a março de 2021. A busca apontou para 24 notícias, 4 proposições; 20 pronunciamentos e 5 legislações neste período, no entanto todas tangenciam o tema e não abordam a temática educação de forma clara.

Percebe-se a partir desta análise documental que a temática Agenda 2030, no tocante ao ODS 4 — Educação de qualidade — segue a lógica de desmonte do governo federal entre os anos (2019 a 2022). Corroborando com este descaso, contata-se a partir da análise do orçamento plurianual (2020–2023) que a área de Ciência e Tecnologia teve o segundo maior corte de orçamento, com diminuição de 28,7% em relação a 2020 (Brasil de Fato, 2021).

Estes cortes na educação afetam todos os âmbitos, inclusive no combate ao coronavírus, pois o incentivo à pesquisa foi afetado diretamente, segundo o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), no ano de 2021 só será possível pagar 396 bolsas das 3080 aprovadas para doutorados e pós-doutorados.

Isso significa que só 13% dos projetos de pesquisa que preencheram todos os pré-requisitos — e que, portanto, estão aptos a receber bolsas — de fato receberão. O corte nas bolsas é reflexo da queda de 29% no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), pasta responsável pelo CNPq. A verba dedicada às bolsas caiu 12% de 2020 para 2021 (serão R\$ 918 milhões neste ano) (Vaiano, 2021).

Esse descaso com a educação afeta diretamente o combate à Pandemia do COVI-19, pois uma vez não incentivando a pesquisa, as possibilidades de cura e de vacina para todos fica cada vez mais dependente de laboratórios internacionais. A ciência é a grande arma para o enfrentamento a pandemia, somente a ciência nos trará a esperança de um possível retorno à normalidade, através de cura e por meio da vacinação em massa.

Se no ensino superior constatamos este descaso, os dados sobre o ensino básico são alarmantes, segundo Relatório Luz para o cumprimento da Agenda 2030, no Brasil 2,5 milhões de crianças e adolescentes, entre 4 e 17 anos, estão fora da escola. O relatório aponta que há poucos avanços no cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), “cuja implementação está em risco diante das recentes medidas econômicas do Governo brasileiro, como a aprovação da EC 95. Os investimentos em educação representam cerca de 4,9% do PIB”.

Neste sentido observamos um verdadeiro retrocesso ao cumprimento das metas da Agenda 2030, em especial à meta 4. Mesmo com a Comissão criada pelo Decreto n. 8.892 no ano de 2016, cuja finalidade era difundir a transparência no processo de implementação da Agenda (CNODS, 2018), percebemos um total descaso por parte do Governo Federal, dos Deputados e do Senado. Pouco ou nada se fez até então para o cumprimento das metas,



estamos longe do cumprimento do ODS 4. O Brasil precisa de um governo comprometido com o cumprimento das metas, que se articule na implementação de políticas públicas efetivas buscando a diminuição das desigualdades através da educação.

3. CONCLUSÃO

A análise aprofundada sobre a implementação da Agenda 2030 no contexto da educação no Brasil revela uma série de desafios e retrocessos, exacerbados pela pandemia de COVID-19. A pesquisa abordou três aspectos cruciais: as metas globais estabelecidas para o ODS 4, as medidas governamentais adotadas durante a pandemia e os dados orçamentários recentes. Em relação às metas, o ODS 4 busca assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos, abrangendo desde o ensino primário até o superior, com ênfase na formação de professores e profissionais de educação.

Contudo, as análises revelaram que o Brasil enfrenta desafios estruturais na educação. Os índices educacionais declinaram, e a posição do país no ranking de desenvolvimento humano caiu, destacando a importância crucial do ODS 4 como elemento central para melhorar a qualidade de vida da população.

Ao examinar as ações governamentais durante a pandemia, observa-se uma negligência alarmante em relação às prioridades da Agenda 2030, especialmente no que diz respeito ao ODS 4. A redução significativa nos recursos financeiros alocados para a educação, evidenciada pelos dados orçamentários, agravou ainda mais o cenário. O descaso do governo federal, exemplificado pela revogação de decretos e cortes no orçamento, aponta para uma falta de comprometimento efetivo na promoção da educação de qualidade.

O Legislativo Federal também se mostrou aquém das necessidades, com uma análise detalhada das proposições legislativas indicando uma falta de iniciativas concretas para o cumprimento do ODS 4. A pesquisa revelou que, apesar de algumas proposições, a temática da Agenda 2030, e especificamente da educação, permanece secundária e pouco relevante nas discussões parlamentares.

A conclusão é inequívoca: o Brasil está distante de atingir o ODS 4 e enfrenta sérios retrocessos. O descaso do governo federal entre os anos 2019 e 2022, aliado à falta de ações efetivas do Legislativo durante a pandemia, aponta para uma urgente necessidade de comprometimento e implementação de políticas públicas eficazes. A educação, como pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável, exige uma abordagem mais cuidadosa e priorizada, especialmente em um contexto pós-pandêmico, onde a necessidade de recuperação e fortalecimento do sistema educacional é mais premente do que nunca.

REFERÊNCIAS

Agência Câmara de Notícias. (2021). Orçamento 2021 é sancionado; Educação, Economia e Defesa têm maiores cortes. Agência Câmara de Notícias. <https://www.camara.leg.br/noticias/749955-orcamento-2021-e-sancionado-educacao-economia-e-defesa-tem-maiores-cortes/>

Agência Senado. (2019). CCT aprova emendas ao Orçamento de 2020 e ao Plano Plurianual 2020–2023. Agência Senado. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/10/23/cct-aprova-emendas-ao-orcamento-de-2020-e-ao-plano-plurianual-2020-2023>

Agência Senado. (2019). CE aprova R\$ 146 bilhões para educação básica no Plano Plurianual 2022–2023. Agência Senado. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/10/22/ce-aprova-r-146-bilhoes-para-educacao-basica-no-orcamento-de-2020>

Akkari, A. (2017). A Agenda Internacional Para Educação 2030: Consenso “Frágil” Ou Instrumento De Mobilização Dos Atores Da Educação No Século XXI? *Revista Diálogo Educacional*, 17(53), 937–958.



Cavalcante, R. (2021). Orçamento de 2021 é aprovado com cortes em áreas centrais para o combate à COVID-19. *Brasil de Fato*. <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/26/orcamento-2021-e-aprovado-com-cortes-em-areas-centrais-para-o-combate-a-covid-19#:~:text=O%20or%C3%A7amento%20destinado%20%C3%A0%20educa%C3%A7%C3%A3o,em%20relacao%20ao%20ano%20passado>

CNODS. (2018). Relatório de atividades 2017–2018. Comissão ODS Brasil.

Faria, M. A. D. E. (2020). Educação e Agenda 2030: o trabalho do Poder Legislativo federal brasileiro. *Education and Agenda 2030: the Brazilian Federal Legislature Work*, 1–10.

Ferreira, J. R. R. (2020). As tendências da educação e do trabalho na agenda internacional 2030. *Revista UFG*, 20.

IBGE. (Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). <https://odsbrasil.gov.br>

Pimentel, G. S. R. (2019). O Brasil E Os Desafios Da Educação E Dos Educadores Na Agenda 2030 Da Onu. *Revista Nova Paideia — Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa*, 1(3), 22–33.

Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Síntese II. <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14577.pdf>

Vaiano, B. (2021). CNPq só conseguirá pagar 13% das bolsas aprovadas para cientistas em 2021. *Super Interessante*. <https://super.abril.com.br/ciencia/cnpq-so-conseguira-pagar-13-das-bolsas-aprovadas-para-cientistas-em-2021/>

DECLARAÇÃO ÉTICA

CONFLITO DE INTERESSE: Nada a declarar. **FINANCIAMENTO:** Nada a declarar. **REVISÃO POR PARES:** Dupla revisão anônima por pares.



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.



O POSICIONAMENTO DISCURSIVO DA MARCA LUGAR DOS AÇORES: UMA PROPOSTA ANALÍTICA

THE DISCURSIVE POSITIONING OF THE LUGAR DOS AÇORES'S BRAND: AN ANALYTICAL PROPOSAL

[10.29073/naus.v5i1.842](https://doi.org/10.29073/naus.v5i1.842)

RECEÇÃO: 30 de novembro de 2023.

APROVAÇÃO: 20 de dezembro de 2023.

PUBLICAÇÃO: 29 de dezembro de 2023.

AUTOR/A 1: Mariana Miranda , Universidade Federal da Bahia, Brasil, falamarimiranda@gmail.com.

AUTOR/A 2: Adriano Sampaio , Universidade Federal da Bahia, Brasil, adrianosampaio@gmail.com.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo mapear e analisar o conceito de marca lugar sob a ótica da cultura, do turismo e do desenvolvimento sustentável. Como modo de investigação, realizaremos uma análise discursiva da marca lugar do arquipélago dos Açores, um território de colonização portuguesa com um formato de gestão singular, evidenciando seus avanços e limitações em função dos desafios para a criação da Marca Açores, capitaneada pelo poder público local. A construção de uma marca lugar é um processo complexo, que demanda ajustes constantes e está sujeita a modificações em todas as suas etapas de implantação. Através da investigação, parece-nos evidente que a construção da Marca Açores é uma grande aposta na reconstrução da identidade regional deste arquipélago com tantos desafios econômicos, geográficos e de pertencimento, indo ao encontro dos objetivos do posicionamento dos Açores como um destino sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Lusofonia; Marca Lugar; *Place Branding*; Território.

ABSTRACT

This article aims to map and analyze the concept of place branding from the perspective of culture, tourism and sustainable development. As a means of investigation, we will carry out a discursive analysis of the place brand of the Azores archipelago, a territory of Portuguese colonization with a unique management format, highlighting its advances and limitations due to the challenges for the creation of the Azores Brand, led by the local public authorities. The construction of a brand place is a complex process that requires constant adjustments and is subject to modifications at all stages of implementation. Through research, it seems evident to us that building the Azores Brand is a significant investment in reconstructing the regional identity of this archipelago, which faces numerous economic, geographical, and belonging challenges. This aligns with the objectives of positioning the Azores as a sustainable destination.

KEYWORDS: Lusophony; Mark Place; Place Branding; Territory.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende abordar a transversalidade de cultura, comunicação e turismo relativos à marca territorial. Diante da vastidão e complexidade do tema, contaremos com o auxílio de pensadores como Krenak (2019), Rousseau (1983) e Drew (2005). Iniciaremos o estudo com as análises identitárias, como o estudo a respeito do hibridismo, de Canclini (2011), e a ideia encaixe e desencaixe, de Giddens (1991). Em seguida, aprofundaremos a nossa compreensão de “marca”, partindo da teoria de “mundos possíveis”, de Semprini (2006) e a análise ambiental de



Kotler e Gertner (2002), para completarmos o percurso até a compreensão de marca lugar. Por fim, será apresentado o objeto deste estudo: o arquipélago dos Açores e seus desafios discursivos para a formação de uma identidade regional (Kavoura, 2014).

Michel Certeau (1981, p. 10) afirma que “a vida consiste em atravessar constantemente fronteiras”. Geográficas ou simbólicas (Collie, 2011), a questão das fronteiras (Tovar, Ruíz, 2015) tornou-se um assunto de destaque na modernidade, especialmente após a globalização. A correlação entre território, nacionalismo (Muñoz, 2017) e identidade — que, antes, eram conceitos próximos — parece viver um momento de desconexão nunca experimentado no globo. A mescla de culturas, sobreposição de costumes, perda de identidades — um panorama que pode ser acirrado em contextos contemporâneos de migrações, exílios, expatriações, intercâmbios e mobilidades em geral.

O objeto de estudo deste trabalho pode ser considerado um território híbrido — está geograficamente localizado entre as placas tectônicas da Europa, África e Américas. Do ponto de vista político, pertence a Portugal, mas está localizado a mais de 1.500 km da Europa e é chamado de região autônoma. Como definir a identidade dos Açores?

O crescimento do turismo nas ilhas (Melián-González, García-Falcón, 2003), que alcançou números surpreendentes nos últimos anos (Bentz, Lopes, Calado, Dearden, 2016), levantou questões inéditas sobre o arquipélago (Vieira, Câmara, Silva, Santos, 2019). Para ilustrar melhor essas fronteiras — campo subjetivo onde as diferenças se tocam — vamos adentrar o estudo dos signos, elementos dão a cada território (ou governo, ou empresa etc.) sua devida materialização simbólica: as marcas.

O património cultural tem se tornado cada vez mais uma das principais atrações nos destinos turísticos, sejam partes tangíveis ou intangíveis, como históricas, artísticas, científicas ou de estilo de vida, etc. (Huibin et al., 2018)

O presente artigo encontra-se organizado da seguinte forma: primeiramente apresenta-se uma breve introdução, onde é apresentada uma breve contextualização temática, evidenciando a problemática, os objetivos de investigação, como também o caminho metodológico adotado. Seguidamente, é apresentada a revisão de literatura, pela análise evolutiva do conceito de marca, e sua relação com o processo de construção da marca Açores. São apresentados e discutidos, numa seção, os principais desafios da Marca Lugar Açoriana. Por fim, apresentam-se as principais considerações finais da investigação patente no artigo.

2. CONCEITO DE MARCA

O termo “marca”, segundo o dicionário etimológico (Cunha, 1982), vem do latim tardio “marca”, derivado do germânico “marka”, que significa “limite, fronteira”. Não se trata de uma concepção recente. Desde a antiguidade, bandeiras diferenciam feudos, brasões caracterizam reinos e esta capacidade de representar lugares através de símbolos (Barthes, 2002) e características pontuais ganharia ainda mais importância nos séculos seguintes.

Interpretar a significação de uma marca, enquanto instância semiótica e diversa, é um desafio em si só, pela amplitude de interpretações que ela proporciona e pela sua capacidade de promover mundos possíveis:

Um mundo possível é uma construção de sentido altamente organizado, no qual confluem elementos narrativos, fragmentos do imaginário, referências socioculturais, elementos arquetípos, e qualquer outro componente que possa contribuir para tornar este mundo significativo para o destinatário (Semprini, 2006, p. 21).

Pelo viés da análise dos discursos, podemos entender a marca como um objeto que passou por um processo de enunciação, realizado por um enunciador, encarnado e com presença própria (*éthos*), ou seja, uma personalidade singular (Maingueneau, 2004).



Neumeier acredita que “marca não é o que você diz que ela é. É o que os outros dizem que ela é. A marca é uma espécie de ideal platônico” (Neumeier, 2008, p.3). Para Anholt (2000), a imagem física e percebida da marca é chamada de “imagem da marca”, enquanto a imagem mental e simbólica é considerada “identidade da marca”. E ainda podemos citar o conceito de “branding emocional” (Gobé, 2002), que prega uma marca com alicerces na experiência humana (Leão, Mello, 2012), no desejo de ir além da satisfação material e está muito ligado ao design.

Anholt (2006) makes the key observation that “... a brand is not a message, but the context in which messages are received” (2006:22), which means that branding is best understood as an attempt to influence the context in which messages are communicated. (Kavaratzis & Ashworth, 2007, p. 2)

Para Semprini (2006, p. 98), o conceito de imagem de marca precisa ser dinâmico e coerente, sob o risco de que a marca pode “desaparecer sem nada construir”. “O poder semiótico da marca consiste em saber selecionar os elementos no interior do fluxo de significados que atravessam o espaço social, organizá-los em uma narração pertinente e atraente e propô-la a seu público” (Semprini, 2006, p. 98).

Ou seja, são colhidas informações e valores significativos de uma sociedade para, depois, reinterpretar seu cotidiano de forma atraente. O autor revela que as manifestações da marca são construídas de cima para baixo — dos valores ao discurso. Porém, no momento da leitura e análise das mesmas, só nos é possível fazer o percurso contrário, ou seja, partir do que é visível (as manifestações), para descortinar as motivações e estratégias (os valores). Ele conceitua a marca em seu caráter semiótico (personalidade, promessa), relacional (percepção de públicos, sejam consumidores ou não) e evolutivo (adaptação às mudanças do mercado e do mundo).

Ao apresentar o contexto pós-moderno no qual atualmente a marca evolui e analisar as três dimensões que a caracterizam (semiótica, relacional, evolutiva), provavelmente tenhamos sugerido uma visão da marca como entidade complexa, abstrata, instável e multiforme. Essa visão é correta na medida em que a marca é, antes de tudo, um mecanismo de manipulação semiótica, um sistema de produção de sentido. Além disso, ela é uma máquina organizacional altamente sofisticada, uma estrutura que deve organizar e administrar de forma hierarquizada inúmeras manifestações (Semprini, 2006, p. 113).

O resultado dessa confluência em torno da marca seria a criação de um mundo possível (Semprini, 2006): “abstrato, simbólico, construído pelo e no discurso, não é real, mas é coerente e verossímil o suficiente para convencer e seduzir o consumidor” (Pinheiro, 2018, p. 46).

3. CONCEITO DE MARCA LUGAR

A “marca lugar” é um conceito guarda-chuva, que abriga definições identitárias para países, estados, cidades, bairros ou mesmo uma praça. E como avaliar a qualidade de um lugar?

Why do people feel bound to a place? Why do they want to leave a place? Many studies have raised these questions, to the point that place attachment is one of the most popular concepts in the environmental psychology literature (e.g., Low and Altman, 1992, Hernández et al., 2007, Scannell and Gifford, 2010). Other related disciplines have also researched these questions and published a large number of theoretical and empirical papers concerning the relationship between a person and his or her place. (Zenker & Rütter, 2014, p. 2)

Segundo Esteves (2016), “Podemos dizer que a qualidade de uma cidade, por exemplo, pode ser medida pela qualidade dos seus espaços públicos [...] à medida que cria uma experiência memorável para o visitante e mantém o interesse do morador”. E este movimento de interesse e memória em torno de lugares (Oliveira, Roca, Leitão, 2010) nos remete ao conceito de topofilia, de Tuan: “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (1974, p. 151). Mas qual seria a prioridade na construção de uma marca lugar?



Você já parou para se perguntar por que escolhe uma cidade ao invés de outra para morar? E para viajar de férias? Você usa os mesmos critérios nas duas situações? Provavelmente não, mas por quê? Para morar, você provavelmente irá pensar em oportunidades de trabalho, se tiver filhos, pensará na qualidade de vida deles, na qualidade das escolas e assim por diante. Perceba que quase todos esses critérios são racionais. Quando a escolha envolve uma viagem, como férias, por exemplo, as escolhas são muito mais emocionais. (Esteves, 2016)

A que se junta com pertinência

Even though satisfaction is a main research topic in many disciplines (especially in marketing and organizational studies), surprisingly few attempts have been made to discern the role of satisfaction in the field of urban research, at least compared to other concepts such as place attachment. (Zenker e Rütter, 2014, p. 1)

A análise de uma marca lugar é sempre um trabalho interdisciplinar e vasto, que envolve muitas variáveis. Ainda mais no caso açoriano, que envolve tantas singularidades. Para dar ao nosso objeto um foco mais delimitado e em atenção ao momento econômico do arquipélago, este estudo dará luz especial à sua identidade turística.

Afinal, o que motiva uma viagem? Todos os anos, milhares de pessoas se deslocam em fluxos turísticos ao redor do globo e é curioso observar que um número limitado de cidades é responsável por uma generosa fatia destes deslocamentos. O que explicaria o fato de todos desejarem ir para os mesmos locais? Quase sempre, a sua marca lugar.

Em 2018, o setor turístico vivenciava o maior crescimento de sua história, representando 10,4% do Produto Interno Bruto (PIB) global (WTTC, 2019) e 7,2% do nacional (Brasil, 2019). Um crescimento que contou com a convergência de fatores como o avanço das tecnologias de transporte, criação de novos formatos de hospedagem e comunicações. Nos anos seguintes, apesar do entrefluxo pandêmico, os números seguiram animadores:

O turismo internacional registrou aumento anual de 182% no primeiro trimestre de 2022. É o que aponta o mais recente Barômetro de Turismo Mundial da Organização Mundial de Turismo (OMT). Foram 117 milhões de chegadas internacionais, acima das 41 milhões registradas no primeiro trimestre de 2021. (Embratur, 2022)

De acordo com a OMT, mais de 900 milhões de turistas internacionais viajaram no ano passado. O número é o dobro registrado em 2021, embora ainda 63% dos níveis pré-pandêmicos. Todas as regiões registraram aumentos notáveis em chegadas internacionais. O Oriente Médio liderou a lista subindo para 83% dos números pré-pandêmicos. A Europa atingiu quase 80% desse patamar ao receber 585 milhões de turistas em 2022. A África e as Américas recuperaram cerca de 65% do movimento antes da pandemia, enquanto a Ásia e Pacífico atingiram apenas 23%, devido a uma pandemia mais forte e restrições que começaram a ser removidas apenas nos últimos meses. O primeiro Barômetro Mundial de Turismo da OMT de 2023 também analisa o desempenho por região e confere os melhores desempenhos em 2022, incluindo vários destinos que já recuperaram os níveis de 2019. (ONU NEWS, 2023)

Quase sempre, o desenvolvimento do turismo é sinônimo de desenvolvimento econômico (Kavaratzis, 2004) e este êxito teve como consequente beneficiado o setor da cultura. A importância da herança histórica apresenta esclarecimentos teóricos e práticos específicos para o turismo patrimonial na perspectiva da gestão da legitimidade da marca (Chen & Lee, 2021).

Compreender o comportamento do consumidor para ajudar a estratégia de marca lugar é extremamente importante para o sucesso da mesma (Vicente, Reis & Gil, 2021).



Para Amirou (2000), a demanda de viagem está pautada em três pilares: a sociabilidade (influência de grupos e de meios de comunicação); o imaginário (os espaços mentais dos turistas e as representações históricas associadas às viagens) e o espaço (as representações que se fazem sobre lugares e seus ambientes).

No mais, a viagem é sempre uma busca, seja de si, do outro ou do além-espaço-temporal [...] Por sua vez, os meios de comunicação têm, em sua essência, a vontade de trazer até nós tudo aquilo que se encontra distante, seja no tempo, no espaço ou simbolicamente: um imaginário local que se põe no imaginário global por meio da mídia” (Fois-Fraga, 2012, p. 84–85)¹.

Certeau acredita que “A linguagem do imaginário se multiplica. Ela circula por todas as nossas cidades. Fala à multidão e ela a fala. É o nosso ar artificial que respiramos, o elemento urbano no qual temos de pensar” (Certeau, 2011, p. 41). No século XXI, como nunca, investiu-se na marca lugar dos destinos, através de argumentos de topofilia (Tuan, 1983) e pertencimento (Glass, 1964), visto que marcas se comunicam diretamente com nosso inconsciente (Kotler & Gertner, 2002).

Aqui cabe aprofundarmos ainda mais a definição de marca lugar — um conceito que, muitas vezes, é descrito através de expressões sinônimas ou correlatas, como *place branding*, *nation branding*, *place marketing*, marca cidade etc. — expressões que resumem os esforços de comunicação (Baloglu & McCleary, 1999) e *marketing* (Ocke, Ikeda, 2014) desenvolvidos pelos territórios (cidades, estados, países) em seu posicionamento de marca (Kotler, 2006), seja com o objetivo de fortalecer os vínculos de pertença da sua população ou alcançar visibilidade frente a outras comunidades (Braun, Eshuis, & Klijn, 2014).

[...] explicando o que diplomacia pública e place branding não são, do que o que são, e, em discussões sobre o place branding que podem parecer estar presas a uma crise de identidade permanente: eles habitam um campo com um nome que claramente não é adequado. Branding, em outras palavras, está todo errado. A adequação da palavra brand para descrever uma abordagem que eu, de qualquer forma, prefiro chamar de identidade competitiva, é certamente uma questão controversa (Anholt, 2000, p. 10).

Por outras palavras, mas ainda em consonância

O place branding vem com uma vantagem embutida, pois, para discutir a marca lugar é preciso discutir o próprio lugar, e como já podemos imaginar, não existe marca lugar se não existir lugar. [...] Podemos dizer que a qualidade de uma cidade, por exemplo, pode ser medida pela qualidade de seus espaços públicos [...] Uma marca lugar é forte na medida em que cria uma experiência memorável para o visitante e mantém o interesse do morador (Esteves, 2016, p. 21).

No cenário contemporâneo, os mercados e as políticas externas enfrentam uma espécie de concorrência de visibilidade (Zheng, Liao, 2023), buscando vantagem competitiva para atrair investimentos, sediar empresas, atrair profissionais e turistas (Kotler & Gertner, 2002).

Its use has been accelerated in an attempt by cities to position themselves strongly in the fierce competitive arena for finite and increasingly mobile resources, whether investment capital, relocation of companies, visitors and residents. The concept and methods of branding are also employed by cities as an instrument of place marketing in order to associate the place with wider desirable qualities in the perceptions held by relevant target audiences. (Kavaratzis & Ashworth, 2005)

¹ Avighi (2000) apud Cardozo, P. (2006). Considerações preliminares sobre produto turístico étnico. *Pasos Revista de Turismo y Património Cultural*, Espanha, 4(2), 149.



Para melhor ilustrar esta comunicação mediada entre o lugar e o seu público, podemos citar o romance “Cidades Invisíveis”, do italiano Ítalo Calvino (1990). O livro consiste num diálogo entre o imperador mongol, Kublai Khan, e seu funcionário, Marco Polo. Na impossibilidade de viajar e conhecer pessoalmente todo o território conquistado, o imperador designa Marco para percorrer o império e lhe narrar suas impressões sobre cada cidade. As narrativas do empregado substituem os olhos, constroem paisagens através de um discurso repleto de metáforas e, mais que isso, desperta em nós certa identificação com o governante que desconhece o seu próprio reino — afinal, quem pode garantir que conhece inteiramente sua própria cidade ou país? O romance descreve uma experiência que sabemos fazer parte dos nossos dias, onde mesmo o imaginário sobre o nosso entorno é interferido pelo discurso estratégico. No romance, Marco Polo alerta: “Jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve” (Calvino, 1990, p. 38), pois “Uma paisagem invisível condiciona a paisagem visível” (Calvino, 1990, p. 24).

People’s perception of place image can be influenced by many observational factors, including the environment, people, events, and branding strategy. It is necessary to further explore the relationship between these factors and specific aesthetic characteristics. (Luo et al., 2022, p. 1)

Aqui, compreendemos que uma paisagem cultural em si precisa de ser elaborada e cultivada (Rubim, 2003). No século XXI, este imaginário sobre os territórios, ainda que pulverizado e polissêmico (Bakhtin, 2002), foi especialmente alimentado pelas novas mídias, responsáveis por animar a demanda através da produção de sentido (Maugeneau, 2004) e constante elaboração de mundos possíveis (Semprini, 2006).

Para Caio Esteves (2016), todo lugar, já que possui uma personalidade própria, deve possuir também uma marca própria. “Algo que crie diferenciais competitivos suficientes para protegê-lo do cenário macroeconômico e inseri-lo nas escolhas dos moradores e visitantes” (Esteves, 2016, p. 156).

A instituição de uma marca lugar é um recorte de estudo complexo em si mesmo. Especialmente quando está destinado a representar, não um perímetro breve, mas uma região ou até um país inteiro, em todo o engendramento diplomático que isso tende a significar. Esta modalidade de marca precisa abrigar, sob um extenso guarda-chuva simbólico, toda a representatividade cultural, histórica, econômica e afetiva que uma nação pode conter. Para Kotler e Gertner (2002), mesmo quando um país não administra conscientemente sua marca país, os públicos possuem em suas mentes uma imagem dele que pode ser trazida à tona pela simples menção de seu nome.

The application of branding techniques to places has flourished with globalization and the emergence of national and international competition between places, cities, and states. Intensive processes, including access to global communication, enhanced tourism and immigration, and international investment flows, coincided with urban industrial degradation and cities’ need to reinvent their economic base. (Aharon & Alfasi, 2022, p. 1)

A autenticidade do património cultural pode geralmente refletir o valor do património e as potenciais vantagens competitivas (Bryce et al., 2014). No desenvolvimento do turismo, a autenticidade é a base para a diferenciação dos produtos turísticos (Jiménez-Barreto et al., 2020).

Jiménez-Barreto et al. (2020) dividiram a autenticidade da marca em consistência, credibilidade e originalidade e descobriram o papel mediador da autenticidade da marca entre a qualidade da experiência turística e as intenções de comportamento. Portanto, é necessário estudar mais a fundo a relação entre a autenticidade da marca destino e o comportamento do turista. Consequentemente, a presente pesquisa explorou o mecanismo de autenticidade da marca na fidelidade do turista com base na autenticidade da marca multidimensional (Jiménez-Barreto et al., 2020).

Estudiosos como Gnoth (2002) e Dinnie (2008) tendem a interpretar a expressão “marca lugar” majoritariamente sob a ótica do *marketing*, destacando a concorrência entre destinos e a importância do posicionamento de marca.



Já para Semprini (2006, p. 271), a marca é uma instância semiótica, ou seja, uma unidade multifacetada, algo que dialoga com todos os nossos sentidos: "o conhecimento da marca consiste em todos os pensamentos, sensações, imagens, experiências, crenças etc. ligados à marca. Especificamente, elas devem criar associações fortes, favoráveis e exclusivas com os clientes". É este segundo recorte que pretendemos acatar nesta análise.

However, brand personality is not an isolated variable and its credibility also depends on the consumer's perception of other functional associations related to the product characteristics (Ang & Lim, 2006; Kum, Bergkvist, Lee, & Leong, 2012). In other words, it is the sum of functional and symbolic associations with the destination name that comprises the overall destination image (Daye, 2010; Qu et al., 2011). (Vinyals-Mirabent, Kavartzis, & Fernández-Cavia, 2019)

Semprini (2006) define as marcas a partir de três mundos: o textual (expressões sensíveis ou simbólicas), o possível (uma narrativa acerca da marca) e o real (valores que constituem o contexto em que a marca está inserida). Em seguida, cada marca constrói um mundo possível em cada uma de suas manifestações. O autor acredita ainda que três conceitos alicerçam o posicionamento discursivo das marcas: credibilidade, legitimidade e sedução. Ou seja, a marca deve construir um discurso galgado na veracidade, que espelhe traços identitários familiares ao seu público e contenha uma unidade discursiva de posicionamento definido. Só então a aproximação entre marca e público seria construída pelas expectativas lançadas em torno da marca.

A lealdade é um factor essencial na criação do desempenho e dos lucros do destino numa perspectiva de longo prazo e é reconhecida como o conceito de marketing de destino mais crucial (Ruiz-Real et al., 2020).

Acerca da construção deste tipo tão específico de marca — a de um território — Markwick (2001) agrupa os argumentos, de modo geral, em dois tipos: os que exaltam o exotismo (o pitoresco, o incomum, o paradisíaco) e os que exaltam a autenticidade (a história, a tradição, a cultura). Ele nos leva a observar que, de modo geral, os argumentos de exotismo não corroboram na construção de uma marca lugar sólida. Por exemplo, um território que se anuncie por suas praias de areias brancas e águas azuis poderá ser confundido com cenários semelhantes — Maldivas, Tanzânia ou Venezuela. É possível nadar com golfinhos em Cancún, nas Filipinas ou em Manaus. Cordilheiras nevadas ideais para esqui podem ser encontradas nos Alpes, nos Andes ou no Marrocos. Apenas os argumentos de autenticidade — dados históricos e culturais — tornariam os lugares únicos (Martins; Sampaio, 2016), afinal, sabemos perfeitamente onde encontrar a Mona Lisa, o Taj Mahal ou um bom acarajé.

Hunt (1975) was among the first to demonstrate its importance in increasing the number of tourists visiting destinations. Today there exists a general consensus about the significance of the role played by image in the process of decision making, and, by extension, choice. (Beerli, Martín, 2004)

Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2022), de 2021 a 2022, o planeta experimentou um crescimento de 4% no setor. Por consequência, nas últimas décadas, algumas nações apostaram de forma inédita no desenvolvimento de uma marca lugar (Braun et al., 2018). Algumas alcançaram resultados surpreendentes, criando uma espécie de concorrência internacional entre destinos (Tavares, Salvador, & Mores, 2014). Como nunca, estabeleceu-se o conceito de marca (Esteves, 2016) em níveis nacionais, regionais, municipais e locais.

Temos exemplos de bairros empobrecidos e violentos que, após projetos de revitalização, tornaram-se zonas de forte apelo turístico, como o Brooklin (Nova York, EUA), Porto Madero (Buenos Aires, Argentina) e Prenzlauerberg (Berlim, Alemanha).

Neighborhood image reflects the cultural interpretation of place, and "an imaginary representation of the neighborhood." (Gainza, 2017; Patterson, 2016) Cultural regeneration is, in this sense, a process of accumulating collective symbolic capital and seeking ad-vantages in the global competition among cities,



which has resulted in the aestheticization of the urban landscape (Harvey, 2001; Lloyd, 2002; Yeoh, 2005). Producing a new image for a place supports city branding and marketing (Pow & Kong, 2007; Ulldemolins, 2014), and trans-forming the image of a place could also contribute to forming local and community identity (Rius-Ulldemolins & Klein, 2020). (Luo et al., 2022, p. 2)

Há também territórios que, devido a fatos históricos contundentes, ainda enfrentam dificuldade para renovar sua imagem (Dragin-Jensen, Lenholdt, 2021) no inconsciente coletivo mundial (Semprini, 2006), como a própria Berlim, capital da maior potência econômica da Europa, que vive o que podemos chamar de constrangimento institucional, por seus ícones ligados à Segunda Guerra — entre os *souvenires* vendidos, estão máscaras de gás, metralhadoras, suásticas e pedaços do muro — uma desvantagem diante de cidades que, mesmo com uma infraestrutura inferior, possuem uma marca lugar mais trabalhada e uma imagem atualizada com o momento civilizatório que vivem (Kotler & Gertner, 2004).

Destinations ‘talk’ about themselves via online media to build strong brand personalities. However, previous research points to the influence of other associations linked to the destination in determining the credibility of the aforementioned personality. (...) There is huge potential to use attractions to better project desired personality traits, which leads to a better fit between the personality and the overall projected image. The findings have significant implications both for brand managers to enable them to optimize their communication, and for future research. The projected personality of destinations should not be studied independently from the functional dimension of brand image. (Vinyals-Mirabent, Kavartzis, Fernández-Cavia, 2019)

Entre os exemplos bem-sucedidos de nações que priorizaram o investimento no setor e superaram graves crises econômicas, estão a Tailândia, a Espanha e Portugal (Embratur, 2019). Enquanto a Grécia recorria a um pacote de socorro oferecido pela União Europeia e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para escapar de um colapso financeiro, Portugal, que também vivia uma situação bem difícil, decidiu ir por um caminho diferente. De 2015 para 2016, o país chegou a reduzir seu déficit orçamentário à metade. Foi o melhor resultado alcançado desde sua transição para a democracia, em 1974 (BBC News, 2017). Uma reviravolta que se tornou *case* de êxito e modelo estratégico replicado em territórios em todo o mundo.

Place marketing has evolved from a promotion-based approach to a more strategic and holistic view of the marketing of places (Ashworth and Voogd, 1994, Avraham, 2004, Gnoth, 2002), including the concept of place reputation (Bell, 2016), even if there is evidence that the fallout of the 2008 global financial crisis may have started a period of ‘soul searching’ in the place branding community (see Eisenschitz, 2010) in terms of the actual purpose of this strategic activity with further calls later to reassess its focus. (Noronha, Coca-Stefaniak, Morrison, 2017, p. 1)

Cultural regeneration is featured as using cultural facility, art, and cultural activity as catalyst, and integrating them into area strategic development (Evans, 2005; Wansborough & Mageean, 2000). An essential target of cultural regeneration is transforming city or place image to attract investment and talents and thus to activate its overall resurgence (Connolly, 2013; Paddison, 1993). (Luo et al., 2022, p. 2)

No Brasil, temos o exemplo do Plano Aquarela, criado pelo Ministério do Turismo, em 2013, que ambicionou deslocar uma marca país, até então estereotipada enquanto “paraíso das mulatas” (Gomes, 2010) e da malandragem do Zé Carioca. A nova comunicação anunciava um país ligado à diversidade étnica, cultural e natural, sem nenhum apelo à sexualização. Sem dúvidas, no século XXI, esse foi um dos exemplos mais bem sucedidos de investimento em marca lugar, erguendo consigo questões importantes sobre lusofonia e o possível surgimento de um novo agrupamento de cooperação mútua diante do globo (Martins, 2004). Mas não foi o único.



Para abordarmos o conceito de marca lugar e ilustrar suas particularidades, levaremos em conta um objeto específico e relativamente recente, a formação da marca lugar do Arquipélago dos Açores, um conjunto de ilhas atlânticas colonizadas por Portugal.

4. METODOLOGIA

Por ser abrangente e mutante, o campo da Comunicação (Silva, 2013), ao mesmo tempo em que permite aos pesquisadores a utilização de técnicas peculiares a outras áreas do conhecimento, está mais suscetível a riscos se o objeto da pesquisa não tiver prévia e claramente definido. Sob este aspecto, a análise documental representa uma entre as técnicas disponíveis aos pesquisadores para qualificar o seu trabalho e, como tal, sofre influência dos campos científicos que a empregam sistematicamente (Moreira, 2005).

Organizar o material significa processar a leitura segundo critérios da análise de conteúdo, comportando algumas técnicas, tais como fichamento, levantamento quantitativo e qualitativo de termos e assuntos recorrentes, criação de códigos para facilitar o controle e manuseio. (Pimentel, 2001, p. 182)

Os arquivos públicos, por geralmente reunirem maior variedade de material, demandam como ação inicial uma identificação genérica dos documentos disponíveis para consulta. Isso auxilia a avaliação do conteúdo do arquivo que se pretende explorar e das vertentes possíveis de coleta da informação.

As fontes da análise documental frequentemente são de origem secundária, ou seja, constituem conhecimento, dados ou informação já reunidos ou organizados. São fontes secundárias a mídia impressa (jornais, revistas, boletins, almanaques, catálogos) e a eletrônica (gravações magnéticas de som e vídeo, gravações digitais de áudio e imagem) e relatórios técnicos. (Moreira, 2005, p.272)

Levando em conta as vantagens e limitações desta escolha, método selecionado foi uma análise documental, através de documentos públicos, especialmente do site oficial do arquipélago no tocante ao planejamento administrativo do território. Pesquisa que será acrescida de observações e fotografias feitas *in loco* no ano de 2023.

O método assumirá um caráter essencialmente qualitativo (Camargo, 2011), com ênfase na observação durante o estudo de caso (Delgado-Hito, Romero-García, 2021). Após a problematização do tema e o levantamento de hipóteses, teremos a análise documental. Por fim, será possível elaborar um diagnóstico acerca do objeto e formular pontos de atenção para um direcionamento assertivo no processo de estruturação da topofilia (Relph, 2001) e sustentabilidade (Liu, Lo, 2022) da marca Açores. Este trabalho, desde a sua concepção, não pretende conceder um veredicto irreversível sobre o objeto de estudo, mas levantar questões pertinentes à construção de uma gestão participativa e democrática.

5. ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

O arquipélago dos Açores está situado entre três placas tectônicas: a americana, a europeia e a africana. As ilhas estão no centro do oceano Atlântico, a cerca de 1.500 km de Portugal e a cerca de 2.500 km dos Estados Unidos. Se fosse traçada uma linha reta imaginária transatlântica que cruzasse a região, sua altura iria da cidade de Nova York até a cidade de Lisboa. A capital africana continental mais próxima dos Açores é Casablanca, no Marrocos, com uma média de 1.700 quilômetros. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região é de 0,807 (UNESCO, 2022).

Seu território faz parte da Macaronésia, região do Atlântico Norte, que se estende ao oeste da África e Europa e inclui os arquipélagos de Madeira, Canárias e Cabo Verde. Destes, apenas Cabo Verde alcançou total independência política, em 1975, enquanto Madeira e Açores permanecem como regiões ultramarinas portuguesas e as Ilhas Canárias seguem como região ultramarina espanhola. A palavra grega “macaronésia” significa “ilhas afortunadas”. Na mitologia grega, fala-se destas ilhas paradisíacas onde as pessoas levavam uma vida plenamente feliz e onde

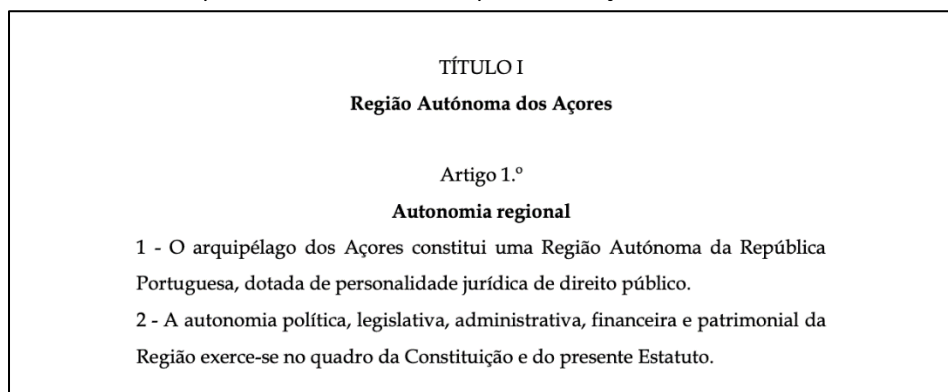


também descansavam as almas dos heróis que levaram uma vida justa. Anos depois, o autor grego Plutarco faria referência às belezas destas “ilhas afortunadas”.

O arquipélago de Açores foi colonizado pelos portugueses no século XV, sendo habitado de maneira contínua há seis séculos. Hoje, possui 19 freguesias, 155 municípios e cerca de 230 mil habitantes espalhados por 2.346 km². A região ultramarina possui relativa independência administrativa, sendo chamada oficialmente de Região Autónoma dos Açores (Governo dos Açores, 2022).

Historicamente, a população açoriana ambicionou maior autonomia política e administrativa através de movimentos em favor da emancipação do arquipélago. Por fim, na Constituição Portuguesa de 1976, foi consagrado um estatuto político-administrativo especial reservado às regiões portuguesas isoladas geograficamente - Madeira e Açores - concedendo o direito de legislar em todas as matérias que não sejam da reserva dos órgãos de soberania nacional, podendo exercer poder executivo próprio em áreas como a organização da administração regional, promoção do desenvolvimento econômico e da qualidade de vida, defesa do meio ambiente e do patrimônio (Portal By Açores, 2022).

FIGURA 01: Trecho do Estatuto político-administrativo especial dos Açores.



FONTE: Portal By Açores, 2022.

Geograficamente, os Açores fazem parte de uma cordilheira submarina que se estende até a Islândia, o que explica a semelhança apontada em cartas e relatos de viagem de séculos anteriores com relação às suas fontes termais e bolsões vulcânicos:

Confesso que a minha curiosidade (fontes termais) e a minha esperança não eram muito grandes: visto que tinha visto na Islândia tudo o que o mundo oferece de mais notável neste gênero. Como não esperava grande coisa, fiquei realmente espantada. Uma das fontes ferventes repuxa com muita força e abundância a uma altura de metro e meio a dois metros (Pfeifeer, 1859, p. 207).

Economicamente, a sua primeira função foi servir de entreposto para as grandes navegações portuguesas. Graças a sua localização entre os três continentes, deu suporte às embarcações em trânsito, fosse durante o comércio de especiarias, matérias-primas ou escravos. Na era de oitocentos, sua função de entreposto permaneceu ativa, servindo de sede para o cruzamento comercial entre diferentes nações:

Os Açores, ilhas situadas no mar profundo, entre a Europa e a América, foram, desde a descoberta do Atlântico e de suas margens (África e América), passagem obrigatória das rotas que passaram a sulcar este oceano, fossem vindas das Índias ocidentais ou orientais. Na verdade, à volta das ilhas girava o comércio internacional, mudando apenas a centralidade de alguns portos insulares, conforme a conjuntura da época. A pacificação do Atlântico, com o conseqüente desaparecimento do corso e da



pirataria, que tanto tinham fustigado as ilhas açorianas, a existência de colônias estrangeiras, ricas e bem integradas na sociedade açoriana, a própria aventura da viagem marítima e a fácil acessibilidade ao arquipélago aumentaram o desejo da descoberta destas ilhas ocidentais (Machado, 2019, p. 277).

Valendo-se de sua localização, as iniciativas econômicas desenvolvidas nas ilhas tiveram, desde sempre, foco na exportação. Entre as principais atividades que prosperaram no mercado internacional, estão o cultivo de laranja, pastel (tintura para tecidos), pesca (especialmente o bacalhau e a baleia), chá, beterraba sacarina, ananás, trigo, carne e laticínios.

Outra atividade em expansão no arquipélago é o Turismo. Focado, em primeira instância, na atração de visitantes portugueses, seguidos de europeus e norte-americanos, o mercado turístico é favorecido pelas suas paisagens naturais e suas temperaturas amenas, especialmente nos meses de julho a setembro. Um dos fatores determinantes para a procura do destino turístico dos Açores prende-se com a valorização da natureza como ativo para o desenvolvimento do turismo sustentável, valorizando o património, costumes, tradições e gastronomia (Vicente, Dionísio & Reis, 2021).

Em 2015, por iniciativa do Governo Regional dos Açores, foi lançado o Plano Estratégico de Marketing e Turismo dos Açores. Uma ação que teve como objetivo secundário o fortalecimento da marca lugar do território.

Entre as apostas do documento, está a divulgação da Marca de Certificação Açores, uma espécie de selo de qualidade que pretende oferecer alicerce econômico e promoção interna e externa do arquipélago. Esta identidade guarda-chuva abriga mais de 180 empresas regionais, num extenso catálogo de produtos (carnes, leites, queijos, frutas, flores, cervejas, artesanato, hotéis, serviços turísticos etc.), funcionando como rótulo de referência para os consumidores. A iniciativa também engloba ações coletivas de logística e comunicação, como distribuição internacional, representação em eventos e peças publicitárias.

Esta iniciativa governamental de criação de uma marca guarda-chuva para os empresários regionais tornou-se destacada para estudiosos de gestão pública sustentável. Um projeto que pode impactar de maneira definitiva a marca lugar do território e promover frutos de longo prazo para a comunidade local.

FIGURA 02: Aplicação da Marca Açores em embalagens de doces nativos.



FONTE: Elaboração própria, 2023.



FIGURA 03: Aplicação da Marca Açores em embalagens de pescados nativos.



FONTE: Elaboração própria, 2023.

FIGURA 04: Aplicação da Marca Açores em estande de vendas localizado no Aeroporto João Paulo II (Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, Açores).



FONTE: Elaboração própria, 2023.



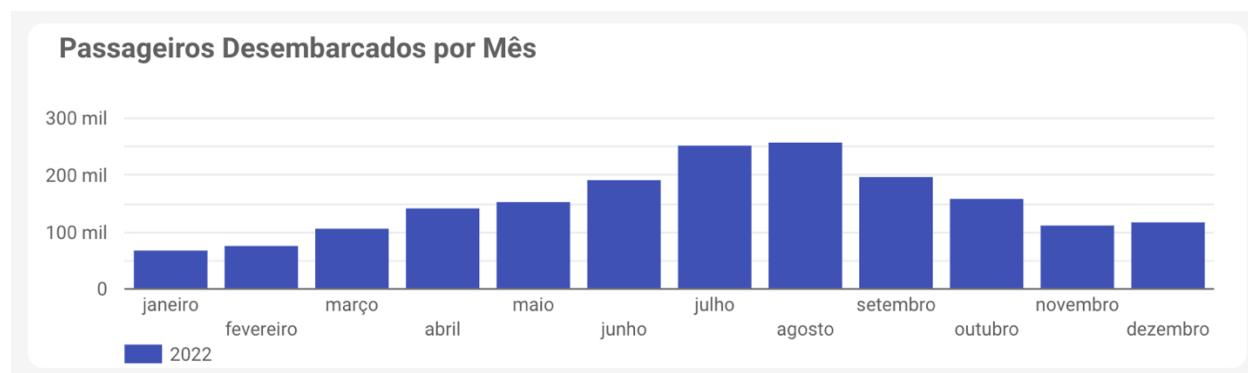
6. A MARCA LUGAR AÇORIANA: PRINCIPAIS DESAFIOS

Marcado por uma imagem de isolamento e rusticidade, os Açores são um território periférico que esteve historicamente exposto a desafios geográficos e políticos. Trata-se de uma geografia insular, dividida em nove ilhas, uma constituição que pode representar um impasse quanto à unidade física do território. Este desmembramento reflete-se no isolamento das comunidades e poderia afetar negativamente a formação de uma identidade coesa.

Uma dispersão que pode ser observável, inclusive, na diversidade de paisagens e dialetos dentro de uma população tão pequena. Se considerarmos o mercado turístico, em que o turista é um comprador e o destino é um produto (Papadopoulos, 2004), devemos levar em conta que todo produto turístico é consumido primeiramente e principalmente por seu visual (Jenkins, 2009). Só no momento seguinte este produto seria experienciado, não só através da visão, mas dos outros sentidos (Tuohino & Pitkänen, 2004).

Durante a comunicação turística do século passado, a publicidade esteve focada nas paisagens de duas ilhas: São Miguel e Terceira. Um processo que tem como consequência a superlotação de turistas nestas ilhas entre os meses de junho e agosto, numa sazonalidade extrema, especialmente no período que contempla os meses das férias escolares no hemisfério norte.

GRÁFICO 01: Taxas de desembarque nos Açores em 2022.



FONTE: Observatório do Turismo dos Açores (OTA), 2023.



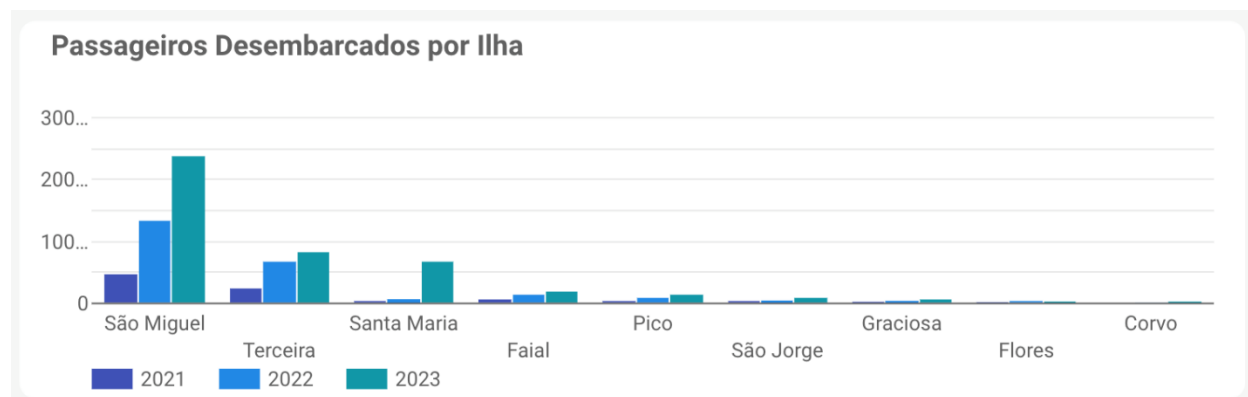
FIGURA 05: Superlotação no Aeroporto João Paulo II (Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, Açores) em junho de 2023.



FONTE: Elaboração própria, 2023.

Se a floresta verde e os ambientes urbanos ilustram perfeitamente estas duas ilhas, como incluir nesta comunicação as paisagens áridas e cinzentas da ilha de Faial ou os telhados vermelhos da ilha Graciosa? Se o principal argumento turístico é a imagem, como seria possível encontrar um cartão postal ou logotipo que ilustrasse a unidade do arquipélago, sem privilegiar uma ilha em detrimento das outras?

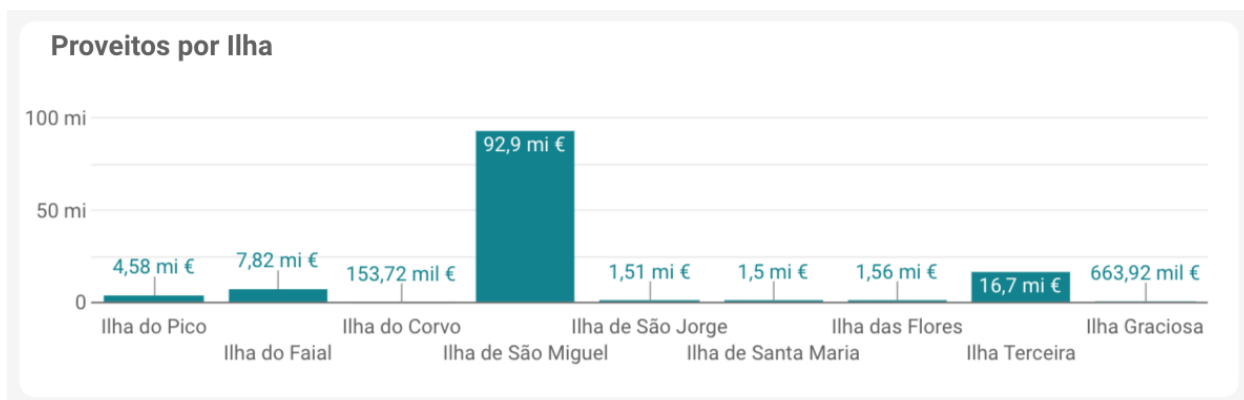
GRÁFICO 02: Taxas de desembarque nas nove ilhas açorianas entre 2021 e 2023.



FONTE: Observatório do Turismo dos Açores (OTA), 2023.



GRÁFICO 03: Taxas de proventos advindos do Turismo nas nove ilhas açorianas em 2022.



FONTE: Observatório do Turismo dos Açores (OTA), 2023.

Politicamente, o arquipélago pertence a Portugal, mas está geograficamente isolado no Atlântico. E, como já vimos, “As fronteiras geográficas acompanham as sociais, étnicas e culturais de maneiras previsíveis” (Said, 2007, p. 91). Por sua insularidade, a população possui traços de pertença definidos, estando inclusive apartado do lusitano do ponto de vista linguístico, já que a fala dos açorianos tornou-se tão singular com o passar dos anos que precisa ser acompanhada de legenda na própria mídia portuguesa (já se considera distinção midiática entre o português açoriano e o português continental).

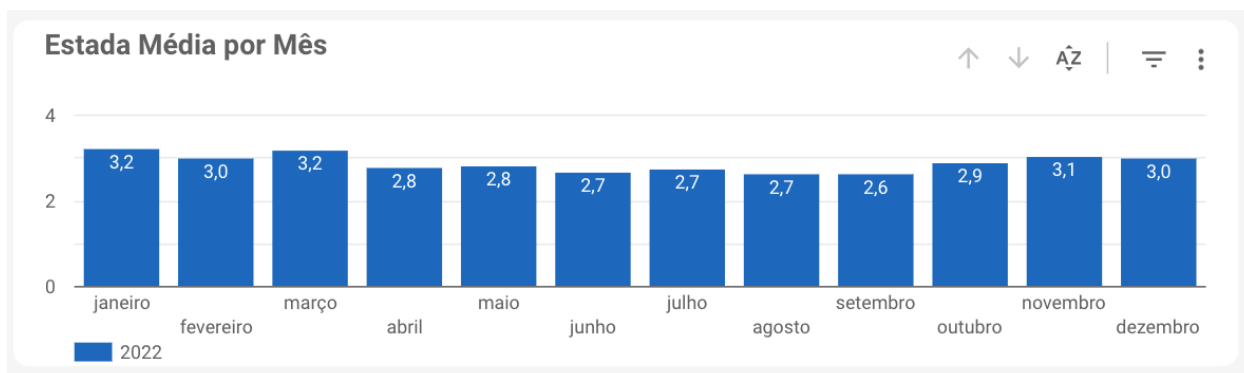
Sua posição entre a África, a Europa e a América poderia resultar numa identidade híbrida ou corroborar para uma imagem fragmentada (Ianni, 1993), uma apropriação dos termos cosmopolita e provinciano, como uma tipificação, no entendimento das cidades (Sampaio, 2018).

Ao contrário do sucedido em São Miguel, onde quase todo o tráfego marítimo, na primeira metade do século XIX, se inclinava para o continente Europeu, as ilhas da parte ocidental do arquipélago — Flores, Corvo e, sobretudo, Faial e Pico — por via do seu frequente contacto com as frotas baleeiras da Nova Inglaterra desde finais do século XVIII, depressa se tornaram as ilhas mais “americanas” dos Açores [...] (Wells, 1963, p. 293).

Somado à dispersão geográfica, o conjunto de ilhas enfrentou também momentos de forte evasão humana. O fenômeno migratório é uma presença constante desde o século XVIII, caracterizando o território como “transnacionalizado” (Basch, Schiller, & Blanc, 1994), sob efeito do nomadismo (Zumthor, 2005). Ali, as relações com o exterior foram sobrevalorizadas (Ianni, 1993) e a evasão atingiu especialmente a população mais jovem, em busca de melhores condições de vida, que conviveu com a crença coletiva em torno de uma suposta viagem redentora e libertária (Bauman, 2001).



GRÁFICO 04: Média de dias de ocupação turística em 2022.



FONTE: Observatório do Turismo dos Açores (OTA), 2023.

Em contrapartida, o fluxo de turistas seguiu crescendo a cada ano. Os investimentos no mercado hoteleiro atraíram um trânsito de europeus e norte-americanos às pequenas vilas, chegando a inaugurar preocupações com a ocupação desordenada e especulação imobiliária (Furtado, 1974; Harvey, 2014). Porém, trata-se de uma ocupação fulgás, que não costuma passar de três dias por visitante (OTA, 2023). Estes dois fluxos — a evasão de moradores e a atração de turistas — poderia remeter-nos ao conceito pós-moderno de não-lugar (Augé, 1994) e acentuar a impressão de que estaríamos diante de um território de trânsito e não de permanência.

GRÁFICO 05: Crescimento do Turismo nos Açores entre 2011 e 2023.



FONTE: Observatório do Turismo dos Açores (OTA), 2023.

Dado que os recursos patrimoniais são finitos, surgiu uma necessidade paralela de desenvolver planos estratégicos de marketing para garantir a sustentabilidade cultural e patrimonial (Chhabra, 2010). Segundo Vicente e Reis (2021) é importante uma análise cuidada e revisada dos fatores de atratividade do lugar de destino, de forma a não comprometer a sustentabilidade do destino turístico e cultural, preservando o patrimônio, como é o caso dos Açores.

Afinal, teoricamente, o não-lugar seria uma ocupação provisória, de “solidão e similitude” (Augé, 1994, p. 95), criada de forma artificial (Barcellos, 2007) para satisfazer necessidades imediatas (Sá, 2006). E, por ironia, historicamente, foi exatamente esse o papel do arquipélago durante o período colonial — um conjunto de ilhas desertas e isoladas, que foi habitado de maneira artificial para satisfazer uma necessidade imediata: funcionar como entreposto para as embarcações comerciais, inclusive escravagistas, a caminho de outras colônias. Porém, mesmo que essa vocação tenha se perpetuado e o território seja, outra vez, uma rota conveniente para conexão entre a Europa, a África e as



Américas, os Açores surpreendem por sua formação identitária de tradições bem introjetadas. E, se os espaços de ocupação provisória tendem a não possuir identidade singular, como explicar a singularidade deste território de entreposto? (Ianni, 1993).

Explorar destinos com significado cultural significativo está ganhando popularidade entre viajantes de todas as faixas etárias. A fusão cativante de cultura e património associada a estes locais torna-os especialmente atrativos para os turistas (Thuyet, 2023).

Para Hall (2014), em muitos casos faz-se necessária a resignificação da história contada sobre uma comunidade, uma revisão de narrativa. Inclusive, para Anderson (2008), o nacionalismo é exatamente isso, um alinhamento de narrativas a respeito de um território e de seu povo, onde a veracidade dos fatos não possui papel preponderante. Por fim, é a imagem construída para um território que determinará suas fronteiras. Para além do mapeamento geográfico, aparentemente arbitrário, as fronteiras erguem-se diante do que uma população tem como sentimento de pertença, o que reconhece como seu, em contraponto ao que ela julga como estranho a si (Said, 2007).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hall (2014) acredita que o levantamento de qualquer território precede fronteiras, que sua ausência, ao contrário do que se imagina, não teria papel aglutinador entre as populações, mas seria um elemento desestruturante para os grupos. O desafio aqui seria estabelecer este muro simbólico em torno de uma nação que parece ocupar uma área de passagem (Semprini, 2006). A localização, em meio ao trânsito marítimo, muitas vezes, expõe as ilhas às influências externas de forma irrestrita e a histórica evasão de nativos e recepção de visitantes poderia criar um vácuo de pertencimento (Glass, 1964). Afinal, o que é um açoriano? A população dos Açores é considerada portuguesa, mas mora a 1.500 km do continente europeu (Santos, Meneses, 2010), ambienta-se sob fauna e flora distintos e está sob uma relativa autonomia administrativa, porém sem autonomia no tocante à soberania. Não seria essa uma identidade híbrida? (Bauman, 2001).

Segundo Tuan (1983), topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar físico. Ela pode assumir diferentes formas, de acordo com a amplitude emocional e a intensidade (Krenak, 2019). Para ele, é possível identificar a recorrência, por exemplo, do sentimento de “pertença”, associado a comunidades de origem e a cenários da infância — muito presente entre os emigrantes que retornam para visitação. Ou o sentimento de “encontro com o paraíso”, onde certas paisagens figuram de maneira recorrente no inconsciente coletivo, como a floresta, a praia, o vale e a ilha (Tuan, 1974).

O panorama de ilhas selvagens e florestas intocadas dos Açores, sem d vidas, enquadra-se neste cenário de constru o simbólica. Mas ele não é o  nico. Em meio a tantas outras regiões igualmente belas, por que o visitante optaria pelo arquipélago açoriano? Nos últimos anos, foi possível identificar uma crescente concorrência entre países com voca o turística (Esteves, 2016). Açores é considerado um destino emergente em franca expansão, mas enfrenta fortes concorrentes em todo o mundo. Na própria Macaronésia, a oferta de atrativos naturais é abundante em Madeira, Canárias e Cabo Verde. No perímetro africano, concorre com as Ilhas Maurício, Tanzânia e Moçambique. Na Europa, o sul da Espanha, o sul da Itália e a ilha de Malta têm apelam ao ecoturismo e ao turismo alternativo.

Por fim, o esgotamento do formato tradicional de turismo e a recente busca por vivências aut nticas vêm favorecendo o consumo de experiências culturais e a ascensão de novos destinos. Especialmente lugares que oferecem, mais do que exotismo, autenticidade (Markwick, 2001). Ou seja, características do território e circunstâncias da sua forma o podem influenciar, positiva ou negativamente, o seu desenvolvimento.

A constru o de uma marca lugar   um processo complexo, que demanda ajustes constantes e está sujeita a modifica es em todas as suas etapas de implanta o. A constru o da Marca Açores é uma grande aposta na reconstru o da identidade regional deste arquipélago com tantos desafios econ micos, geográficos e de



pertencimento. Ao que observamos, ela começa num bom direcionamento, através do fortalecimento da economia local (com a criação da Marca Açores) e uma tentativa de distribuição de renda (já que a marca contempla 180 empresas locais).

Acreditamos que, ao longo dos próximos anos, será possível acompanhar o desenvolvimento e os principais frutos do fortalecimento de marca previsto no Plano Estratégico de Marketing e Turismo dos Açores, lançado 2015. Através da observação dos impactos reais na economia, na autonomia, na topofilia e no crescimento sustentável das comunidades do arquipélago açoriano, este Plano Estratégico pode vir a se tornar uma referência de construção de marca lugar sustentável a ser replicada, especialmente em territórios também periféricos e em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- Aharon, K. M., & Alfasi, N. (2022). The geographical aspect of place branding: Interactions between place brands in the spatial hierarchy, *Applied Geography*, 139. <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2022.102650>
- Amirou, R. (2000). *Imaginaire du tourisme culturel*. Presses Universitaires de France.
- Anderson, B.R. (2008). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Companhia das Letras.
- Anholt, S. (2000). *Anholt Nation Branding Index*. <http://www.simonanholt.com/Research/research-introduction.aspx>
- Augé, M. (1994). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da modernidade*. Papirus.
- Bakhtin, M. M. (2002). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* (10.ª ed.). Hucitec.
- Baloglu, S., McCleary, K. M. (1999). A model of destination image formation, *Annals of Tourism Research*, 26(4), 868–897. [https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(99\)00030-4](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(99)00030-4)
- Barcellos, V. (2007). Não-lugares: uma ideia fora do lugar. *P@ranoá eletrônico*, 9, 1–10.
- Barthes, R. (2002). *Mitologias*. Difel.
- Basch, L., Schiller, N.G., & Blanc, C.S. (1994). *Nations Unbound, Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States*. Langhorne, Gordon.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Jorge Zahar Editor.
- BBC NEWS. (2017). *Portugal está superando a crise econômica sem recorrer a fórmulas de austeridade, diz Economist*. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39501022>>
- Berli, A., & Martín, J. D. (2004). Factors influencing destination image. *Annals of Tourism Research*, 31(3), 657–681. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2004.01.010>
- Bentz, J., et al. (2016). Enhancing satisfaction and sustainable management: Whale watching in the Azores, *Tourism Management*, 54, 465–476. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2015.11.016>
- Bourdieu, P. (2000). Um mundo norte-americano. A nova bíblia de Tio Sam. *Jornal Le Monde*. <https://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=271>



- Brasil. Ministério do Turismo (2019). *Avança acordo de cooperação técnica entre o Brasil e a OMT*. <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12828-avan%C3%A7a-acordo-de-coopera%C3%A7%C3%A3o-t%C3%A9cnica-entre-o-brasil-e-a-omt.html>
- Braun, E., Eshuis, J., & Klijn, E. H. (2014). The effectiveness of place brand communication. *Cities*, 41(A), 64–70. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2014.05.007>
- Braun, E., et al. (2018). Improving place reputation: Do an open place brand process and an identity-image match pay off? *Cities*, 80, 22–28. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2017.06.010>
- Bryce, D., et al. (2014). Visitors' engagement and authenticity: Japanese heritage consumption. *Tourism Management*, 46, 571–581. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2014.08.012>
- Calvino, I. (1990). *Cidades invisíveis*. Companhia das Letras.
- Camargo, J. C. M. (2011). Revisión de conocimientos sobre metodología de la investigación (respuestas al test del vol. 22 — nº 3). *Enfermería Intensiva*, 22(4), 164–169. <https://doi.org/10.1016/j.enfi.2011.09.002>
- Canclini, N. G. (2011). *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. EdUSP.
- Cardozo, P. (2006). Considerações preliminares sobre produto turístico étnico. *Passos Revista de Turismo Y Património Cultural*, 4(2), 149.
- Certeau, M. (2011). *A cultura plural*. Papyrus.
- Chen, X., & Lee, G. (2021). How does brand legitimacy shapes brand authenticity and tourism destination loyalty: Focus on cultural heritage tourism, *Global Business & Finance Review (GBFR)*, *People & Global Business Association (P&GBA)*, 26(1), 53–67. ISSN: 2384-1648. <https://doi.org/10.17549/gbfr.2021.26.1.53>
- Chhabra, D. (2010). *Sustainable Marketing of Cultural and Heritage Tourism* (1.ª ed.). Routledge.
- Collie, N. (2011). Cities of the imagination: Science fiction, urban space, and community engagement in urban planning. *Futures*, 43(4), 424–431. <https://doi.org/10.1016/j.futures.2011.01.005>
- Cunha, A.G. (1982). *Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Nova Fronteira.
- Delgado-Hito, P., & Romero-García, M. (2021). Elaboración de un proyecto de investigación con metodología cualitativa. *Enfermería Intensiva*, 32(3), 164–169. <https://doi.org/10.1016/j.enfi.2021.03.001>
- Dinnie, K. (2008). *Nation branding: concepts, issues, practices*. Elsevier.
- Dragin-Jensen, C., & Lenholdt, M. (2021). City profile: Tackling prolonged negative images in Esbjerg. *Cities*, 119. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2021.103323>
- Drew, D. (2005). *Processos interativos homem-meio ambiente* (5.ª ed.). Bertrand Brasil.
- Embratur. (2009). *Plano Aquarela 2020: marketing turístico internacional do Brasil*. http://embratur.gov.br/lai_embatur_secom/export/sites/lai/galerias/download/RelatorioGestaoEmbratur2011.pdf
- Embratur. (2019). *O Destino (do) Brasil no Dia Mundial do Turismo*. http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/salalmprensa/artigos/arquivos/O_Destino_do_Brasil_no_Dia_Mundial_do_Turismo.html



- Embratur. (2022). *OMT prevê que chegada de turistas internacionais atinja até 70% dos níveis de 2019 em 2022*. <https://embratur.com.br/2022/06/08/omt-preve-que-chegada-de-turistas-internacionais-atinja-ate-70-dos-niveis-de-2019-em-2022>
- Esteves, C. (2016). *Place branding: a identidade e a resiliência das cidades*. Simonsen.
- Fois-Fraga, H. (2012). Dos territórios midiáticos aos turísticos: questões para um turismo de teledramaturgia. In N. M. C. Santana (Eds.), *Turismo entre diálogos: interpretações sobre gestão, política, cultura e sociedade*. E-Papers.
- Furtado, C. (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. Paz e Terra.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. Editora UNESP.
- Glass, R. (1964). *Aspects of change*. MacGibbon&Kee.
- Gnoth, J. (2002). Leveraging export brands through a truism destination brand. *Journal of Brand Management*, 9(4), 262–280.
- Gobé, M. (2002). *A emoção das marcas: Conectando marcas às pessoas*. Negócio.
- Gomes, M. S. A. (2010). (des)(re) construção do Brasil como paraíso das mulatas. *Revista eletrônica de turismo cultural*, 4(2), 48–70. http://www.eca.usp.br/turismocultural/8.03_Mariana_Selister.pdf
- Governo dos Açores. (2022). *Turismo*. <https://portal.azores.gov.pt/>
- Hall, S. (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Editora UFMG.
- Hall, S. (2014). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Lamparina Editora.
- Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Martins Fontes.
- Ianni, O. (1993). *A sociedade global* (2.ª ed.). Civilização Brasileira.
- Jenkins, H. (2009). *Cultura da convergência* (2.ª ed.). Aleph.
- Kavaratzis, M. (2004). From city marketing to city branding: towards a theoretical framework for developing city brands. *Place Branding*, 1(1), 58.
- Kavaratzis, M., & Ashworth, G. J. (2007). Partners in coffeeshops, canals and commerce: Marketing the city of Amsterdam. *Cities*, 24(1) 16–25. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2006.08.007>
- Kavoura, A. (2014). A Conceptual Communication Model for Nation Branding in the Greek Framework. Implications for Strategic Advertising Policy. *Procedia — Social and Behavioral Sciences*, 148, 32–39. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.07.015>
- Kotler, P. (2006). *Marketing de lugares: como conquistar crescimento de longo prazo na América Latina e no Caribe*. Prentice Hall.
- Kotler, P., & Gertner, D. (2002). *Country as brand, product, and beyond: a place marketing and brand management perspective*. Brand Management.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*. Companhia das Letras.
- Leão, A. L. M. S., & Mello, S. C. B. (2012). Marcas como reflexos de valores humanos. *REGE — Revista de Gestão*, 19(4), 589–605. <https://doi.org/10.5700/rege480>



- Liu, M. & Lo, K. (2022). The territorial politics of urban expansion: Administrative annexation and land acquisition, *Cities*, 126. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2022.103704>
- Luo, J., et al. (2022). Cultural regeneration and neighborhood image from the aesthetic perspective: Case of heritage conservation areas in Shanghai. *Habitat International*, 129. <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2022.102689>
- Machado, M. V. R. (2019). A Literatura de Viagens e os olhares femininos sobre os Açores setecentistas e oitocentistas. In N. D. Chaves (Ed.), *Memória e Identidade Insular: religiosidade, festividades e turismo nos Arquipélagos de Madeira e Açores*. CHAM.
- Maingueneau, D. (2004). *Análise de textos de comunicação*. Cortez.
- Markwick, M. (2001). Marketing Mythys and the Cultural Commodification of Ireland. *Geography*, 86(1), 37–49.
- Martins, I., & Sampaio, A. (2016). Análisis discursivo de los carteles publicitarios de las campañas de promoción turística de Brasil y España (2013–2014). *Taller Servicio 24 horas*, 12(23), 5–20.
- Melián-González, A., & García-Falcón, J. M. (2003). Competitive potential of tourism in destinations. *Annals of Tourism Research*, 30(3), 720–740. [https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(03\)00047-1](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(03)00047-1)
- Moreira, S. V. (2005). Análise documental como método e como técnica. In J. Duarte, & A. Barros (2005). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. Atlas, 269–279.
- Muñoz, T. C. V. (2017). La transformación de la opinión pública ante el resurgimiento de los nacionalismos. *Revista Mexicana de Opinión Pública*, 23, 63–8. <https://doi.org/10.22201/fcpys.24484911e.2017.23.58558>
- Neumeier, M. (2008). *The brand gap: o abismo da marca: como construir a ponte entre a estratégia o design*. Bookman.
- Noronha, I., Coca-Stefaniak, J. A., & Morrison, A. M. (2017). Confused branding? An exploratory study of place branding practices among place management professionals. *Cities*, 66, 91–98. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2017.04.001>
- Observatório do Turismo dos Açores (OTA) (2023). *Estatísticas*. <https://otacores.com/estatisticas/>
- Ocke, M. A. M., & Ikeda, A. A. (2014). Marketing de lugar: estado da arte e perspectivas futuras. *Revista de Administração*, 49(4), 671–683. <https://doi.org/10.5700/rausp1176>
- Oliveira, J., Roca, Z., & Leitão, N. (2010). Territorial identity and development: From topophilia to terraphilia, *Land Use Policy*, 27(3), 801–814. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2009.10.014>
- ONU NEWS (2022). Turismo global tem alta de 4%, mas continua abaixo dos níveis pré-pandêmicos. *Desenvolvimento Econômico*. <https://news.un.org/pt/story/2022/01/1776962>
- ONU NEWS (2023). Europa e Oriente Médio devem impulsionar turismo para níveis pré-pandemia em 2023. *Desenvolvimento Econômico*. <https://news.un.org/pt/story/2023/01/1808227>
- Organização Mundial Do Turismo (OMT) (2022). *Resources & Data*. <https://www.unwto.org/>
- Papadopoulos, N. (2004). Place branding: Evolution, meaning and implications. *Place Branding*, 1(1), 36–49.
- Pfeifeer, I. (1859). Segunda viagem à volta do Mundo. *Archivo Pittoresco*, 2.



- Pimentel, A. (2001). O método da pesquisa documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, 114, 179–195.
- Pinheiro, L. S. L. (2018). O Brasil sensacional na cidade do sol. In A. O. Sampaio, C. Carvalho, & I. Martins (Eds.), *Marca Lugar, Comunicação e Cultura*. Edufba.
- Portal By Açores. (2022). *A História dos Açores*. <https://byacores.com/historia-dos-acoresh/>
- Relph, E. (2001). Place in Geography. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, 11448–11451. <https://doi.org/10.1016/B0-08-043076-7/02474-8>
- Rousseau, J. J. (1983). *Do contrato social*. Abril Cultural.
- Rubim, A. (2003). Cultura, Política e Mídia na Bahia Contemporânea. *Comunicação & Política*, 10(1), 93–155.
- Sá, T. (2006). Lugares e não-lugares em Marc Augé. *Artitextos*, 179–188.
- Said, Edward W. (2007). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Companhia das Letras.
- Sampaio, A. O. (2018). O mundo se encontra aqui? Uma sondagem de opinião da campanha brasileira entre jovens universitários em Barcelona. In A. O. Sampaio, C. Carvalho, & I. Martins (Eds.). *Marca Lugar, Comunicação e Cultura*. Edufba.
- Santos, B. S., & Meneses, M. P. (2010). *Epistemologias do Sul*. Editora Cortez.
- Santos, M. (2007). *O Espaço do Cidadão*. EdUSP
- Semprini, A. (2006). *A marca pós-moderna: poder e fragilidade da marca na sociedade contemporânea*. Estação das Letras.
- Silva, J. L. C. (2013). Das concepções disciplinares na Ciência da Informação e/ou de suas configurações epistemológicas: o desiderato percebido da interdisciplinaridade. *Investigación Bibliotecológica: Archivonomía, Bibliotecología e Información*, 27(59), 67–92. [https://doi.org/10.1016/S0187-358X\(13\)72531-0](https://doi.org/10.1016/S0187-358X(13)72531-0)
- Tavares, J. M., Salvador, R., & Mores, G. V. (2014). Modelo de Geração de Inovações em um Ambiente de Recursos Escassos (MGIARE): uma aplicação ao Turismo. *RAI — Revista de Administração e Inovação*, 11(4), 110–134. <https://doi.org/10.11606/rai.v11i4.100275>
- Tovar, M. R. & Martínez Ruíz, D. T. (2015). La configuración identitaria en los territorios de migrantes internacionales. *Península*, 10(2), 117–133. <https://doi.org/10.1016/j.pnsla.2015.08.006>
- Tuan, Yi-Fu. (1974). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. DIFEL.
- Tuan, Yi-Fu. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. DIFEL.
- Tuohino, A., & Pitkänen, K. (2004). Selling waterscapes? In J. Saarinen, & C.M. Hall (Eds.), *Nature-based Tourism Research in Finland: local contexts*. Research Papers, 916.
- Unesco. (2022). *Açores Unesco Global Geopark*. <https://en.unesco.org/global-geoparks/acoresh/>
- Vieira, J., Câmara, G., Silva, F., & Santos, C. (2019). Airline choice and tourism growth in the Azores. *Journal of Air Transport Management*, 77, 1–6. <https://doi.org/10.1016/j.jairtraman.2019.02.009>



Vinyals-Mirabent, S., Kavaratzis, M., & Fernández-Cavia, J. (2019). The role of functional associations in building destination brand personality: When official websites do the talking. *Tourism Management*, 75, 148–155. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2019.04.022>

Wells, A.M. (1963). *Dear Preceptor: the life and times of Thomas Wentworth Higginson*. Houghton Mifflin.

WTTC. (2019). *Economic impact reports*. <https://wttc.org/Research/Economic-Impact>

Zenker, S., & Rütter, N. (2014). Is satisfaction the key? The role of citizen satisfaction, place attachment and place brand attitude on positive citizenship behavior. *Cities*, 38, 11–17, <https://doi.org/10.1016/j.cities.2013.12.009>

Zheng, C. & Liao, S. (2023). Evolutionary dynamics of the city brand influence of top ten global cities: Characteristics analysis driven by global news big data and intelligent semantic mining. *Cities*, 141. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2023.104481>

Zumthor, P. (2005). *Escritura e nomadismo*. Ateliê Editorial.

DECLARAÇÃO ÉTICA

CONFLITO DE INTERESSE: Nada a declarar. **FINANCIAMENTO:** Nada a declarar. **REVISÃO POR PARES:** Dupla revisão anónima por pares.



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.





O CATÁLOGO DA EDITORA UFMG POR GRANDES ÁREAS DO CONHECIMENTO DO CNPQ

THE UFMG PUBLISHER'S CATALOG BY MAJOR KNOWLEDGE AREAS OF CNPQ

[10.29073/naus.v5i1.846](https://doi.org/10.29073/naus.v5i1.846)

RECEÇÃO: 1 de dezembro de 2023.

APROVAÇÃO: 14 de dezembro de 2023.

PUBLICAÇÃO: 29 de dezembro de 2023.

AUTOR/A 1: Esdra de Souza , CEFET-MG, Brasil, esdradavi@gmail.com.

AUTOR/A 2: Luiz de Oliveira , CEFET-MG, Brasil, henriqueletras1901@gmail.com.

RESUMO

Esta pesquisa busca registrar e analisar a constituição do catálogo de uma editora pública universitária relacionando-o com as áreas de conhecimento do CNPq. O tipo de produção editorial das universidades difere-se do campo editorial no geral, pois seu trabalho não está baseado apenas no valor comercial da obra, mas também na divulgação do conhecimento científico, artístico e cultural. Sendo assim, os processos editoriais que permeiam a publicação de um original também são diferentes dos procedimentos adotados por editoras do campo comercial. Ao analisarmos o catálogo de uma editora universitária busca-se verificar se há, no processo de edição, a preocupação com a divulgação de todas as áreas do conhecimento ou se algumas áreas possuem uma maior representação. O corpus de análise é composto pelos títulos publicados pela Editora UFMG desde sua criação até o ano de 2018, mais de 1200 títulos, ao longo de 35 anos. No que se refere à metodologia, serão empregados procedimentos de análise que permitam verificar as áreas de conhecimento representadas nesse catálogo, além de conceitos e bibliografia que embasam os apontamentos e análises expostos. Busca-se, assim, investigar a configuração do catálogo como resultado material das políticas e processos da universidade para a divulgação do conhecimento produzido pela instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Catálogo; Cultura; Divulgação do Conhecimento; Produção Editorial; UFMG.

ABSTRACT

This research aims to document and analyze the constitution of the catalog of a public university press, relating it to the knowledge areas defined by CNPq (Brazilian National Council for Scientific and Technological Development). The editorial production of university presses differs from the general publishing field, as their work is not solely based on the commercial value of the work but also on the dissemination of scientific, artistic, and cultural knowledge. Therefore, the editorial processes involved in publishing an original work are distinct from the procedures adopted by commercial publishers. By examining the catalog of a university press, the goal is to determine whether, in the editing process, there is a focus on disseminating knowledge across all areas or if certain areas have greater representation. The analysis corpus consists of titles published by Editora UFMG from its inception until 2018, totaling over 1,200 titles over 35 years. Regarding the methodology, analytical procedures will be employed to assess the knowledge areas represented in this catalog, along with concepts and bibliography that underpin the observations and analyses presented. The aim is to investigate how the catalog's configuration reflects the tangible outcomes of the university's policies and processes for disseminating the knowledge produced by the institution.

KEYWORDS: Catalog; Culture; Editorial Production; Knowledge Dissemination; UFMG.



1. INTRODUÇÃO E REVISÃO DA LITERATURA

As editoras universitárias são normalmente vistas como um agente “menor” dentro do campo da edição, já que as editoras comerciais são agentes do campo que possuem maior capital econômico e o transformam também em capital social e cultural. As chamadas editoras independentes fazem um movimento inverso ao investir em capital social e cultural para alcançar capital econômico. Já as editoras universitárias possuem um papel singular no campo editorial, pois, apesar de seu relevante capital social e cultural, a busca pelo capital econômico não é a sua prioridade, pois o público final de seu produto não é tão amplo como o das outras editoras. A abordagem será realizada através da investigação sobre o catálogo de uma editora pública universitária, vez que, habitualmente, uma editora demonstra sua relevância através do seu catálogo.

Através de investigação em sites como ABEU, Scielo e Portal da Capes, além da pesquisa por bibliografia pertinente ao tema, podemos verificar que são poucos os livros dedicados ao assunto produzidos no Brasil, dentre eles se destacam *Edición universitaria en América Latina: debates, retos, experiencias*, de 2011 — organizado por João Carlos Canossa-Mendes e Juan Felipe Córdoba Restrepo, reunindo texto de autores brasileiros, argentinos e mexicanos, que relatam as experiências editoriais universitárias em seus respectivos países — e *Um livro — do autor ao leitor*, de 2018, escrito por Carlos Alberto Gianotti e Gabriel Magadan, no qual os autores buscam relatar as etapas editoriais, mas sem se aprofundarem nas questões abordadas, ambos publicados pela Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU). Contudo a obra que mais se debruça sobre o tema é *Editoras universitárias no Brasil*, livro de 2015, escrito por Leilah Santiago Bufrem, em que a autora realiza um histórico das editoras universitárias no Brasil e levanta importantes questões para o tema, como as políticas editoriais dessas instituições, o projeto editorial enquanto projeto político, seleção de originais, sustentabilidade, entre outros.

2. METODOLOGIA

A caracterização da pesquisa quanto à abordagem é mista quantitativa-qualitativa, ou seja, uma abordagem metodológica quantitativa com subsídios qualitativos para integrar os dados apresentados. A amostra selecionada foi circunscrita ao catálogo da Editora UFMG, com o objetivo de verificar e analisar quantas obras essa editora possui em cada área do conhecimento do CNPq.

Ao se estabelecer a tabela de áreas do conhecimento do CNPq como parâmetro para a análise do catálogo da Editora UFMG, é necessário, primeiramente, expor a importância do órgão e de sua tabela, além de sua finalidade e aplicação, para a Academia brasileira. Desta forma, justifica-se a escolha da tabela como parâmetro para a análise proposta.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é um órgão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O órgão desenvolveu uma Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC) que classifica as áreas de tecnologia e ciência nacional com a finalidade de gerir e agregar as informações de maneira ágil e funcional.

Atualmente, a TAC do CNPq está ordenada da seguinte forma: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, e Linguística, Letras e Artes.



TABELA 1: Grandes Áreas do Conhecimento do CNPq.

TABELA DE GRANDES ÁREAS DO CONHECIMENTO DO CNPQ
1. Ciências Exatas e da Terra
2. Ciências Biológicas
3. Engenharias
4. Ciências da Saúde
5. Ciências Agrárias
6. Ciências Sociais Aplicadas
7. Ciências Humanas
8. Linguística, Letras e Artes

FONTE: Elaborado pelo autor.

As áreas do conhecimento podem ser definidas como um conjunto de conhecimentos interrelacionados, coletados para fins de educação, averiguação e aplicação prática, de acordo com o caráter e a estrutura coletiva do objeto de pesquisa. A TAC tem diversas aplicações para instituições ativas nas áreas de ciência, tecnologia, cultura, arte e inovação, além de ser um utensílio de organização da informação destinada a resolver, gerenciar e estimar seus planos e atividades para aconselhar os usuários dessas instituições para que situem suas atividades no panorama geral de produção e aplicação do conhecimento (Damazo, 2015).

3. CONSTITUIÇÃO DO CATÁLOGO DA EDITORA UFMG

Segundo o dicionário Houaiss a palavra catálogo refere-se a: “1. Lista, rol ou enumeração geralmente por ordem alfabética, de pessoas ou coisas; 2. Biblioteconomia: lista ou fichário em que se relacionam, de maneira ordenada, os livros e documentos diversos de uma biblioteca” (Houaiss, 2001, p. 650).

A palavra catálogo também é conhecida no meio comercial como uma lista organizada de quaisquer tipos de produtos ou serviços prestados por uma empresa, indústria ou companhia e que tem como principal objetivo promovê-los ou apresentá-los aos seus possíveis clientes.

É com o conceito comercial da palavra catálogo que uma editora organiza o conjunto de obras publicadas e disponibiliza para os agentes do campo com os quais se relaciona. Atualmente as editoras têm publicado seus catálogos em formato digital ou disponibilizado em seus respectivos sites na internet. É o catálogo de uma editora que distingue das demais e demonstra sua linha editorial e de atividades e sendo assim é através do catálogo que temos a identidade de uma editora.

Para se entender a importância de um catálogo para uma editora recorre-se a um importante editor de livros, Jason Epstein:

[...] editoras cultivavam seus catálogos como o seu mais importante ativo, escolhendo os títulos por seu valor permanente tanto quanto por sua atração imediata, de modo que mesmo as empresas que se tornaram sonolentas com a idade e a negligência cambaleavam à frente por anos com os ganhos advindos dos catálogos bem depois de sua vida efetiva ter chegado ao fim. (Epstein, 2002, p. 31)

Ao analisarmos a média de publicação de obras da Editora UFMG ao longo de 34 anos de existência, verificamos que essa é de 37 títulos por ano, média superior a várias editoras públicas universitárias. De 1985 a 1995 foram publicados apenas 62 títulos; contudo, posteriormente essa produção cresceu e a partir de 1999 se consolidou na média atual de 40 títulos anuais.



Uma média aritmética foi estabelecida para analisar o catálogo, sendo assim, temos os seguintes números: 1264 títulos divididos por 76 áreas do conhecimento do CNPq, segundo o critério de áreas estabelecido na seção anterior, chegando ao valor de 16,63 obras, ou 16 títulos para empregarmos um número aproximado na realização dessa análise.

As novas edições de uma mesma obra foram consideradas como uma nova publicação, tendo em vista que em uma nova edição é realizado todo um processo pelo editor e sua equipe de forma a alterar o livro para uma versão diferente. Por outro lado, a uma nova tiragem de livros de uma mesma edição damos o nome de reimpressão. As reimpressões não foram contabilizadas.

A partir da média aritmética poderemos analisar o desvio de padrão, ao verificarmos quais áreas possuem um número maior ou menor de publicações que a média.

Ao categorizar os títulos por área do conhecimento foram contabilizadas a representação de 49 áreas, com ao menos uma obra, no catálogo da Editora UFMG. Entretanto, há 29 áreas com números abaixo de 16 obras publicadas e apenas uma área possuindo o número exato de 16 obras, enquanto as outras 19 áreas têm um número acima da média aritmética definida. Além das obras institucionais que também foram relacionadas nesse estudo e possuem mais de 16 títulos publicados.

4. O CATÁLOGO POR GRANDES ÁREAS E ÁREAS DO CONHECIMENTO

A primeira grande área da TAC é a de Ciências Exatas e da Terra, ela aparece com 80 publicações, o que equivale a 06,4 por cento do total analisado e possui 05 de suas 08 áreas representadas no catálogo.

Em seguida temos a grande área de Ciências Biológicas com 41 obras ou 03,2 por cento do catálogo analisado, sendo 07 de suas 13 áreas com representadas com obras. A grande área de Engenharias aparece em terceiro lugar na TAC e surge com 50 publicações, o que representa 04 por cento do catálogo e 09 de suas 13 áreas representadas.

A grande área de Ciências da Saúde surge em quarto lugar na TAC e possui 55 títulos ou 04,4 por cento e 06 de suas 09 áreas representadas. A grande área de Ciências Agrárias está em quinto lugar na TAC, entretanto tem apenas 03 publicações e representa 0,4 por cento do catálogo e com somente 02 áreas de suas 07 com títulos publicados.

A grande área de Ciências Sociais Aplicadas tem 103 títulos publicados ao todo, o que representa 8,2 por cento do catálogo. Ela possui 13 áreas, entretanto 05 não possuem publicações pela Editora UFMG.

A penúltima grande área de Ciências Humanas é aquela que apresenta o maior número de publicações entre todas exibidas na TAC. As publicações dessa grande área totalizam 477 títulos e representam 37,8 por cento do catálogo. Ela possui 10 áreas do conhecimento e somente 01 não apresenta publicações na Editora UFMG, a área de Arqueologia; todas as demais possuem ao menos uma obra, como é o caso de Teologia.

Em seguida têm-se a grande área de Linguística, Letras e Artes que também apresenta um grande número de publicações totalizando 428 títulos lançados. Esses números representam cerca de 33,9 por cento do corpus analisado e todas as suas 03 áreas representadas. Essa grande área possui diversas coleções ativas e convênios com a Editora UFMG.

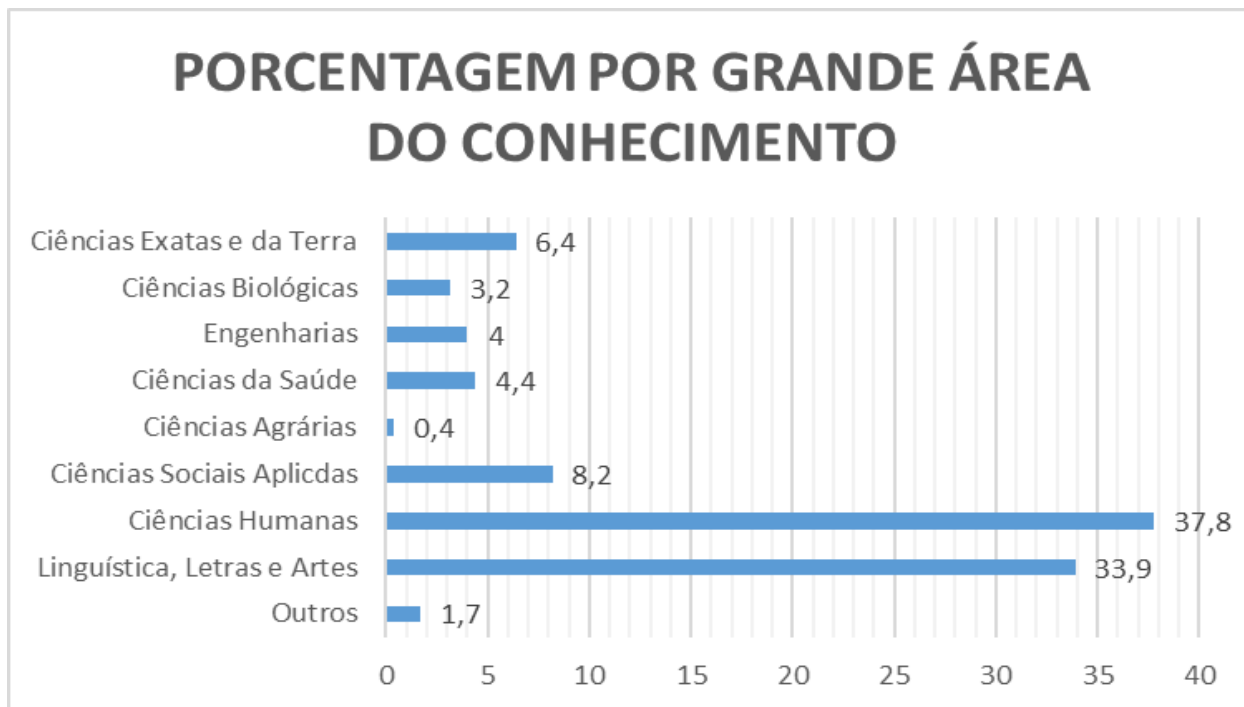
Apesar da disparidade dos números apresentados, o que evidencia uma desproporcionalidade nas publicações, todas as grandes áreas do conhecimento do CNPq se encontram representadas com ao menos uma obra no catálogo da Editora UFMG.

O gráfico a seguir exemplifica as porcentagens apresentadas por grandes áreas do conhecimento no catálogo da Editora UFMG.



As publicações institucionais contabilizam 27 obras, ou 1,7 por cento, e estão apresentadas como outros.

FIGURA 1: Porcentagem por grande área do conhecimento.



FONTE: Elaborado pelo autor.

4.1. GRANDE ÁREA DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

Detalhando a análise a partir das grandes áreas e prosseguindo pelas áreas do conhecimento, será respeitada a ordem estabelecida na TAC apresentando-se, primeiramente, Ciências Exatas e da Terra.

Essa grande área apresenta 08 áreas em sua atual constituição e representa 06,3 por cento do catálogo da Editora UFMG. As 02 áreas que não possuem representação em termos de publicações são: Geociências e Oceanografia. Enquanto as áreas que possuem obras no catálogo são de Matemática, Probabilidade e Estatística, Ciência da Computação, Astronomia, Física, Química.

TABELA 2: Grande área de Ciências Exatas e da Terra.

GRANDE ÁREA DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	
1. Matemática	26
2. Probabilidade e Estatística	02
3. Ciência da Computação	05
4. Astronomia	06
5. Física	23
6. Química	18
7. Geociências	00
8. Oceanografia	00
Total	80

FONTE: Elaborado pelo autor.



A área de Matemática aparece com o número de 26 obras graças à publicação de temas relacionados à álgebra, geometria e cálculo. Esses títulos que eram publicados anualmente com as correções e comentários das questões das provas do antigo teste para o ingresso no ensino superior, sistema adotado pelas universidades e faculdades antes do Enem.

As publicações nessa área do conhecimento começaram com os cadernos de vestibular nos anos de 1999, 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004 sendo que a primeira autoral foi *Matemática — Exercícios resolvidos da Anpec 1993 — 2007*, de André Braz Golgher e Renato Martins, em 2008. Os títulos da área de Matemática continuaram com certa regularidade sendo publicadas obras autorais nos anos de 2007 e 2008. E tendo, no ano de 2009, o maior número de publicações nessa área, graças ao convênio estabelecido com CAED que possibilitou a publicação de 07 obras naquele ano. As publicações anuais de títulos da área permaneceram regulares até o ano de 2012, quando o convênio também foi encerrado. A partir de então se iniciou um período sem lançamentos de novos títulos, retornando apenas em 2017, juntamente com a retomada da parceria com o CAED.

A área de Matemática é a base de fundamental para a formação teórica de todas as demais dessa grande área, sendo também a área com o maior número de publicações, seguida pelas áreas de Física e Química.

A área de Estatística possui apenas duas publicações, sendo a primeira obra da área publicada em 2005, com o título de *Análise de dados através de métodos de estatística multivariada — Uma abordagem aplicada*, de Sueli Aparecida Mingoti.

Já a área de Ciência da Computação apresenta 06 obras relacionadas à programação de computadores e seus sistemas. A publicação de obras nessa área se iniciou no ano de 2003, com um título autoral intitulado *Programação Concorrente em Ambiente Windows — Uma visão de automação*, organizado por Constantino Seixas Filho.

A área de Astronomia apresenta 06 obras ao todo, sendo uma obra introdutória, um título sobre um fenômeno específico e as demais sobre questões práticas destinadas ao público em geral. Sendo que a primeira obra publicada na área foi *Astronomia Fundamental*, de Rodrigo Dias Tarsia, em 1993.

A área de Física apresenta 23 obras com experimentos práticos, voltados para a público de ensino médio, de educação a distância e de caráter introdutório, além de alguns títulos do caderno de vestibular. As publicações nessa área começaram no ano de 1982 com a obra *Problemas resolvidos de Física — Química*, de Delba Gontijo Figueiredo.

A área de Química apresenta 18 títulos obras com experimentos práticos, voltados para a público de ensino médio, de educação a distância e de caráter introdutório, além de alguns títulos do caderno de vestibular. As publicações nessa área começaram também no ano de 1982, com a já citada obra *Problemas resolvidos de Física — Química*, de Delba Gontijo Figueiredo. Através dos dados apresentados pode-se perceber que a grande área de Ciências Exatas e da Terra possui uma representação menor do que 10 por cento do catálogo da Editora e seu maior período de publicação foi entre os anos de 1999 e 2012.

Os convênios, como do CAED, são importantes iniciativas para financiar e apresentar obras a serem publicadas nessa área e também nas demais. Propostas como o ensino a distância com a elaboração de material didático realizada por docentes da UFMG e editados pela Editora UFMG reforçam o papel dessas instituições na criação e divulgação do conhecimento, ao ponto que ainda hoje, quase duas décadas após a publicação de alguns títulos, esse material está sendo disponibilizado por plataformas de ensino superior à distância de outras universidades e faculdades.

Nota-se ainda que o IGC/UFMG não possui qualquer obra representando a área específica de Geociências, mas possui obras que representam outras áreas presente no instituto. E por questões geográficas, ao estar localizada em Minas Gerais — Estado da Federação Brasileira que não possui litoral — a UFMG não possui curso de Oceanografia e a sua editora possui obras em seu catálogo dessa área do conhecimento.



4.2. GRANDE ÁREA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

A próxima grande área é a de Ciências Biológicas que representa apenas 03,2 por cento do catálogo e que apesar de possuir 13 áreas do conhecimento, somente 07 têm publicações no acervo da Editora UFMG. As áreas que não possuem representação no catálogo são: Genética, Fisiologia, Bioquímica, Biofísica, Imunologia e Parasitologia. As áreas de Biologia, Botânica, Zoologia, Ecologia, Morfologia, Farmacologia e Microbiologia possuem ao menos uma obra no catálogo.

TABELA 3: Grande área de Ciências Biológicas.

GRANDE ÁREA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	
1. Biologia Geral	24
2. Genética	00
3. Botânica	04
4. Zoologia	01
5. Ecologia	08
6. Morfologia	01
7. Fisiologia	00
8. Bioquímica	00
9. Biofísica	00
10. Farmacologia	02
11. Imunologia	00
12. Microbiologia	01
13. Parasitologia	00
Total	41

FONTE: Elaborado pelo autor.

A área de Biologia Geral possui 24 obras no catálogo com títulos voltados para a divulgação científica para o público infantojuvenil, ensino a distância, iniciação aos estudos na área e cadernos de vestibular. As publicações nessa área se iniciaram apenas no ano de 1997 com o título *Os Heterópteros Aquáticos de Minas Gerais — Guia introdutório com chave de identificação para as espécies de Nepomorpha e Gerromorpha*, de Nico Nieser e Alan Lane de Melo.

A área de Botânica apresenta 04 obras sendo 03 voltadas para a ilustração e 01 como guia de anatomia vegetal. A primeira publicação aconteceu no ano de 1997 com o título *Cartilha n.º 12 — Aprendendo anatomia vegetal: A epiderme*, organizado por Andreia Rodrigues Marques.

O título da área de Zoologia está direcionado para o público de educação a distância e foi publicado em 2009. *Zoologia dos invertebrados I*, de Mario de Maria segue sendo o único título dessa área no catálogo da Editora UFMG.

Já as 08 obras da área de Ecologia estão divididas entre a divulgação científica para o público infantojuvenil, a educação a distância e de temas relacionados à área com discussões importantes publicado pelo selo principal. A primeira publicação dessa área aconteceu em 2006 com o título *Bases ecológicas e evolutivas da diversidade dos seres vivos I — Tomo I*, juntamente com o *Tomo II*, ambos organizados por Ary Corrêa Junior.

A área de Morfologia possui apenas uma publicação relacionada a introdução de estudos de uma subárea, a Morfometria. O título *Princípios de morfometria digital — KS300 para iniciantes*, de Marcelo Vidigal Caliari, publicado no ano de 1997, segue sendo o único título dessa área no catálogo da Editora UFMG.

A área de Farmacologia possui 02 publicações com o título *A Farmacologia em nossa vida*, de Janetti Nogueira Francischi e publicado no ano de 2005 voltada para o público em geral.



A área de Microbiologia também possui somente uma publicação no catálogo da Editora UFMG com o título de *Microbiologia*, de Ary Corrêa Junior, publicado em 2008 e voltada para o ensino a distância e segue sendo o único título dessa área no catálogo da Editora UFMG.

As áreas de Genética, Fisiologia, Bioquímica, Biofísica, Imunologia e Parasitologia apesar de possuírem departamentos no ICB/UFMG não possuem representação no catálogo.

Como é possível notar através desses dados, as publicações dessa grande área começaram na segunda década de existência da Editora UFMG. A produção durante a primeira década existência foi bastante reduzida e as publicações em diversas áreas surgiram a partir da segunda década e aconteceram graças aos convênios com os outros órgãos da UFMG que possibilitaram a diversificação no catálogo.

Mesmo assim, essa grande área apresenta pouca representatividade no catálogo se comparada às demais e também por seu conteúdo extenso e diversas áreas sem representação. Entretanto, algumas áreas do conhecimento fazem uso de outros meios para a divulgação científica, como o uso de artigos científicos, seja pela agilidade, prática da área ou necessidade, e esses outros meios concorrem diretamente com a publicação de livros em algumas áreas do conhecimento.

4.3. GRANDE ÁREA DE ENGENHARIAS

A terceira grande área é a de Engenharias que possui 04 por cento de representação e 50 obras publicadas no catálogo da Editora UFMG. Ela possui 13 áreas em sua atual constituição e apenas 04 não possuem representação no catálogo: Engenharia de Minas, Engenharia Nuclear, Engenharia Naval e Oceânica e Engenharia Aeroespacial. Enquanto as áreas de Engenharia Civil, Engenharia de Materiais e Metalúrgica, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Engenharia de Produção, Engenharia de Transportes e Engenharia Biomédica possuem obras no catálogo da Editora UFMG.

TABELA 4: Grande área de Engenharias.

GRANDE ÁREA DE ENGENHARIAS	
1. Engenharia Civil	09
2. Engenharia de Minas	00
3. Engenharia de Materiais e Metalúrgica	05
4. Engenharia Elétrica	02
5. Engenharia Mecânica	01
6. Engenharia Química	01
7. Engenharia Sanitária	29
8. Engenharia de Produção	00
9. Engenharia Nuclear	00
10. Engenharia de Transportes	02
11. Engenharia Naval e Oceânica	00
12. Engenharia Aeroespacial	00
13. Engenharia Biomédica	01
Total	50

FONTE: Elaborado pelo autor.

A área de Engenharia Civil possui 09 obras no catálogo sendo obras de caráter introdutório e também para o uso didático no curso de graduação. A primeira publicação dessa área ocorreu em 1997, com a obra *Cartilha N.º 02 — Construção e recuperação de cisternas e nascentes*, de Francisco Cecílio Viana. A área de Engenharia de Materiais e



Metalúrgica apresenta 05 obras didáticas utilizadas no curso de graduação, sendo a primeira obra publicada em 2005, com o título *Soldagem: fundamentos e tecnologia*, organizado por Paulo Vilani Marques.

Engenharia Elétrica possui 02 obras sendo uma delas sobre um teórico da área e suas ideias, e outro título para uso didático. A primeira publicação na área aconteceu em 1997 com a *Cartilha N.º 08 — Raios e trovões*, de José Osvaldo Saldanha Paulino e a outra publicação acontecendo em 2015.

Engenharia Mecânica possui um título voltado para a educação a distância com o título *As entrelinhas da Mecânica Lagrangiana e Hamiltoniana*, de José Hachid Mohallem publicado em 2017 e segue sendo o único título dessa área no catálogo da Editora UFMG.

A área de Engenharia Química está representada com 01 publicação de uso didático intitulado *Transferência de massa para Engenharia Química*, de Katia Cecília de Souza Figueiredo, lançado em 2018, sendo o único título dessa área no catálogo.

A área de Engenharia Sanitária possui 29 obras no catálogo, sendo aquela que detém o maior número de publicações dessa grande área. Essa área possui uma coleção na Editora UFMG estabelecida através de convênio, o que possibilitou a publicação de tantos títulos que são de uso didático. A primeira publicação aconteceu em 1986 com o título *Lagoas de Estabilização — Volume 3*, de Marcos Von Sperling.

A área de Engenharia de Transportes apresenta 02 obras ligadas ao aspecto de histórico, com os títulos *Estradas de ferro — Volume 01 e 02*, de Helvécio Lapertosa Brina, publicados em 1988.

A área de Engenharia Biomédica apresenta uma obra com reflexões da área com o título de *Biotechnologies and the human condition*, de Ivan Domingues e publicado em 2012 e segue sendo o único título dessa área no catálogo.

As áreas de Engenharia de Minas, Engenharia de Produção e Engenharia Nuclear apesar de possuírem departamentos na Escola de Engenharia da UFMG não possuem obras no catálogo. Engenharia Naval e Oceânica e Engenharia Aeroespacial não possuem departamentos na UFMG assim como também não possuem títulos no catálogo de sua editora.

Apesar da Escola de Engenharia da UFMG ter sido fundada antes da própria universidade existe pouca representatividade de suas áreas no catálogo da Editora UFMG. O convênio com o Departamento de Engenharia Sanitária (DESA) demonstra a importância das parcerias para o avanço de publicações em qualquer área do conhecimento. E os acordos com as unidades acadêmicas possibilitam e dão agilidade a esse processo de captação, o que reforça a importância desse tipo de parceria para a divulgação do conhecimento produzido. É sempre importante lembrar que a publicação da produção acadêmica de uma editora universitária: livros didáticos, paradidáticos, específicos para atender os profissionais da área ou destinados para o público em geral, entre outros, se dá através do material recebido por essa editora.

A Editora UFMG, através do selo Incipit, procura dar vazão a essa produção acadêmica, uma das primeiras escolas da UFMG a assinar esse convênio do novo selo foi exatamente a Escola de Engenharia da UFMG, o que deve representar um aumento da representatividade de suas áreas no catálogo da editora.

4.4. GRANDE ÁREA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

A próxima grande área do conhecimento a ser apresentada é a da Ciências da Saúde que possui em sua constituição 09 áreas do conhecimento. Ela representa 04,5 por cento do catálogo com 55 obras no total. As áreas representadas no catálogo com ao menos 01 obra são: Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia e Terapia Ocupacional e Educação Física. E que não possuem representação no catálogo são: Farmácia, Saúde Coletiva e Fonoaudiologia.



TABELA 5: Grande área de Ciências da Saúde.

GRANDE ÁREA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE	
1. Medicina	28
2. Odontologia	07
3. Farmácia	00
4. Enfermagem	01
5. Nutrição	02
6. Saúde Coletiva	00
7. Fonoaudiologia	00
8. Fisioterapia e Terapia Ocupacional	01
9. Educação Física	16
Total	55

FONTE: Elaborado pelo autor.

A área de Medicina possui 28 obras no catálogo com 04 títulos com perfil de uso didático, 04 obras para uso prático dos profissionais formados, 12 publicações de divulgação dos conhecimentos para o público geral e também 08 obras contendo reflexões sobre temas pertinentes. A primeira obra dessa área foi publicada em 1987, com o título de *Estado e burocratização da Medicina*, de Moema Miranda de Siqueira.

A área de Odontologia apresenta 07 obras de divulgação dos conhecimentos para o público em geral, sendo que a primeira obra publicada no catálogo da Editora UFMG foi *Educação para saúde bucal — Manual para o ensino em escolas de primeiro grau*, de Luciana Kirchner em 1992.

A área de Enfermagem possui uma obra que está voltada para a educação a distância intitulada *Ética e bioética em enfermagem*, de Marcia dos Santos Pinheiro, publicado em 2015.

A área de Nutrição possui 02 publicações com divulgação dos conhecimentos produzidos na área para o público em geral, as duas publicações aconteceram no ano de 2006, sendo que a primeira chama-se *Entendendo a Fenilcetonúria — Manual de orientação*, organizado por Ana Lúcia Pimenta Starling.

A área de Fisioterapia e Terapia Ocupacional possui apenas uma publicação voltada para atender os profissionais em sua prática cotidiana, sendo o nome da obra *Medida Canadense de Desempenho Ocupacional*, organizado por Mary Law e publicado no ano de 2009 e segue sendo o único título dessa área no catálogo da Editora UFMG.

E a área de Educação Física possui 16 obras sendo 13 com reflexões sobre temas, 02 com perfil didático e uma obra voltada para o ensino a distância. As publicações nessa área do conhecimento iniciaram-se no ano de 1998 com a publicação do título *Iniciação Esportiva Universal Volume 1: Da aprendizagem motora ao treinamento técnico*, de Pablo Juan Greco e Rodolfo Novellin.

Apesar de existir a Faculdade de Farmácia da UFMG, essa área não possui nenhuma obra no catálogo. Fonoaudiologia possui curso na Faculdade de Medicina da UFMG, mas não tem publicações na Editora UFMG. E a área de Saúde Coletiva também não possui títulos publicados por essa editora.

Dois fatores podem explicar o fato de que a grande área de Ciências da Saúde possui uma baixa representação no catálogo da Editora UFMG: a preferência pela publicação de artigos científicos, em detrimento dos livros, por diversas de suas áreas. E também a publicação pela Editora Coopmed da UFMG que é uma editora dedicada aos assuntos dessa área. Apesar de explicar, não existe justificativa para a pouca representatividade de uma grande área tão relevante e que tem apresentado grandes avanços em suas práticas ao longo das décadas de existência da Editora UFMG.



4.5. GRANDE ÁREA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

A quinta grande área é a que possui a menor representação no catálogo da Editora UFMG, com apenas 04 publicações e 0,4 por cento. A grande área de Ciências Agrárias possui 07 áreas em sua base, com 03 possuindo publicações. As áreas que não possuem representação são: Engenharia Agrícola, Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca, Zootecnia e Ciência e Tecnologia de Alimentos. Enquanto as de Agronomia, Recursos Florestais e Engenharia Florestal e Medicina Veterinária possuem ao menos uma obra o catálogo da Editora UFMG.

TABELA 6: Grande área de Ciências Agrárias.

GRANDE ÁREA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS	
1. Agronomia	00
2. Recursos Florestais e Engenharia Florestal	01
3. Engenharia Agrícola	00
4. Zootecnia	00
5. Medicina Veterinária	02
6. Recurso Pesqueiros e Engenharia de Pesca	00
7. Ciência e Tecnologia de Alimentos	00
Total	03

FONTE: Elaborado pelo autor.

A área de Recursos Florestais e Engenharia Florestal apresenta uma publicação com reflexões sobre o tema, publicado em 2006, com o título *Vamos cuidar da nossa terra — Ngiã Nuna Tadaugu i Toru Naãne*, organizado por Deborah Lima e segue sendo o único título dessa área no catálogo da Editora UFMG.

E a área de Medicina Veterinária possui 02 obras, sendo uma obra comemorativa ao aniversário da Escola de Veterinária da UFMG e a outra de divulgação de conhecimento para o público em geral, sendo a primeira publicada em 2012 com o título: *Uma história da Veterinária — Exercício e Aprendizagem de Ferradores, Alveitares e Veterinários em Minas Gerais e a Escola de Veterinária da UFMG — 80 anos*, de José Newton Coelho de Meneses.

As áreas de Agronomia, Engenharia Agrícola e Zootecnia apesar de possuírem cursos na UFMG não possuem publicações na sua editora. Ciência e Tecnologia de Alimentos possui um Programa de Pós-graduação, entretanto também não há publicações na Editora UFMG. E Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca não possui cursos na UFMG ou obras em sua editora.

A grande área de Ciências Agrárias apresenta um número extremamente pequeno de publicações na Editora UFMG, permanecendo atrás até do número de publicações institucionais dessa editora. A ausência de publicações pode estar relacionada à editora da Escola de Veterinária da UFMG, entretanto áreas como Agronomia e Tecnologia de Alimentos, entre outras, poderiam apresentar suas produções acadêmicas para publicação. Contudo não houve uma aproximação entre as unidades acadêmicas representantes dessas áreas e a Editora UFMG ao longo de suas existências. E mesmo no atual período, onde a Editora UFMG tem a recepção de obras através de editais abertos, essa grande área não apresenta obras para publicação, seja por meio de autores da própria UFMG ou externos.

Apesar desses fatores que causam os números tão baixos de publicações dessa grande área, eles são reversíveis através de políticas editoriais que estejam voltadas para a diversificação do catálogo e da busca de obras e autores que sejam relevantes para a grande área.

4.6. GRANDE ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

A grande área de Ciências Sociais Aplicadas é a sexta apresentada pela TAC. Ela tem 13 áreas em sua composição e no catálogo da Editora UFMG essa grande área possui 07,9 por cento de representação com 98 títulos; 06 áreas não



possuem obras no catálogo, são elas: Planejamento Urbano e Regional, Demografia, Serviço Social, Economia Doméstica, Desenho Industrial e Turismo. Enquanto 07 áreas se encontram representadas no catálogo com títulos, são elas: Direito, Administração, Economia, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Informação, Museologia e Comunicação.

TABELA 7: Grande área de Ciências Sociais Aplicadas

GRANDE ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	
1. Direito	09
2. Administração	13
3. Economia	14
4. Arquitetura e Urbanismo	18
5. Planejamento Urbano e Regional	00
6. Demografia	00
7. Ciência da Informação	30
8. Museologia	01
9. Comunicação	18
10. Serviço Social	00
11. Economia Doméstica	00
12. Desenho Industrial	00
13. Turismo	00
Total	103

FONTE: Elaborado pelo autor.

A área de Direito possui 09 obras no catálogo com 02 títulos relacionados ao ensino a distância, 03 obras com reflexões sobre temas e 04 textos de caráter introdutório. O primeiro título publicado nessa área foi *Direito de Família no Senado — Emendas ao Projeto do Código Civil*, de João Baptista Vilela, em 1985.

A área de Administração tem 13 publicações com 09 textos de reflexões sobre assuntos da área e 04 títulos voltados para o ensino a distância, sendo que a primeira publicação o título: *Administração Contemporânea — Algumas reflexões*, organizado por Abigail de Oliveira Carvalho, em 1988.

A área de Economia apresenta 14 publicações no catálogo com 12 textos de reflexões sobre temas da área, 01 consultiva, um dicionário bilíngue e uma obra de uso didático. A primeira publicação dessa área aconteceu em 1994, com a obra *Controle de Qualidade Total — Uma nova pedagogia do Capital*, de Fernando Selmar Rocha Fidalgo.

A área de Arquitetura e Urbanismo possui 18 títulos no catálogo com obras que trazem reflexões sobre temas pertinentes, sendo a primeira obra publicada em 1990, com o título de *CASA N.º 5*, de Walderez Cardoso Gomez.

A área de Ciência da Informação apresenta 30 publicações sendo 06 obras de uso didático, 02 voltadas para o ensino a distância e 22 publicações para auxiliar os profissionais da área e o público em geral. A primeira publicação aconteceu em 1990, com o título *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas*, organizado por Júnia Lessa França.

A área de Museologia tem apenas uma obra com o título de *O Museu e a vida*, de Danielle Giraudy e Henri Bauilhet, publicado em 1990 e segue sendo o único título dessa área no catálogo da Editora UFMG.



A área de Comunicação possui 18 obras sendo 14 com reflexões e assuntos pertinentes ao tema e a publicação de 04 números de uma revista especializada, sendo a primeira publicação o livro *O canto da sereia — Uma análise do discurso publicitário*, de Maria Helena Rabelo Campos, publicado em 1987.

A UFMG possui cursos de pós-graduação nas áreas de Planejamento Urbano e Demografia, contudo sua editora não possui publicação nessas áreas. As áreas de Serviço Social, Economia Doméstica e Desenho Industrial não possuem cursos na UFMG e também não tem publicações na sua editora. A área de Turismo possui um curso de graduação na UFMG, entretanto não apresenta títulos no catálogo da Editora UFMG.

A grande área de Ciências Sociais Aplicadas apresenta um número baixo de obras ao consideramos a quantidade de áreas que engloba e potencial de publicação das mesmas. As áreas como Comunicação, Economia e Administração possuem um grande potencial, ainda pouco explorado pela Editora UFMG, e podem apresentar obras significativas para áreas como é caso do livro *O choque de gestão em Minas Gerais — Políticas da gestão pública para o desenvolvimento*, organizado por Renata Vilhena, Humberto Falcão Martins, Caio Marini e Tadeu Barreto Guimarães, publicado em 2006 e que obteve recursos para sua publicação e também teve uma grande aceitação entre o público da área e encontra-se com a tiragem esgotada no momento. Obras como essa exemplificam a potencialidade das publicações nessa grande área.

Essa grande área faz um uso extenso de obras bibliográficas que são base para os estudos e discussões de suas áreas. Por esse motivo, pensar a respeito das hipóteses que justificariam o relativamente baixo número de publicações nessas áreas não é uma tarefa simples. Entretanto, ao verificarmos o campo, vemos que algumas áreas possuem diversas editoras dedicadas, como é o caso da área de Direito. E áreas como Economia e Administração tem se dedicado à publicação em periódicos para a divulgação científica dos dados, devido ao dinamismo requerido nos dias dessas áreas. Outras áreas como Ciência da Informação e Arquitetura tem demonstrado regularidade e volume de publicação nos últimos anos analisados, o que indica uma tendência a maior representatividade no catálogo nos próximos anos.

Existem ainda outros exemplos de áreas que não possuem qualquer publicação, como Turismo e Serviço Social, mas que podem apresentar obras e autores de relevância, desde que exista o interesse das unidades acadêmicas e também da Editora UFMG em encontrá-los. Os dados apresentados demonstram que isso ainda não foi possível, entretanto o meio atual de recepção e avaliação de obras aponta que uma maior diversificação do catálogo é admissível.

4.7. GRANDE ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS

A penúltima grande área do conhecimento do CNPq é a de Ciências Humanas e possui a maior representação no catálogo da Editora UFMG. Ela representa 38,1 por cento do catálogo, com 476 das obras reunidas no acervo estudado e têm 10 áreas em sua composição atual na TAC. Como já citado, apenas Arqueologia não possui obras publicadas nesse catálogo. As demais áreas são: Filosofia, Sociologia, Antropologia, História, Geografia, Psicologia, Educação, Ciência Política e Teologia.



TABELA 8: Grande área de Ciências Humanas.

GRANDE ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS	
1. Filosofia	94
2. Sociologia	70
3. Antropologia	11
4. Arqueologia	00
5. História	141
6. Geografia	30
7. Psicologia	08
8. Educação	67
9. Ciência Política	55
10. Teologia	01
Total	477

FONTE: Elaborado pelo autor.

A área de Filosofia apresenta 94 títulos sendo 85 obras com discussões de temas e autores ligados à área e 09 publicações de cadernos de vestibular. A primeira publicação na área aconteceu em 1995 com o título *Ideia de Justiça em Kant — Seu fundamento na Liberdade e na Igualdade*, de Joaquim Carlos Salgado.

A área de Sociologia possui 70 obras sendo 69 títulos com reflexões de assuntos e autores relacionados à área e 02 obras voltadas para o ensino a distância, sendo que a primeira obra da área foi publicada em 1987, com o título *Um novo paradigma em Ciências Humanas*, de Celio Garcia e Evandro Mirra.

A área de Antropologia tem 11 publicações de reflexões sobre assuntos e autores. A primeira publicação da área foi em 1996 com a obra *Antropologia da Viagem — Escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*, de Ilka Boaventura Leite.

A área de História tem 141 obras no catálogo sendo 131 títulos com discussões de temas e autores ligados à área e 10 publicações de cadernos de vestibular. A primeira publicação da área pela Editora UFMG aconteceu em 1985, com o título: *Colonizador — Colonizado — Uma relação educativa*, de Eliana Marta Lopes.

A área de Geografia possui 30 obras no catálogo sendo 07 títulos com discussões de temas ligados à área, 10 publicações de cadernos de vestibular, 04 títulos voltados para a educação a distância e 07 obras de cunho didático. O primeiro título da área foi publicado em 1987, com o nome de *Prática de Geologia Introdutória*, de autoria de Geraldo Norberto Sgarbi.

A área de Psicologia tem 08 obras no catálogo sendo 01 voltada para a educação a distância e 07 obras com discussões de temas. A primeira obra da área foi publicada em 1996, com o título de *Desenvolvimento Humano e Psicologia — Generalidades, Conceitos, Teorias*, de Vânia Brina Correa Carvalho.

A área de Educação possui 67 publicações sendo 12 obras relacionada à educação a distância, 08 publicações didáticas e 47 títulos sobre reflexões e discussões de temas. A primeira publicação da área aconteceu em 1986, com a obra *Interação em sala de aula — Questões conceituais e metodológicas*, de Laura Cançado Ribeiro e Maria das Graças de Castro.

A área de Ciência Política tem 55 publicações sendo 03 títulos ligados à educação a distância e 52 obras com reflexões e discussões de temas. A primeira obra dessa área foi publicada em 1995, com o título *Semeando Democracia — A trajetória do Socialismo Democrático no Brasil*, de Miracy Barbosa Gustin.



A área de Teologia apresenta apenas uma obra com discussão sobre tema da área, sendo publicada em 2003, com o título *Católico, Protestante, Cidadão — Uma comparação entre Brasil e Estados Unidos*, de Ângela Randolpho Paiva e segue sendo o único título dessa área no catálogo da Editora UFMG.

O curso de Antropologia da UFMG oferece habilitação em Arqueologia, apesar disso essa área não possui representação no catálogo da Editora UFMG.

A grande área de Ciências Humanas possui a maior representatividade no catálogo da Editora UFMG, suas áreas possuem regularidade e grande volume de publicação. Alguns fatores podem justificar o motivo para tantos títulos publicados: primeiramente, e conforme já foi citado nessa seção, por possuir áreas que dependem do material bibliográfico como fonte para seus estudos, o caso de áreas como Filosofia, Sociologia, História e Ciência Política.

Em segundo lugar apresenta-se o fato da grande produção acadêmica interna e externa de suas áreas. O que gera um grande número de publicações por consequência. Aliado a esses fatores, a Editora UFMG investiu em traduções de títulos e autores de algumas dessas áreas, devido ao caráter interdisciplinar das obras e de sua importância para as mais variadas áreas. Isso fez com que seu catálogo se tornasse robusto e reconhecido como referência em algumas delas.

4.8. GRANDE ÁREA DE LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES

Por último temos a grande área de Linguística, Letras e Artes, sendo essa a segunda maior em termos de representação no catálogo com 428 obras e uma porcentagem de 33,4. Ela possui apenas 03 áreas, citadas no nome da grande área, todas elas representadas com um número superior à média aritmética proposta nesse estudo.

TABELA 9: Grande área de Linguística, Letras e Artes.

GRANDE ÁREA DE LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	
1. Linguística	17
2. Letras	314
3. Artes	97
Total	428

FONTE: Elaborado pelo autor.

A área de Linguística tem 17 obras sendo 05 obras com cunho didático e 12 obras com discussões e reflexões de temas. A primeira obra publicada dessa área foi no ano de 1998, com o título *Estruturas Morfológicas do Português*, de Luiz Carlos de Assis Rocha.

A área de Letras possui 314 obras sendo 17 publicações com cunho didático, 41 cadernos de vestibular, 11 números de uma revista especializada na área, uma obra voltada para o ensino a distância e 244 com reflexões e discussões sobre temas, autores e obras. O primeiro título publicado pela Editora UFMG nessa área foi *Eros Travestido — Um estudo do erotismo no realismo burguês brasileiro*, de Lucia Castello Branco, em 1985.

A área de Artes tem 97 obras no catálogo sendo uma obra voltada para o ensino a distância, 10 cadernos de vestibular, 06 números de revistas especializadas, 10 obras de cunho didático e 69 publicações com discussões e reflexões de temas. A primeira publicação da área aconteceu em 1989, com o título *Expressão e comunicação na linguagem da Música*, de Sérgio Magnani. A grande área de Linguística, Letras e Artes apresenta uma grande produção e juntamente com a grande área anterior representam a maior parte do catálogo da Editora UFMG em detrimento das outras grandes áreas. O ponto positivo desse aspecto está no fato de se tornar uma referência para a publicação nessas grandes áreas, com obras e autores que se destacam e se tornam parte importante do estado da arte de diversas áreas. O lado negativo é exatamente a ausência de diversificação do catálogo, determinando,



mesmo que indiretamente, que outras grandes áreas não possuam uma grande representação, pois existe a questão da capacidade de produção de uma editora pública universitária, que nem sempre consegue os mesmos números de produção de uma editora privada.

Entretanto, ressalta-se que essa vocação para o grande número de títulos lançados nessa grande área não é algo pensado e definido desde a estruturação da Editora UFMG, mas aconteceu ao longo dos anos e através das escolhas cotidianas de seus diretores e conselheiros dentre as obras que se apresentavam para edição e publicação. Isto também significa o mérito dessas obras e áreas na busca por produtos editoriais que apresentassem valor para serem publicados.

4. CONCLUSÃO

A análise mais detida do catálogo da Editora UFMG apresenta um desequilíbrio também presente atualmente nos meios de divulgação científica. Ao demonstrar que certas áreas do conhecimento privilegiam outras formas de publicação que são menos perenes do que os livros. Algumas áreas preferem ou precisam da agilidade e praticidade para a divulgação dos resultados e apontamentos de suas pesquisas, sendo que o processo de edição de um livro muitas vezes demanda um tempo incompatível com a velocidade da divulgação das informações no mundo atual. Sendo assim, os relatórios, reuniões científicas, publicações de anais, entre outros, acabam se tornando meios de comunicação e divulgação preferível devido a suas características. Além disso, o surgimento das mídias eletrônicas no final do século passado, e, por consequência, a comunicação informal por meio da internet fizeram com que a dinâmica da circulação de informações se alterasse de maneira quase que irreversível, afetando também as publicações científicas e acadêmicas.

A divisão atual do catálogo também reflete como determinadas áreas possuem um grande volume de publicações, pois seus estudos e discussões dependem de material bibliográfico para o seu desenvolvimento, independentemente dos avanços tecnológicos. Essas áreas apresentam ainda obras e autores que interagem com outras áreas diversas, tornando-se proeminentes e representativas, angariando mais atenção para publicações dessas áreas pela editora e estabelecendo, assim, um ciclo virtuoso para essas áreas, porém, causando um desequilíbrio na diversificação do catálogo.

O campo editorial, de uma forma geral, tem apresentado diversos movimentos nos últimos anos: grandes conglomerados têm adquirido editoras de médio e pequeno porte, o surgimento do e-book e audiobook — trazendo novas tecnologias e suportes para o campo — e o movimento das editoras independentes, que crescem em números e propostas para a produção e divulgação de suas obras, são alguns exemplos rápidos dessas mudanças no campo. Ao longo deste trabalho, foi possível constatar que uma editora universitária tem como função auxiliar na organização da comunicação escrita do setor acadêmico, científico e cultural da instituição em que se encontra e difundir a informação por ela produzida. Esse tipo de editora possui condições para produzir projetos voltados para os interesses da sociedade, sem pensar primeiramente nos fins comerciais de uma obra, mas sem também desconsiderá-los. E assim poderá contribuir para a manutenção e crescimento da cultura e do conhecimento científico do país, tornando-se ainda instituição sólida, capaz de se destacar dentro do campo editorial.

REFERÊNCIAS

- Bufrem, L. S. (2015). *Editoras universitárias no Brasil: uma crítica para a reformulação prática* (2.^a ed., rev. e ampl.). Edusp; Com-Arte, 2015.
- Canossa-Mendes, J. C., & Restrepo, J. F. C. (2011). *Edición universitaria en América Latina: debates, retos, experiencias*. Editorial Universidad del Rosario.
- CNPQ (s.d.). Centro de memória. História do CNPq. <http://centrodememoria.cnpq.br/Missao2.html>



Damazo, T. C. S. (2015). *Editora UFMG: um aparato histórico* (Trabalho de conclusão de curso, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais).

Dourado, S. M. (2012). *Identificando a inovação editorial na cadeia produtiva do livro universitário brasileiro* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia). https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7827/1/Dissertação_Versão_Final_Stella_Do_urado.pdf

Epstein, J. (2002). *O negócio do livro: passado, presente e futuro do mercado editorial*. Record.

Ferreira, V. M. T. (2002). *O papel da disseminação da informação no contexto das editoras universitárias: o caso EDUFF* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense).

Gianotti, C. A., & Magadan, G. (2018). *Um livro: do autor ao leitor*. ABEU.

Houais, A., & Villar, M. de S. (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Editora Objetiva.

DECLARAÇÃO ÉTICA

CONFLITO DE INTERESSE: Nada a declarar. **FINANCIAMENTO:** Nada a declarar. **REVISÃO POR PARES:** Dupla revisão anónima por pares.



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.





O GÊNERO NOTÍCIA EM SALA DE AULA: REFLEXÕES PARA UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR


THE NEWS GENRE IN THE CLASSROOM: REFLECTIONS FOR AN INTERDISCIPLINARY DIALOGUE

[10.29073/naus.v5i1.853](https://doi.org/10.29073/naus.v5i1.853)

RECEÇÃO: 9 de dezembro de 2023.

APROVAÇÃO: 19 de dezembro de 2023.

PUBLICAÇÃO: 29 de dezembro de 2023.

AUTOR/A 1: André Santos , Universidade Federal do Norte do Tocantins e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Brasil, andre.santos@ifma.edu.br.

AUTOR/A 2: Maria de Pinho , Universidade Federal do Tocantins, Brasil, mjggon@mail.uft.edu.br.

AUTOR/A 3: Janete dos Santos , Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil, janetesantos@uft.edu.br.

RESUMO

Este artigo busca provocar reflexões sobre a pertinência e possibilidades de uso do gênero textual notícia, veiculado em jornais eletrônicos, em sala de aula, com base na perspectiva teórica da interdisciplinaridade. Na atualidade, com a popularização de equipamentos eletrônicos, as pessoas vivem em contato diário com esse gênero, seja por buscá-lo propositalmente, seja por serem interpeladas por ele acidentalmente. Entendemos que as informações presentes nesses textos, além de estabelecerem relação com fatos temporalmente e às vezes espacialmente próximos do leitor, agregam elementos de diferentes áreas disciplinares. Estes são os pontos de partida para nossas reflexões, o que justifica a presente discussão, fundamentada em estudos atuais sobre a interdisciplinaridade, a esfera jornalística na sociedade e o uso do jornal em sala de aula. O estudo tem como *corpus* uma notícia veiculada no jornal *O Progresso*, de Imperatriz — MA, do dia 11 de junho de 2016, o que atribui à pesquisa um caráter documental. Destacamos ainda que, pelo caráter documental e bibliográfico do trabalho, fizemos levantamento de aspectos teóricos que subsidiam as reflexões acerca da interdisciplinaridade, da circulação do gênero textual notícia no cotidiano das pessoas e sua pertinência em práticas pedagógicas, bem como da leitura da notícia analisada.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino-Aprendizagem; Gênero Notícia; Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

This article seeks to provoke reflections on the relevance and possibilities of using the textual genre news, published in electronic newspapers, in the classroom, based on the theoretical perspective of interdisciplinarity. Nowadays, with the popularization of electronic equipment, people live in daily contact with this genre, either by seeking it out on purpose or by being approached by it accidentally. We understand that the information present in these texts, in addition to establishing a relationship with facts temporally and sometimes spatially close to the reader, brings together elements from different disciplinary areas. These are the starting points for our reflections, which justify the present discussion, based on current studies on interdisciplinarity, the journalistic sphere in society and the use of newspapers in the classroom. The study's corpus is a news item published in the newspaper *O Progresso*, from Imperatriz — MA, on June 11, 2016, which gives the research a documentary character. We also highlight that, due to the documentary and bibliographic nature of the work, we surveyed theoretical aspects that support reflections on interdisciplinarity, the circulation of the news textual genre in people's daily lives and its relevance in pedagogical practices, as well as the reading of the analyzed news.



KEYWORDS: Interdisciplinarity; News Genre; Teaching-Learning.

1. INTRODUÇÃO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O movimento da interdisciplinaridade surgiu como alternativa ao fazer científico e à abordagem do conhecimento guiados pela lógica reducionista, simplificadora, herdada do paradigma hegemônico da ciência moderna. Esse movimento teórico, preconizador do diálogo entre os saberes disciplinares como método de lidar com as exigências decorrentes das transformações por que passou e passa a sociedade, estimulou estudos e pesquisas em âmbito como o educacional, em busca de uma melhor apreensão dos fenômenos em sua complexidade.

Sob o viés interdisciplinar, consideramos pertinente o estudo acerca do uso do gênero textual notícia em sala de aula, dada a sua inerência ao cotidiano das pessoas e a perspectiva de entrelaçamento de informações de áreas distintas na sua constituição. Dessa forma, refletimos aqui sobre possibilidades de uso desse gênero na esfera educacional, a partir de uma visão mais abrangente. Consideramos também importante priorizar os jornais eletrônicos como veículos desse gênero, observando o apego das pessoas, principalmente adolescentes e jovens, a objetos eletrônicos como o celular, o que, para um trabalho dessa natureza, torna mais fácil o acesso a esses textos.

O trabalho, embasado em estudos de autores da atualidade, inicia-se com algumas observações históricas e conceituações, como forma de compreendermos melhor o contexto de surgimento da interdisciplinaridade e suas bases epistemológicas. Em seguida, discorreremos sobre a circulação e natureza dos textos jornalísticos na sociedade, com ênfase para o gênero notícia, e procuramos identificar elos desse gênero com possibilidades de práticas educacionais interdisciplinares.

O estudo tem como *corpus* uma notícia publicada nas versões impressa e *online* do jornal *O Progresso*, de Imperatriz — MA, do dia 11 de junho de 2016, acerca de uma realidade que permanece na cidade. A análise do texto, calcada nas teorias que fundamentam este estudo, tem caráter documental e abordagem qualitativa. Não direcionamos o trabalho para um nível de ensino específico, por considerarmos que as reflexões são cabíveis para a educação de um modo geral, com as devidas adequações aos contextos.

2. REVISÃO DA LITERATURA

INTERDISCIPLINARIDADE: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Quando a abordagem sobre os estudos interdisciplinares contempla aspectos históricos, geralmente são feitas alusões a práticas vivenciadas já em tempos remotos, como referência de realidades que podemos vincular a esse campo temático. Sob esse prisma, Cristina D'Ávila (2011) afirma que, “desde a Antiguidade clássica, experiências interdisciplinares e até mesmo transdisciplinares foram vividas” (p. 60). Como exemplo cita que o conhecimento, mesmo dividido por áreas, não era norteadado pela fragmentação.

Uma compreensão básica sobre os processos de busca de conhecimento correntes ao logo dos tempos pode ser apreendida dos conceitos de triagem e mistura, de Zilberberg e Fontanille (2001, como citado em Fiorin, 2008). Essas noções, originalmente, não tratavam de métodos do campo científico, mas foram abordadas nesse domínio por Fiorin e indicam, respectivamente, os princípios elementares de exclusão e de participação subjacentes ao fazer científico. O primeiro princípio corresponde a um viés regido pela lógica da separação, em que os fatos são abordados a partir de uma visão fragmentada da realidade, sem abertura para o diálogo entre as áreas do conhecimento. O segundo princípio, por sua vez, é caracterizado pela junção, pela flexibilidade quanto à interação entre saberes para analisar os fenômenos, que, por se constituírem num todo, não podem ser compreendidos por fundamentos simplificadores, que considerem apenas pontos restritos do objeto de análise. Para Fiorin, “até meados do século



XVII, embora houvesse uma disciplinarização do conhecimento, que remontava aos gregos, predominava o fazer científico regido pelo princípio da mistura” (p. 33).

No entanto, Sommerman (2008), ao citar Klein (1996), pondera que “não seria apropriado chamar interdisciplinaridade as interações anteriores entre os saberes, mas de pré-disciplinares” (p. 35). Embora alguns aspectos metodológicos e paradigmáticos existentes desde tempos longínquos estabeleçam elos com o campo teórico da interdisciplinaridade, esta como se apresenta hoje surgiu como alternativa a uma atmosfera epistemológica que se fazia sentir pelo paradigma hegemônico da ciência moderna, orientado por uma visão mecanicista da realidade, em um contexto de mudanças científicas, tecnológicas e de transformações sociais, o que atribui identidade a essa área de saber.

Por paradigma moderno, entende-se o modelo teórico surgido com o advento científico do século XVII, guiado por uma visão racionalista, determinista, com a “noção de um mundo máquina, composto de objetos distintos” (Moraes, 2011, p. 33), em que “o conhecimento exato das leis do movimento e da configuração do universo, em qualquer instante de tempo, permite, em princípio, prever a história completa” (Gell-Mann, 1991, como citado em Moraes, 2008, p. 38). Esse modelo propagou a ideia de objetividade e neutralidade da ciência, distanciando o sujeito do objeto de estudo, reforçando o pensamento linear, dualista, favorecendo a especialização, razão primordial para a manifestação e consolidação da disciplinaridade, que “tem seu nascedouro no séc. XIX com a formação das Universidades na era Moderna, significando, pois, uma matéria a ser ensinada.” (D’Ávila, 2011, p. 59).

No início do século XX, porém, algumas formulações como o estruturalismo (Sommerman, 2008), de Ferdinand Saussure, começam a engendrar dinâmicas de transposição de limites disciplinares. Outras teorias contradizem os fundamentos da ciência moderna, como a Mecânica Quântica, de Max Planck; e a Teoria da Relatividade, de Albert Einstein, que rompem com a ideia mecanicista e determinista de mundo e vão ajudar a inspirar, tempos depois, o surgimento de outras bases epistemológicas (Moraes, 2011).

Para Klein (2005, como citado em Leis, 2011), o termo interdisciplinaridade é publicado pela primeira vez no começo do século XX, “nos movimentos de reforma curricular das universidades norte-americanas e nos relatórios do Social Science Research Council — agência americana de fomento à pesquisa da área das ciências sociais” (p. 107), sendo que manifestações desse fenômeno começaram a ser percebidas em determinadas ações na década de 1940.

Foi no início da década de 1960, porém, que ocorreu, conforme Sommerman (2008), a primeira averiguação das atividades interdisciplinares, “pelo Centro de Pesquisa e Inovação Educacional da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)” (p. 36), em que foram encontradas, nesse levantamento, “cinco origens principais: o desenvolvimento da ciência, a necessidade dos estudantes, demandas para capacitação profissional, necessidades básicas da sociedade e problemas no funcionamento e administração da universidade” (Klein, 1996, p. 20, como citado em Sommerman, 2008, p. 34).

Desde então, a discussão sobre essas ideias e propostas foi disseminada por vários países, entre eles o Brasil, onde essa teoria começou a ter repercussão no final da década de 1960, “com sérias distorções, próprias daqueles que se aventuram ao novo sem reflexão, ao modismo sem medir as consequências do mesmo” (Fazenda, 2004, p. 23).

A realização do I Seminário Internacional sobre Pluri e Interdisciplinaridade, na Universidade de Nice (França), em 1970, é considerada por vários autores como um fato que estimulou e deu maior capilaridade e projeção ao pensamento interdisciplinar, tanto na ciência como na educação (Alvarenga et al., 2011).

Sommerman (2012) tratando sobre o advento desse movimento teórico, afirma que

Essa consciência da necessidade de desenvolver abordagens e metodologias para facilitar a articulação entre diferentes saberes e entre diferentes formas de conhecimento foi crescendo a partir da segunda



metade do século passado. Abordagens novas foram sendo convocadas para favorecer primeiro o cruzamento entre os saberes das disciplinas acadêmicas, e, depois, nas últimas três décadas, para favorecer o cruzamento entre os saberes das disciplinas acadêmicas e os conhecimentos produzidos pelos sujeitos fora da academia, mediante outras formas de conhecimento. E, para nomear e significar essas abordagens novas, que envolviam cruzamentos de saberes e de conhecimentos, foram surgindo algumas palavras novas: multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade. (p. 48)

É nesse contexto que o paradigma, então vigente, passa a ser questionado mais sistematicamente, mediante a percepção de que seus fundamentos não são suficientes para a compreensão da complexidade que ora envolve o ser humano, a sociedade e a natureza. O princípio epistemológico da interdisciplinaridade se constitui, portanto, a partir do que podemos classificar como fundamentos da concepção pós-moderna da ciência, procurando uma sintonia entre as transformações por que passa a sociedade e as práticas pedagógicas e o fazer científico, estabelecendo relações entre conhecimentos de diferentes disciplinas para, entre outras finalidades, tratar os objetos de estudo a partir de uma visão mais abrangente.

INTERDISCIPLINARIDADE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

No processo constitutivo de classificação temática da interdisciplinaridade, assim como em estudos, pesquisas e aplicações posteriores ou em curso, foram gerados vários conceitos e aspectos estruturantes desse campo teórico, chegando-se a definições diversas para conceituá-lo. São muitas as contribuições de estudiosos e pesquisadores dessa área, com elaborações convergentes em alguns pontos e também com particularidades advindas de reflexões e percepções.

Fiorin (2008) propõe uma compreensão a respeito dessa teoria a partir do significado dos elementos mórficos que constituem a sua nomenclatura, evidenciando que a palavra interdisciplinaridade provém do radical de disciplina, o mesmo de outras denominações criadas no decurso desse movimento, como multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, transdisciplinaridade. A diferenciação entre os termos ocorre a partir da presença de prefixos distintos — inter, pluri, multi, trans —, auxiliando a produção de novos sentidos e conceitos.

Nessa abordagem conceitual, o autor (*Id. Ibid.*) resgata o sentido etimológico da palavra disciplina, de origem latina, significando, entre outros aspectos, "o que se aprende", (*Id. Ibid.*, s.p.) e destaca, como acepções atuais do termo, "ramo do conhecimento, principalmente entendido como componente de um currículo"; e "normas de conduta", daí que podemos conceber disciplinaridade como método baseado no recorte do saber, em área de conhecimento rigidamente demarcada a ser pesquisada ou ensinada.

Na explicação das nomenclaturas derivadas da palavra disciplina, Fiorin (*Id. Ibid.*) toma multi e pluridisciplinaridade como sinônimos, haja vista a semelhança de sentido dos prefixos, e afirma que esse fenômeno ocorre quando "várias disciplinas analisam um dado objeto, sem que haja ligação necessária entre essas abordagens disciplinares", enquanto a interdisciplinaridade é sugerida, de um modo geral, como práticas de "transferência, que é a passagem de conceitos, metodologias e técnicas desenvolvidos numa ciência para outra" (*Id. Ibid.*, s.p.) e a "intersecção, em que duas ou mais disciplinas se cruzam para tratar de determinados problemas" (*Id. Ibid.*, s.p.). Quanto à transdisciplinaridade, esta ocorre "quando as fronteiras das disciplinas se tornam móveis e fluidas num permeável processo de fusão" (*Id. Ibid.*, s.p.).

Registramos que alguns autores diferenciam multi de pluridisciplinaridade, mas utilizaremos o conceito já explicitado neste trabalho. Embora o objeto deste estudo seja a interdisciplinaridade, mencionamos conceitos correlacionados a esta área para as devidas diferenciações e melhor compreensão. Nesse sentido, observamos que o viés disciplinar condiz com o enfoque fragmentado do conhecimento, com a triagem, com abordagens contornadas por fronteiras



que não são ultrapassadas pela perspectiva pluri ou multidisciplinar, visto que este princípio corresponde à “justaposição de várias disciplinas sem nenhuma tentativa de síntese” (Moraes, 2011, p. 182).

A interdisciplinaridade, por outro lado, refere-se a um paradigma que preconiza a complementaridade, a integração e inter-relação de saberes disciplinares para uma visão mais completa de fenômenos, temas ou para a resolução de problemas. De acordo com D’Ávila (2011),

Na origem, tanto a interdisciplinaridade, como a disciplinaridade, podem ser de natureza científica ou, por sua aplicabilidade na prática escolar, pedagógica. Assim, a interdisciplinaridade, no campo pedagógico, diz respeito a uma abordagem, a um só tempo, epistemológica e metodológica — é um modo de compreender o processo do conhecimento, bem como de trabalhar de modo integrado os conhecimentos disciplinares. (p. 60)

Nesse sentido, a interdisciplinaridade, “exigência da própria complexidade da realidade e da mente analítica” (Demo, 2004, p. 26), cujo sentido está na ação (Fazenda, 2004), favorece um princípio metodológico caracterizado pela troca entre especialidades, a cooperação entre profissionais, a contextualização, a abertura, visando tanto a uma compreensão mais ampla de temas, conjunturas e informações, como novos entendimentos, compreensões, com vistas a novas reflexões e práticas no processo de ensino-aprendizagem.

Em documentos oficiais da educação do Brasil, é reconhecido o caráter fragmentado, disciplinar, predominante nas práticas de ensino, e sugerida a metodologia em estudo como tentativa de superação da abordagem reducionista. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2002, p. 34), “Na perspectiva escolar, a interdisciplinaridade não tem a pretensão de criar novas disciplinas ou saberes, mas de utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para resolver um problema concreto ou compreender um determinado fenômeno sob diferentes pontos de vista”.

Ressaltamos que o discurso interdisciplinar não sugere a eliminação de disciplinas, mas a criação de movimentos que possibilitem a relação entre elas, propiciando a superação do vácuo existente entre as divisões fragmentadoras do objeto de estudo e promotoras do reducionismo. Sobre essas ponderações, consideramos adequada a seguinte teorização:

Sabendo que as práticas interdisciplinares requerem sólidas formações disciplinares, uma vez que o pensamento interdisciplinar somente se constrói na relação com o disciplinar, o fato a observar é o de que somente uma visão crítica a respeito do conhecimento gerado na própria área ou campo de conhecimento disciplinar, assim como da própria produção de cada um dos pesquisadores envolvidos, permitirá uma abertura para se transpassar fronteiras e propiciar encontros e cruzamentos fertilizadores (Alvarenga et al., 2011, p. 64).

Por esse ângulo, avaliamos o termo disciplina como ponto de partida para a interdisciplinaridade, não somente no processo de formação da palavra, mas também do ponto de vista prático e metodológico, pois a ciência e conhecimentos produzidos no domínio disciplinar é que serão mobilizados para a configuração do paradigma em questão, que requer, como algo importante, o envolvimento de especialistas de áreas específicas, além de estudos e planejamento, com a identificação do contexto em que vai ocorrer. Cabe, no entanto, a ressalva de que a mera cooperação não assegura a interdisciplinaridade, pois esse meio pode conduzir também a multi ou pluridisciplinaridade ou a outras coisas.

Nessa lógica, vislumbrando a aprendizagem, entendemos que precisa ser assegurado ao aluno também o conhecimento disciplinar, sem o qual não há base para a interdisciplinaridade. O desafio que se apresenta é a iniciativa de práticas orientadas a colocar o discente em situações em que seja levado a mobilizar conhecimentos de



áreas diferentes e articulá-los na discussão de um evento ou assunto, de forma que se dê fluxo e conexão aos conhecimentos disciplinares, propiciando a interação destes na resolução de problemas e na compreensão de dados e fatos, criando condições para um desenvolvimento que vá além do estado de fragmentação, mediando um movimento para uma visão mais sistêmica.

Outro desafio a ser abordado é quanto à formação de profissionais que compreendam essas bases teóricas e consigam fazer com que elas se manifestem nos trabalhos docentes. Sobre essas bases, sabemos que a conceituação da interdisciplinaridade se dá por meio de classificações diversas e às vezes é situada em vários níveis de abstração, exigindo do sujeito empenho para compreendê-la. Esse ponto deve ser visto positivamente, pois como são muitos e variados os fenômenos, a existência de diversificados elementos teóricos pode aumentar a chance de se ter referenciais que atendam a diferentes situações.

Não se almeja com a interdisciplinaridade, no entanto, oferecer fórmulas, visto que se assim fosse se poderia incorrer em algo que o próprio campo teórico procura evitar, que é a simplificação e o reducionismo. Dessa forma, o trabalho interdisciplinar, além de compreensão teórica, exige estudo e planejamento metódico, com a escolha de referenciais teóricos adequados ao contexto e aos objetivos das atividades a serem desenvolvidas (Alvarenga et al., 2011). Para Fazenda (2002),

Não basta “importar” um modismo e adotá-lo como solução dos problemas atuais. É necessário questionar seu significado, verificar os benefícios que ele pode propiciar, e sua aplicabilidade, com vistas à formação do homem-pessoa. É necessário pensar a educação em termos de processo de formação desse homem, mas sempre a partir de um referencial seguro nas tentativas de renovação. (p. 35)

É pertinente, nesse contexto, atenção para a forma como as escolas lidam com essa temática e a maneira de envolvimento dos sujeitos com esse tipo de atividade. Os profissionais da educação compreendem o sentido desse modelo e estão realmente convencidos da sua pertinência ou são movidos por modismos ou mesmo seguem uma agenda imposta ou sugerida por instâncias superiores? É recorrente entre estudiosos e pesquisadores declarações dando conta de que práticas consonantes com a lógica disciplinar predominam nas escolas, às vezes até numa relação de tensão com o paradigma emergente da interdisciplinaridade, quando esta é pautada. Entretanto, não procuramos com este artigo buscar respostas para essas interrogações, embora suponhamos que nos ambientes escolares estejam imbrincados problemas concernentes às indagações feitas, dentre outros, assim como certamente existam experiências exitosas nessa área, ou seja, a escola é um espaço complexo.

Sendo assim, a interdisciplinaridade se apresenta como modelo teórico e princípio metodológico que prima pela flexibilidade e abertura para o diálogo entre conhecimentos disciplinares, propiciando uma aprendizagem mais contextualizada e significativa, fazendo emergir novas compreensões e saberes, além de possibilitar um olhar mais amplo sobre a realidade em sua complexidade. Pode propiciar também a percepção de que o conhecimento é provisório, à medida que o olhar investigativo deve oportunizar novas reflexões e descobertas sobre a realidade, além de incitar o pensamento em direção ao enfrentamento de tensões e dicotomias do mundo mecanicista.

GÊNEROS JORNALÍSTICOS E A ESFERA EDUCACIONAL

A frequência do discurso jornalístico na vida das pessoas é, de modo geral, cotidiana. Gênero como a notícia chega ao público por meio da televisão, da rádio, do jornal impresso, da internet, de conversas. Possivelmente, a incorporação dos recursos tecnológicos ao convívio do sujeito o leve a uma relação aparentemente natural com esse tipo de texto, considerando que este passa a integrar a sua realidade.

Em termo de circulação, supomos apropriado caracterizar os gêneros jornalísticos, entre outros atributos, pelas dimensões espacial, temporal e discursiva. Informações sobre assuntos diversos, atinentes a fatos e ao que as pessoas estão vivendo, podem ser transpostas a diferentes lugares em tempo às vezes quase instantâneo às



ocorrências. Se pensarmos no jornal eletrônico, por exemplo, essa instantaneidade pode atingir espaços os mais longínquos, ignorando fronteiras geográficas. Os textos, construídos em dadas circunstâncias e assentados no modo como o autor e os detentores do veículo de imprensa concebem os objetos da notícia, funcionam ainda como produção ideológica.

Como os sujeitos que constituem a escola estão inseridos nessa realidade, entendemos que eles aprendem também com os meios de comunicação. E trata-se de uma aprendizagem em curso, haja vista a contínua atuação dos órgãos de imprensa. É nessa perspectiva que Schmidt (2007, p. 53) discute o jornal “como sala de aula”, por considerá-lo veículo de difusão não somente de informações, mas de maneiras de conceber os elementos da realidade, inclusive a própria escola.

Nesse sentido, percebemos a importância de a escola dialogar com os gêneros textuais jornalísticos, cujo acesso é facilitado aos estudantes pelo convívio destes com certos objetos tecnológicos. Com um celular é possível ler diferentes jornais, dos mais diversos espaços geográficos, em quantidade que seria impossível conseguir acompanhá-los. Essa integração poderia se firmar como oportunidade de práticas de ensino-aprendizagem mais conectadas a assuntos relacionados ao que os estudantes estão vivendo ou que despertem seu interesse, de modo a tornar o ensino mais significativo e contextualizado. Mesmo considerando que os alunos levam para os ambientes educacionais o seu conhecimento de mundo, propiciando a interação dessa realidade do discurso jornalístico com a esfera da aprendizagem, entendemos que a escola, ao levar em conta esse contexto, certamente terá mais condições de superar alguns reducionismos e dar mais sentido aos conteúdos curriculares, em vez de simplesmente ignorar e concorrer com a “escola” midiática.

Convém ressaltar que não pressupomos os gêneros textuais jornalísticos como necessariamente veículos da verdade, merecedores de maior credibilidade ou situados em patamar mais avançado na sociedade. Para Noblat (2002), jornalista da grande imprensa brasileira, no livro *A arte de fazer um jornal diário*,

Jornal é um negócio como qualquer outro. Se não der lucro, morre. Por isso deve estar sempre atento às necessidades dos leitores. Mas jornal também é um negócio diferente de qualquer outro. Existe para servir antes de tudo ao conjunto de valores mais ou menos consensuais que orientam o aperfeiçoamento de uma determinada sociedade. (p. 26)

Podemos inferir que a atividade de produção da notícia, entre outros gêneros jornalísticos, é caracterizada também pela tensão, em função das concorrências econômica e ideológica. O fator econômico abrange geralmente dois segmentos de público: os contratantes de serviços propagandísticos, como empresas, órgãos governamentais; e os leitores. Certamente, a quantidade de leitores influencia a demanda por propaganda. Nesse âmbito, é uma necessidade a identificação de assuntos de interesse do público, pois se um jornal não divulga determinados assuntos, outros podem divulgar.

Por outro lado, “o jornal faz parte dos interesses dos grupos que o mantém” (Cortella, 2007, p. 28), definindo as bases ideológicas em que são geradas as notícias e demais gêneros. Nesse processo, são utilizadas formas de abordagens de fatos e temas, com o uso de estratégias textuais apropriadas para o tipo de sentido que se pretende produzir. Dessa forma, determinadas informações são enfatizadas, outras secundarizadas e algumas ocultadas. Esse movimento pode levar, inclusive, a questionamentos de veículos de imprensa entre si, em função da disputa discursiva, das versões sobre os fatos.

Com base nisso, o uso dos gêneros jornalísticos nas práticas pedagógicas deve ocorrer por estarem incorporados à realidade dos sujeitos, pautando a dinâmica da vida e da sociedade, ou seja, o que as pessoas estão vivendo.



CARÁTER INTERDISCIPLINAR DO GÊNERO NOTÍCIA

A quantidade e diversidade de textos do gênero em estudo, em diferentes jornais de mesmos ou mais variados lugares do planeta, representam um volume de informações e opiniões heterogêneo e imensurável para os leitores. Os conteúdos desses gêneros são conduzidos por relatos e outros recursos textuais, abrangendo fenômenos cujo teor, dependendo da complexidade, pode dialogar com áreas distintas de conhecimento ou tipos diversos de saberes. Assim sendo, visando ao nexo entre esse tipo de texto e a sala de aula, consideramos a possibilidade de uma visão interdisciplinar como fomentadora de uma prática de ensino-aprendizagem mais ampla e contextualizada.

No contexto educacional, é certo que esse gênero pode auxiliar também a prática de abordagens disciplinares ou multidisciplinares. Uma notícia pode ser usada como base para se explorar determinado conteúdo de uma disciplina, com atenção apenas para dados do texto concernentes a essa finalidade, ou para tratar paralelamente aspectos de diferentes disciplinas, destacando informações relacionadas a áreas específicas de saber, sem estabelecer nexo entre essas informações.

Para Sampaio (2007, p. 80), porém, “os jornais, por abordar temas variados, evidenciam a multiplicidade e transversalidade do conhecimento, assustando ações docentes pautadas em modos disciplinares e estanques de lidar com os saberes”. Embora essa reflexão englobe todos os gêneros textuais jornalísticos, focaremos a notícia, por se tratar, de um modo geral, do gênero mais presente nos jornais, reportando-se a fatos correntes ou a temas e experiências em voga, gerando, até certo ponto, uma sintonia entre os órgãos de imprensa e a realidade. Essa percepção nos mostra, nesse gênero, uma dinâmica que transcende a lógica disciplinar do conhecimento, já que o texto, em sua formulação, mesmo partindo de determinadas compreensões, objetivos e recortes, procura representar uma ideia do todo. É claro que os acontecimentos, conforme sua natureza e a abordagem que recebem, são veiculados pela imprensa em níveis diversos de complexidade. Dependendo dessas circunstâncias, o texto noticioso pode conter mais ou menos elementos para um diálogo interdisciplinar, gerando a necessidade de explicitação de finalidades de atividades a serem desenvolvidas, para se estabelecer critérios para a seleção e exploração dos textos.

Consideramos, porém, que mesmo em notícia menos complexa, os dados certamente não confluem para apenas uma área do saber, podendo envolver diferentes campos de conhecimento, o que requisita, no processo de leitura, uma visão não simplificada. Além disso, como determinados fatos são noticiados por vários jornais, às vezes até de orientação ideológica diferente, reunir textos de mais de um veículo de comunicação sobre uma mesma ocorrência, provavelmente, aumenta a possibilidade de um entendimento mais amplo e profundo sobre o caso noticiado, podendo envolver a mobilização e integração de conhecimentos disciplinares de mais de uma área, promovendo a interdisciplinaridade.

Nesse sentido, podemos tratar da abordagem interdisciplinar da notícia a partir de três aspectos: o primeiro é a própria leitura. Concebemos como pertinente propor em sala de aula atividades que levem o aluno a identificar, além de pistas de sentido do texto, informações de disciplinas distintas que foram articuladas, e como funcionaram, para a produção do gênero textual, como forma de melhor interpretá-lo e inferir seu discurso.

O segundo se refere a discussões acerca de temas tratados na notícia. Presumindo que “o jornal não é uma leitura menor dentro do processo educativo, mas o convite que pode permitir, entre outras coisas, a sedução para outros conhecimentos ou informações que serão necessárias” (Cortella, 2007, p. 20), a notícia pode se caracterizar como ponto de partida para a discussão de problemas ou temas subjacentes aos fatos numa perspectiva abrangente e contextualizada.



O terceiro diz respeito à produção textual. O entrelaçamento dos dois primeiros aspectos, num trabalho que inclua a cooperação entre profissionais de disciplinas que se fizerem necessárias, pode levar a novas compreensões, entendimentos, favorecendo a produção textual.

Dessa maneira, a inclusão do gênero notícia no currículo escolar, sob o viés discutido, pode ampliar as perspectivas de estratégias de ensino-aprendizagem, oportunizando a contextualização do saber, a conectividade social, a visão mais ampla e profunda dos objetos de estudo.

4. ANÁLISE DOS DADOS

ANÁLISE DE UMA NOTÍCIA: PISTAS PARA UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

O texto do gênero notícia que vamos analisar foi veiculado pelas edições impressa e *online* do jornal *O Progresso*, de Imperatriz — MA, do dia 11 de junho de 2016, e escrito pela jornalista Thaylissa Jorge. O órgão de imprensa, fundado em 3 de maio de 1970 com periodicidade semanal, passou a circular com edições diárias a partir de 1975, sendo o jornal de circulação diária mais antigo de Imperatriz e o terceiro do Maranhão (*O Progresso*, s.d.). Desde vários anos, dispõe também de página eletrônica por meio da *internet*, de onde utilizamos a presente notícia.

A notícia a ser analisada, mesmo sendo do ano de 2016, continua atual, por se tratar de tema relativo a uma realidade com a qual convivem os habitantes da cidade e de outros lugares, motivo pelo qual justificamos a escolha do texto, que apresentamos no quadro a seguir.

FIGURA 1: Notícia publicada no jornal *O Progresso*, de Imperatriz — MA.

MORADOR TRANSFORMA TERRENO BALDIO EM PRAÇA (2016)
<p>Por muitos anos, o terreno baldio localizado às margens do riacho Capivara, na Avenida Sabiá das Laranjeiras, bairro Santa Inês, serviu como depósito de lixo. Inconformado com a poluição e falta de educação de alguns moradores, o comerciante José Linhares (80) tomou a iniciativa de transformar o local.</p> <p>Segundo José Linhares, a ideia inicial não era fundar uma praça, mas evitar que o lixo continuasse a se acumular naquela região. “O terreno estava se tornando um lixão aqui em frente das nossas casas, então eu capinei e tirei 15 carroças lotadas de lixo, depois plantei as duas primeiras árvores”, afirma. Com um trabalho diário, o comerciante foi dando forma ao terreno, que — aos poucos — foi sendo transformado em uma pequena praça: atualmente, conta com várias espécies de árvores, ainda em crescimento, canteiros com flores, bancos de madeira, iluminação extra e placas educativas, tais quais “Não jogue lixo” ou “Não estacione”, essa próxima ao semáforo.</p> <p>“É simples, mas aí agora tudo é vida”, fala emocionado José Linhares. Ele conta ainda que não teve ajuda de ninguém, nem dos moradores, nem da prefeitura e muito menos de políticos. “Aí ninguém ajudou. Não foi prefeitura, não foi nenhum político, fui eu. Agora eu fico feliz de estar sendo visto como uma pessoa do bem”, diz.</p> <p>Embora a construção da praça tenha evitado que os moradores jogassem lixo no local, a falta de estrutura impede que pessoas a frequentem. Por ser à beira de um riacho muito poluído, o mau cheiro incomoda quem passa por ali. “Atitudes como a desse senhor devem ser aplaudidas porque atitudes assim tornariam nossa cidade mais bonita e arborizada, mas a praça está muito próxima a um córrego que tem um forte odor e que serve como criatório para mosquitos, além do risco de desabamento”, afirma Marília Vânia (21), estudante que passa todos os dias pelo local.</p> <p>“Por um ponto é bom porque o pessoal parou de jogar lixo, por outro os pneus que ele usou como canteiro ficam acumulando água e isso pode trazer doenças. São vantagens e desvantagens”, diz o vendedor Ezequias da Luz</p>



(29). Ele afirma ainda que era comum ver pessoas jogando entulho e lixo, poluindo tanto o local quanto o riacho e que depois da construção da praça as pessoas se conscientizaram.

O criador da praça afirma que fica feliz com o seu trabalho e espera que outras pessoas se inspirem em sua atitude. “Se todos nós de Imperatriz fizessemos um pouquinho, nossa cidade pareceria uma princesa, mas ninguém faz, todos só querem destruir”, diz. José Linhares fala ainda que a população tende a culpar sempre os governantes, porém ninguém se propõe a fazer nada para mudar a situação do seu bairro ou comunidade.

FONTE: Jorge, T. (2016). Morador transforma terreno baldio em praça. *O Progresso*. www.oprogressonet.com/cidade/morador-transforma-terreno-baldio-em-praca/68900.html

Como observamos, o assunto tratado no texto é a transformação de um terreno ocioso em praça, por um morador. A ação foi motivada por um incômodo decorrente do estado em que se encontrava o local, em virtude da conduta de outros moradores e a ausência do poder público. A dinâmica do processo de transformação do ambiente levou a resultados além do que se pretendia inicialmente, com a criação de um ambiente carregado de significados.

O texto, já em seu título, traz elementos simbólicos que deixam subentendida uma novidade. O termo “morador” evoca a ideia de um sujeito pertencente a um lugar, caracterizado por formas de convivência, comportamentos, dentre outros aspectos. A expressão “terreno baldio” está situada numa realidade notada pela falta de atenção e zelo pelo meio ambiente e pelas próprias pessoas, muito comum em nossos dias. “Praça”, por sua vez, trata-se de um espaço de responsabilidade do poder público, coletivo, às vezes com aspecto paisagístico urbano que valoriza a natureza, para o bem-estar de quem dela fizer uso. Ao desenvolver a ação, o morador dedica seu tempo para atividades que visam a benefícios não apenas a si, mas também a uma coletividade, à medida que procura resolver um problema que afetava a vida daquela comunidade. Essa prática é o elemento a ser tomado como novidade nesse contexto, por contrastar com boa parte dos costumes predominantes numa sociedade em que se sobressaem o individualismo, o consumismo, a competição, a falta de solidariedade e de altruísmo.

No decorrer da leitura, percebemos a displicência e o tipo de consciência de moradores, cuja conduta referente ao assunto tratado provoca danos a si, a outrem, ao meio ambiente, enfim, à coletividade. Junta-se, a isso, a inércia do poder público no tocante a ações que coibam o despejo de lixo em locais inapropriados, permitindo a poluição desses tipos de terrenos e de riachos, contribuindo para a existência de problemas diversos, a começar pelo risco de proliferação de doenças.

É nesse contexto que surge uma disposição individual, movida por uma consciência, para agir sobre a adversidade em questão, diferenciando o sujeito da ação em relação aos demais. Não há indício no texto, porém, da busca de envolvimento de outros moradores e agentes ou da tentativa de parceria com o poder público para fortalecer esse trabalho. Embora seja feita menção, em tom de crítica, à falta de cooperação dos “moradores”, da “prefeitura” e de “políticos”, essas referências parecem funcionar mais para reforçar e valorizar o empenho individual na realização do trabalho, cujos efeitos repercutiram na comunidade, com as pessoas passando a não jogarem mais lixo no local, sendo com isso cumprida a finalidade da iniciativa, caracterizada também como ato educativo, capaz de estimular a reflexão e ação de outros sujeitos para esse tipo de atividade.

Parte considerável das informações articuladas na construção do texto envolve conhecimentos de áreas diferentes, mobilizados e integrados em função de um assunto relatado, de compreensões e significados a serem gerados. Quando no relato são apontados elementos como a “falta de educação de alguns moradores”, “o depósito de lixo”, a “poluição” tanto do terreno quanto do riacho, assim como a ausência do poder público e a falta de contribuição da comunidade, inferimos uma interação entre dados de disciplinas como a sociologia, a biologia, a química, evidenciando a forma como determinadas pessoas se relacionam entre si, com o poder público e com o meio ambiente, bem como alguns efeitos desse comportamento.



Nesse processo, a interação se amplia com a presença de dados relacionados à matemática e à linguística, com o uso, por exemplo, do aumentativo de lixo, “lixão”, formando uma toponímia usada para designar um local em que se acumula lixo e uma noção matemática de quantidade desse produto.

Mais dados vão sendo agregados, como a retirada de “15 carroças lotadas de lixo”, a plantação de “duas árvores”, o “trabalho diário”, o formato dado ao terreno para transformá-lo em uma “pequena praça”, as “várias espécies de árvores, ainda em crescimento, canteiros com flores, bancos de madeira, iluminação extra e placas educativas”, retomando a relação entre os conhecimentos disciplinares na abordagem do assunto. A informação matemática sobre a quantidade carroças, além de sugerir uma ideia sobre como se encontrava o local e o esforço empenhado para limpá-lo, insere-se também no domínio sociológico, ao indicar o tipo de transporte usado para tal serviço, podendo caracterizar o sujeito como pertencente uma classe social não favorecida economicamente.

Outras informações citadas demonstram a evolução do trabalho e caracterizam a paisagem que foi sendo formada, com noções sobre sequência, quantidade, vegetação, formas geométricas e a criação de textos dirigidos para evitar as práticas anteriores à ação sobre o terreno.

Essa inter-relação de conhecimentos disciplinares, relacionados às áreas citadas, como a biologia, a sociologia, a química, a matemática, a linguagem, a geografia, está presente em todo o texto. Os focos de mosquitos e o “mau cheiro” ocasionados pela poluição do córrego, empecilhos para as pessoas frequentarem a “pracinha”, representam problemas que envolvem também outras comunidades e reproduzem situações vivenciadas em várias partes do mundo, evocando alguns dos resultados do desprezo com que é tratada a questão ambiental.

Ressaltamos, no texto, o uso do recurso da polifonia, ou seja, vozes independentes, dotadas de consciência (Faraco, 2013), como o principal mecanismo de manifestação do caráter interdisciplinar. As falas do comerciante, agente da iniciativa, a de uma estudante, a de um vendedor e o próprio relato do repórter, abrangem diferentes olhares sobre a experiência abordada e fazem surgir informações de áreas diversas, ajudando a propiciar uma compreensão mais ampla sobre o assunto.

Dessa forma, depreendemos que o texto em análise está inserido no discurso de sustentabilidade. Ao destacar a iniciativa em pauta, coloca-se em evidência uma realidade degradante que afeta a vida das pessoas e do planeta e enfatiza a necessidade das responsabilidades individuais e coletivas, incluindo o poder público, para uma intervenção em problemas que pode comprometer a natureza, o meio ambiente e a própria vida e o bem-estar do ser humano.

A presente análise textual corresponde ao aspecto da leitura, na perspectiva interdisciplinar. A partir dessa etapa, já poderíamos partir para atividades de produção textual. Mas esse momento de escrita pode ficar ainda mais propício com um maior aprofundamento da discussão do tema tratado na notícia, com a parceria entre profissionais de disciplinas com que as informações do texto dialogam.

O engendramento de discussões acerca de temas tratados no texto é também importante para se chegar à complexidade subjacente ao caráter supostamente óbvio da notícia. Como os jornais procuram abarcar o maior número possível de leitores, as notícias são textos geralmente acessíveis do ponto de vista semântico. Nessa lógica, as informações disciplinares, ao mesmo tempo em que se entrelaçam, tendem a aparecer a partir de noções aparentemente simples. O ato de trabalhar o tema a partir da notícia pode se tornar uma oportunidade para suscitar a busca e interação entre conhecimentos disciplinares numa perspectiva mais complexa, podendo se constituir numa dinâmica eficiente de leitura e escrita.



6. CONCLUSÃO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo teórico da interdisciplinaridade comporta diversas conceituações advindas de pesquisas, estudos e discussões ocorridos desde o seu surgimento. Há, no entanto, um princípio básico que identifica esse movimento, ou seja, o diálogo entre saberes disciplinares. Desse ponto emergem várias concepções, com notabilidade para a que apreende essa interação como meio metodológico de se abordar problemas ou assuntos complexos, inviáveis de serem explicados por um viés disciplinar. Sobressai-se, de igual modo, o entendimento que a toma como possibilidade de se chegar a novas lógicas, aprendizagens e conhecimentos, sem vinculação a uma disciplina.

Estudos nessa área evidenciam a predominância em nossas escolas de uma prática disciplinar arraigada, concomitante à tentativa de ampliação de iniciativas voltadas para experiências interdisciplinares. Desse modo, a compreensão e repercussão desse modelo paradigmático nas práticas de ensino é um desafio para os dias atuais. Uma dificuldade que se manifesta, certamente, é quanto à articulação dessa teoria com a realidade escolar. Alguns autores mencionam a necessidade de se ter em mente a natureza e a finalidade do trabalho que se almeja desenvolver, para se proceder à definição dos referenciais teóricos que se adequem ao contexto e ao que se pretende realizar. Com isso, a existência de diferentes concepções se torna mais relevante, em razão de aumentar as possibilidades de se contemplar variados problemas, temas, projetos e fatos, visto que estes também apresentam suas particularidades.

Nessa ótica, consideramos pertinente a utilização do gênero textual notícia, veiculado por jornais eletrônicos, nas práticas de ensino-aprendizagem, tendo em vista a presença dele na vida dos alunos, a facilidade de acesso aos jornais por meio da *internet*, em um contexto em que equipamentos eletrônicos integram a realidade das pessoas, e a possibilidade da mistura de informações relacionadas a diferentes disciplinas na elaboração desse tipo de texto.

Com base no texto que analisamos, inferimos algumas perspectivas de uso do gênero notícia em sala de aula, a partir da abordagem interdisciplinar, considerando a dinâmica de interação entre conhecimentos de áreas diferentes para a compreensão de um assunto ou problema. A primeira perspectiva é a da leitura, com atividades que levem o aluno a perceber informações disciplinares de diversas áreas presentes no texto e a forma como são articuladas para a produção de sentido. A segunda é a discussão de temas tratados na notícia, partindo de aspectos interdisciplinares presentes nela. A terceira se refere a atividades de produção textual, que podem se beneficiar das duas perspectivas mencionadas, com o aprofundamento de reflexões sobre determinados assuntos, calcadas na inter-relação entre saberes disciplinares, contribuindo para um processo de escrita com mais fundamentos e uma visão mais ampla sobre o objeto de discussão.

Essas observações podem ser levadas para diferentes níveis de ensino, resguardadas as adequações pertinentes. Dessa forma, esperamos ajudar a suscitar reflexões que vislumbrem possibilidades de uso desse gênero textual em sala de aula, a partir do viés interdisciplinar, com práticas que favoreçam também a contextualização, a abordagem mais ampla e profunda do conhecimento.



REFERÊNCIAS

- Alvarenga, A. T. de., et al. (2013). Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In A. Philippi Jr., & A. J. S. Neto. (Eds.), *Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação* (Cap. 1, pp. 3–68). Manole.
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. (2002). *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. MEC; SEMTEC.
- Cortella, M. S. (2007). O Professor e a Leitura do Jornal. In E. T. Silva (Ed.), *O jornal na vida do professor e no trabalho docente* (pp. 13–31). Global.
- D'Ávila, C. (2011). Interdisciplinaridade e mediação: desafios no planejamento e na prática pedagógica da educação superior. *Conhecimento & Diversidade*, 3(6), 59–70. https://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/issue/view/58
- Demo, P. (2004). *Pesquisa e informação qualitativa* (2.ª ed.). Papirus.
- Faraco, C. A. (2013). *Linguagem & Diálogo: as ideias do círculo linguístico de Bakhtin*. Parábola. (Trabalho original publicado em 2003)
- Fazenda, I. C. A. (2002). *Interdisciplinaridade: um projeto em parceria* (5.ª ed.). Loyola.
- Fazenda, I. C. A. (2006). *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa* (13.ª ed.). Papirus.
- Fiorin, J. L. (2008). Linguagem e interdisciplinaridade. *Alea: Estudos Neolatinos*, 10(1), 29–53. www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2008000100003
- Jorge, T. (2016). Morador transforma terreno baldio em praça. *O Progresso*. www.oprogressonet.com/cidade/morador-transforma-terreno-baldio-em-praca/68900.html
- Leis, H. R. (2011). Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas. In A. Philippi Jr., & A. J. S. Neto. (Eds.), *Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação* (Cap. 3, pp. 106–122). Manole.
- Moraes, M. C. (2011). *O paradigma educacional emergente* (16.ª ed.). Papirus.
- Noblat, R. (2002). *A arte de fazer um jornal diário*. Contexto.
- Nossa história: o início. (2016). *O Progresso* [s.d.]. <http://www.oprogressonet.com/institucional/o-inicio.html>
- Sampaio, C. S. (2007). É de Verde Que se Torce o Pepino? Quesitos e Caminhos para a Conquista do Hábito de Leitura de Jornais. In E. T. Silva (Ed.), *O jornal na vida do professor e no trabalho docente* (pp. 75–83). Global.
- Schmidt, S. (2007). Discutindo as Relações entre a Escola e o Currículo do Jornal. In E. T. Silva (Ed.), *O jornal na vida do professor e no trabalho docente* (pp. 49–56). Global.
- Sommerman, A. (2008). *Inter ou transdisciplinaridade?: da fragmentação disciplinar ao novo diálogo entre os saberes* (2.ª ed.) Paulus.
- Sommerman, A. (2012). *A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade como novas formas de conhecimento para a articulação de saberes no contexto da ciência e do conhecimento em geral: contribuição para os campos da educação, da saúde e do meio ambiente* (Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia).



DECLARAÇÃO ÉTICA

CONFLITO DE INTERESSE: Nada a declarar. **FINANCIAMENTO:** Nada a declarar. **REVISÃO POR PARES:** Dupla revisão anónima por pares.



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.




**JOSEFINA ÁLVARES DE AZEVEDO, 1851–1913. ESTUDO, ANTOLOGIA E
BIBLIOGRAFIA VALÉRIA ANDRADE. BIBLIOTECA NACIONAL DE
PORTUGAL/CLEPUL/CICS.NOVA (2021)**

[10.29073/naus.v5i1.844](https://doi.org/10.29073/naus.v5i1.844)

RECEÇÃO: 30 de novembro de 2023.

APROVAÇÃO: 15 de dezembro de 2023.

PUBLICAÇÃO: 29 de dezembro de 2023.

AUTOR/A: Laila Silva , Universidade de São Paulo, Brasil, lailacorreaesilva@gmail.com.

Valéria Andrade once again presents us with a work on the distinguished writer and social activist for women's rights in the 19th century, Josefina Álvares de Azevedo (1851–1913), from Recife. It is not by mere chance that this volume continues the “Senhoras do Almanaque: catálogo de produção de autoria feminina” project, bringing together the names of writers who built fruitful dialogs between Brazil and Portugal, in a political proposal to strengthen bonds through Luso-Brazilian letters. In Valéria Andrade's organized volume, Josefina Azevedo's activities in Brazil and Portugal become evident, as well as the scope of the work of the Recife-based writer and playwright in the feminist circuits of Paris, pointing to the transnational character of Josefina Álvares de Azevedo's literary and political work. She was the editor-in-chief and owner of the Rio de Janeiro newspaper *A Família* (1888–1897), which became a typographic enterprise called *Companhia Imprensa Familiar*, employing women in the typographic field for professional development.

The experienced researcher of Josefina Azevedo's work and trajectory brings us nearly 30 years of dedicated research on female authorship in the “Study” that opens the volume *Josefina Álvares de Azevedo (1851–1913)*. There, the reader will find valuable information and the path of a “puzzle” that Josefina Azevedo's works and personal and professional life propose to all of us.

The significant contribution of this new study by Valéria Andrade, among other fruitful and enlightening proposals, lies in the invitation to the “literary journey” undertaken by Josefina Azevedo of delivering Charades and Logographs to Portugal for the pastime of readers of the *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro, 1872–1932*. These are four short and highly intriguing texts, challenging for our contemporary readings, which between 1890 and 1893 marked the presence of a prominent feminist writer, venturing into “literary games.”

Evidently, Valéria Andrade provides an insightful interpretation to locate these four pieces in the complex “puzzle” of Josefina Azevedo's literary and feminist project, committed to Brazilian politics, the direction of the new Republic announced in November 1889, and the achievement of rights for women, such as women's suffrage and the participation as candidates in public offices. The curiosity to scrutinize the placement of these four pieces in this complex literary and political game will be the invitation to read Valéria's “Study” on *Josefina Álvares de Azevedo (1851–1913)*.

However, the volume does not only address Josefina Azevedo's “literary games.” It is a comprehensive proposal that, in the “Anthology” section, provides the journalistic and literary production of the Recife-based writer. First, we have the aforementioned four pastimes of Josefina Azevedo in the *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, followed by publications in the periodical *A Família*, which include theater, with the emblematic play *O voto feminino*, published in installments between August 21 and November 13, 1890; the prose, with articles of political and literary nature; poetry, and translations.



With this collection of texts, Valéria Andrade offers a precious opportunity to explore the complete works of Josefina Azevedo, which had, in part, been edited and published by the author in the volume *A Mulher Moderna: Trabalhos de Propaganda* (1891).

REFERENCES

Andrade, V. (2021). *Josefina Álvares de Azevedo, 1851–1913. Estudo, Antologia e Bibliografia Valéria Andrade*. Biblioteca Nacional de Portugal/CLEPUL/CICS.NOVA.

DECLARAÇÃO ÉTICA

CONFLITO DE INTERESSE: Nada a declarar. **FINANCIAMENTO:** Nada a declarar.



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.

**Revista Lusófona de
Estudos Culturais e
Comunicacionais**
Cultivando conhecimento